

ÍNDICE

6.3.2 -	Caracterização Geral da Área de Influência Direta	1/165
6.3.2.1 -	Considerações Metodológicas sobre a Pesquisa de Campo	1/165
6.3.2.2 -	Recursos Naturais e os Passivos Ambientais na Região.....	7/165
6.3.2.3 -	Caracterização das Comunidades da Área de Influência.....	14/165
6.3.2.4 -	Caracterização dos Usos do Espaço Marítimo	47/165
6.3.2.5 -	Caracterização das Atividades de Turísticas na Região	120/165
6.3.2.6 -	Atores Presentes no Território da Baía de Sepetiba.....	124/165
6.3.2.7 -	Considerações Finais.....	164/165

6.3.2 - Caracterização Geral da Área de Influência Direta

6.3.2.1 - Considerações Metodológicas sobre a Pesquisa de Campo

Esta parte do estudo tem como objetivo identificar os aspectos sociais, culturais e econômicos das áreas que receberão impactos diretos decorrentes da instalação e posterior operação do empreendimento. A partir dos levantamentos realizados, das análises feitas sobre os dados obtidos e dos diagnósticos resultantes serão projetados os impactos sobre tais aspectos, bem como os meios e as alternativas mais eficazes para mitigar ou eliminar os impactos.

Para a realização do estudo, foi definida como área direta a região da Ilha da Madeira no município de Itaguaí, incluindo o território marítimo entre o litoral e a região de entorno da Ilha. A partir desse recorte foi definido os grupos sócias preferenciais da pesquisa, que manterá uma relação direta ou indireta com o empreendimento.

Estima-se que, deste modo, será possível perceber e apresentar os aspectos sociais da área de influência direta que potencialmente sofrerão interferências relacionadas com o empreendimento, ou aqueles que poderão condicionar o modo como estas inferências se darão sobre a cultura, sociedade e economia local. Por outro lado, também se chegará a uma compreensão do contexto das localidades atingidas, de modo a se orientar os programas ambientais e demais medidas mitigadoras para que ambos sejam adequados às condições locais e, portanto, mais precisos e eficazes. Desta forma, se espera preparar um estudo que seja capaz de fornecer subsídios para essa e outras etapas do empreendimento, e que ao mesmo tempo esteja adequado tanto à realidade local, como a legislação vigente e às premissas e exigências das autoridades competentes.

Roteiro para Pesquisa de Campo

As informações foram coletadas por meio de dados primários e secundários, obtidos em levantamentos de campo, mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas, roteiros e observações diretas. Assim, dentro da metodologia proposta, procurou-se, através de um conjunto de abordagem inter-relacionada, apreender, registrar e compreender as formas mais

significativas de organização social, econômica e cultural dos atores que utilizam o espaço marítimo na Baía de Sepetiba, na região da Ilha da Madeira¹ no município de Itaguaí-RJ.

A estratégia adotada foi identificar as populações vizinhas ao entorno da região da Ilha da Madeira, em terra: Vila do Engenho e Mariquita, no mar: a parte litorânea da Ilha da Madeira (Praia), Ilha dos Martins, Ilha de Itacuruçá (Quatiquara e Ponto do Boi), Ilha das Ostras, o bairro de Coroa Grande², entre outras. Assim, procurou-se analisar as percepções destas populações em relação aos recursos naturais, usos e sentidos atribuídos ao território marítimo, bem como as percepções em relação ao empreendimento e aos impactos sociais existentes na Baía.

Além disso, intercalaram-se esses dados com uma pesquisa direcionada para as instituições de representação social que mantêm alguma relação com a região. Bem como, organizações governamentais e não governamentais que atuam na Baía, buscando caracterizar os principais aspectos sociais e ambientais da região, tendo em vista as características locais e os impactos do empreendimento.

Por intermédio de conversas e da observação dos modos de vida das populações locais, foram registradas e apreendidas as formas de organização social e as práticas costumeiras dos atores sociais locais. Foi realizado, também, um mapeamento das principais entidades de representação, bem como a sua relação com os empreendimentos já instalados ou a própria relação dessas entidades entre si. Para isso, foi necessária a realização de entrevistas com representantes das principais entidades locais (Prefeitura, associações de pescadores, Conselho Comunitário, entre outros), além de lideranças e pessoas que tinham certo conhecimento do território.

Assim, foi utilizada, principalmente, uma abordagem voltada para a coleta de narrativas sobre histórias de vida, estratégias de ocupação do espaço e formas de organização no trabalho, da relação com o território e com a natureza dos impactos ambientais e dos conflitos existentes na região. Com essas informações associadas às observações de campo, aos outros dados secundários e ao levantamento do processo histórico de ocupação da região, permitiram uma melhor compreensão dos aspectos simbólicos, culturais, sociais e

¹ Neste documento compreende-se como região da Ilha da Madeira, as Ilhas próximas à Martins, Coroa Grande, e as praias de Itacuruçá de frente para Ilha da Madeira.

² Apesar do bairro de Coroa Grande estar localizado no continente, comporta instituições de pesca e pescadores que atuam na parte marítima da área de influência direta, assim foi incluído como parte da AID marítima.

econômicos que orientam as formas de classificação das pessoas, dos espaços e das coisas cotidianas das famílias da região da Ilha da Madeira.

Nesse sentido, os saberes, as sensibilidades e os costumes locais são os elementos que identificam e dão sentido aos espaços e aos bens materiais e imateriais de um determinado território. Portanto, o trabalho partiu da noção de apropriação não só física do território, como também, social e simbólica.

Segundo o antropólogo Marcel Mauss (2003), todas as representações estão ligadas a determinados agentes que as legitimam. Assim, a forma como o empreendedor percebe o empreendimento é, certamente, diferenciada da forma como o ator local o faz. Com esse recurso analítico é possível clarear a situação social presente no processo - e de que forma afeta distintos grupos sociais, dentro de uma perspectiva sociológica.

Dando ênfase à compreensão dos modos de vida das pessoas mais diretamente afetadas pelo empreendimento. Assim, foi priorizada a percepção dos atores sociais e instituições de representação da comunidade, a saber.

Entrevistados:

- Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;
- Um representante do Conselho Comunitário da Ilha da Madeira;
- Administrador municipal da Ilha da Madeira;
- Responsável pelo posto de saúde da Ilha da Madeira;
- Dois representantes da APLIM;
- Um representante da APAIM;
- Um representante da AMACOR;
- Um representante da AMCOVERI;
- Um representante da Colônia Z 16;
- Um representante da associação de maricultores de Mangaratiba;
- Um representante do late Clube da Ilha da Madeira;

- Dois representantes da empresa Aqualang na Ilha da Madeira;
- Seis moradores da Vila do Engenho;
- Três moradores da Ilha da Madeira (praia);
- Quatro moradores da Mariquita;
- Dois Moradores de Coroa Grande;
- Cinco pescadores da Ilha da Madeira;
- Três pescadores da Ilha Martins (praia do Leste);
- Três moradores da Ilha Martins;
- Dois pescadores de Coroa Grande;
- Duas marisqueiras em Mangaratiba;
- Quatro comerciantes (Ilha da Madeira e Martins);
- Um barqueiro da Ilha da Madeira;
- Dois funcionários da Pedreira Sepetiba;

A seguir serão descritas as abordagens utilizadas no trabalho de campo, realizado em janeiro de 2008, por dois pesquisadores na área de Ciências Sociais.

a) Abordagens Utilizadas no Trabalho

Para o levantamento e alcance dos resultados do trabalho foi necessário traçar algumas abordagens para o estudo que permitiram compreender os modos de vida das populações residentes na região, que será afetada pelo Porto Sudeste, bem como a percepção destes atores sobre os recursos naturais, usos e sentidos atribuídos ao território e a natureza. Nesse sentido, logo abaixo serão apresentadas às diversas abordagens utilizadas nas etapas de realização do trabalho de campo na área de socioeconomia.

b) Pesquisa Bibliográfica

Dentro do processo deste trabalho um dos primeiros momentos foi o levantamento bibliográfico e a análise dos dados já existentes sobre a região. Esses dados auxiliaram na

elaboração das estratégias que seriam adotadas em campo. Tais dados foram gerados por diversas instituições oficiais como IBGE, Prefeitura, Universidades, além de trabalhos acadêmicos e de estudos de impacto ambiental sobre a região.

c) Entrevistas Abertas³

Durante o trabalho de campo procurou-se privilegiar, na coleta das informações, uma técnica muito usada em pesquisa social - as entrevistas abertas - a partir de um roteiro pré-elaborado. A vantagem do uso da entrevista é que esta permite ao entrevistado manifestar suas opiniões, seus argumentos e pontos de vista. Assim, privilegia-se uma abordagem voltada para a coleta de narrativas dos atores entrevistados. Haguette (2000) esclarece que a entrevista é um instrumento com o mesmo rigor da objetividade científica, o que garante a sua eficácia metodológica.

Outra vantagem da entrevista é sua maior flexibilidade, elemento importante para o trabalho em questão. No caso de um questionário fechado, se a pessoa interpreta erradamente uma pergunta ou registra suas respostas de maneira confusa, geralmente, pouco se pode fazer para remediar a situação. Numa entrevista, existe a possibilidade de repetir as perguntas, ou apresentá-las de outro modo para que se possa ter a certeza de que são compreendidas, ou ainda, fazer outras perguntas a fim de esclarecer o sentido de uma resposta. Existe, também, a possibilidade de o pesquisador interagir mais com o entrevistado.

d) Observação de Campo

Além desse conjunto de técnicas, um dos caminhos escolhidos para entender o cotidiano das comunidades foi à observação e análise dos dias passados na região, que permitiram conhecer o sistema de relações que sustentam esse espaço, ou que nele se articulam com as diversas formas de convivência. Tal como Malinowski (1978) expressou, através da convivência diária, da capacidade de compreender o que está sendo dito, ou seja, atentando para as categorias e para as formas como as pessoas falam de seus próprios mundos, além de participar das conversas e acontecimentos do cotidiano dos nativos referentes ao objeto de estudo, a observação participante seria ideal e mais interessante metodologicamente nesses casos.

³ Optou-se principalmente pela entrevista pela maior flexibilidade que o método tem se compararmos ao questionário.

e) Uso da Fotografia

Além do conjunto de técnicas apontadas logo acima também foi utilizada a fotografia, como um importante instrumento para o registro dos detalhes da vida dos atores sociais e do cotidiano desses lugares. Lira (1997) aponta que desde meados do século XIX, as imagens produzidas pelo artifício mecânico da representação do mundo passaram a fazer parte da bagagem dos cientistas sociais como um instrumento importante no levantamento de dados etnográficos. Desta forma, essa ferramenta passou a ser um instrumento ilustrativo do cotidiano no ambiente das sociedades analisadas.

Assim, buscou-se através da fotografia registrar a realidade das famílias presentes na área de influência do empreendimento, bem como algumas características do meio ambiente local. Ademais, neste documento as fotografias servirão como um instrumento de apoio nos resultados do trabalho de campo.

f) Diagnóstico da Pesca na Baía de Sepetiba

Para complementar as informações, foi realizado por uma equipe multidisciplinar, formada por sociólogos, biólogos, além de um profissional da área de pesca. Dentre os itens abordados durante os levantamentos de campo para a caracterização da atividade pesqueira na Baía de Sepetiba, destacam-se:

- ▶ Identificação das entidades representativas das comunidades de pescadores e maricultores da região;
- ▶ Diagnóstico das principais artes de pesca utilizadas pelas comunidades;
- ▶ Reconhecimento da sazonalidade das artes de pesca e da produção das diferentes espécies de interesse comercial;
- ▶ Mapas representativos das áreas de atuação dos pescadores por entidades de pesca;
- ▶ Conhecimento das diferentes formas de comercialização do produto e como é feita a divisão da renda;
- ▶ Identificação dos principais pontos de desembarque;
- ▶ Quantificação dos pescadores e das embarcações regularizados e não regularizados, e qualificação das embarcações por localidade;

- Apontamentos sobre os principais problemas relacionados com a atividade de pesca e problemas ambientais, registrando as demandas das comunidades para propor medidas de minimização dos problemas, interação com os outros setores de exploração dos recursos da baía de Sepetiba, buscando melhorias para a cadeia de produção do pescado.

g) Mapeamento das Áreas de Pesca

O mapeamento das áreas de atuação da frota pesqueira foi feito por entidades de pesca, utilizando-se a carta náutica da região, conforme a **Figura 6.3.2-1**, apresentada abaixo:

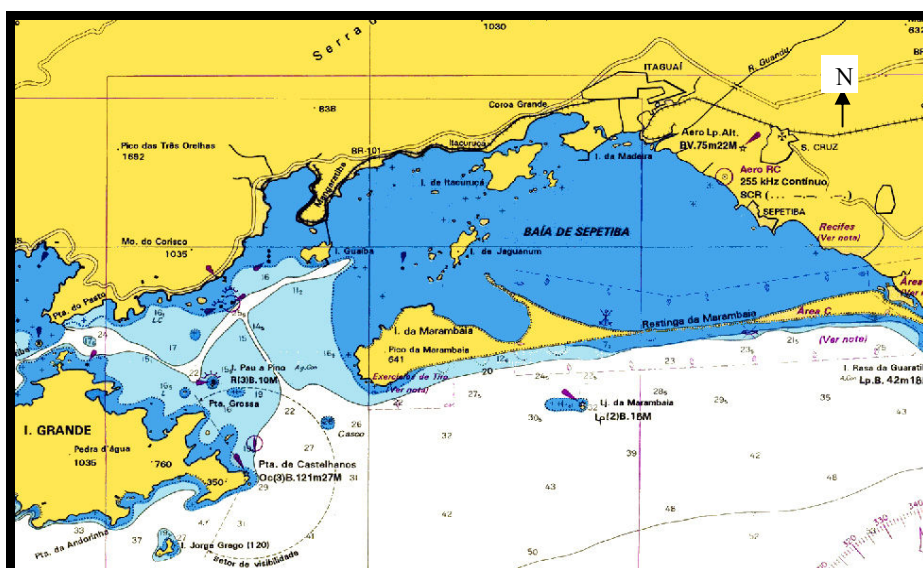


Figura 6.3.2-1 - Carta Náutica (Carta DHN 1622)

O mapeamento permitiu que os entrevistados elaborassem um desenho, mostrando detalhes da região da baía contando a história de transformação do espaço. Bem como a localização das melhores áreas de pesca na região próxima a Ilha da Madeira.

6.3.2.2 - Recursos Naturais e os Passivos Ambientais na Região

A baía de Sepetiba, circundada pelos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba, apresenta uma área de aproximadamente 460 km² (Carta DHN 1622) e perímetro em torno de 130 km, é um corpo de águas salinas e salobras, ligado ao oceano Atlântico por dois canais: o mais importante fica entre a ponta da restinga da Marambaia e a Ilha Grande, e o outro, fica na barra de Guaratiba.

A bacia hidrográfica que abastece a baía de Sepetiba é composta por dez rios principais e contribuição do rio Paraíba do Sul que a abastece por transposição de bacia. Dos rios afluentes, o rio Guandu/canal de São Francisco é o mais importante. A maioria destes rios deságua na região mais interna da baía, caracterizando-a como uma região sob forte influência de água doce.

Por sua vez, o encontro dos rios com as águas oceânicas que adentram a região da baía de Sepetiba forma extensos manguezais e várias áreas estuarinas. Em função desse cenário de reconhecida beleza natural, diversas áreas em seu interior são usadas para exploração do turismo.

A baía é caracterizada por apresentar inúmeras praias arenosas, principalmente da sua porção central para o fundo, em direção à região de Guaratiba. Os costões rochosos são mais abundantes nas ilhas e na região mais externa próxima ao canal entre a restinga da Marambaia e a Ilha Grande. Em seu interior a área marítima abrigada pela restinga da Marambaia é propícia para a instalação de portos e demais atividades portuárias, que são exploradas desde o período colonial.

A comunidade biológica da baía é muito rica e diversificada, constituindo-se num importante criadouro natural para diversas espécies da fauna aquática, principalmente, crustáceos, moluscos e peixes, além de abrigar uma flora e fauna abundante em razão da alta produtividade e da boa renovação de suas águas. Tais espécies encontram em seu interior uma grande variedade de nichos, alimentação e condições favoráveis à reprodução (Araújo, 1998) o que favorece ao desenvolvimento da atividade pesqueira comercial.

As espécies que aí ocorrem, em sua maioria típica de estuários e áreas costeiras, são exploradas comercialmente pela população local e de outras regiões adjacentes, que também as utilizam para sua própria subsistência.

Atualmente, todo o ecossistema associado à baía de Sepetiba está sob a influência de vários impactos ambientais, tais como o lançamento de um grande volume de carga orgânica em suas águas, particularmente proveniente de esgotos domésticos; os despejos de efluentes contaminados por metais pesados; diminuição das áreas de manguezais, a sobre pesca, praticada principalmente pelo arrasto de portas para captura de camarão e dragagens para construções de grandes empreendimentos nas suas margens e no seu corpo d'água.

Esses fatores provocam alterações nos parâmetros físico-químicos e nas comunidades bióticas, particularmente em razão do revolvimento do fundo que reduz a penetração da luz e remobiliza metais pesados adsorvido à fração fina dos sedimentos depositados no fundo da baía (EIA, Eng. Consultiva, 2006), afetando a pesca e os pescadores da região.

A exploração da área para atividades industriais é antiga, no entanto, foi a partir a instalação da **Ingá Mercantil**, na Ilha da Madeira e os conflitos socioambientais passaram a surgir devido a contaminação dos recursos naturais disponíveis. Durante os levantamentos de campo, os moradores da Ilha da Madeira relataram que desde o começo das atividades da empresa Ingá foram encontrados indícios de contaminação da água, caracterizados pela coloração, odor da água e mortandade de espécimes, principalmente nas áreas de mangue. Essa posição é compartilhada pelo Secretario Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí.

Na década de 1980 atendendo a solicitações das autoridades ambientais a empresa construiu um dique de contenção, mas 1987 ONGs ambientalistas e instituições locais denunciaram a ocorrência de vazamentos, mas não obtiveram resposta sobre as denúncias nem foram feitas as ações esperadas. Neste mesmo ano a agência ambiental estadual solicitou que fosse preparada uma área para destino dos dejetos, mas a empresa não atendeu. A resistência da companhia em cumprir as determinações permaneceu e em 1996, a companhia recebeu nove multas de autoridades ambientais, quando testes com moradores da Vila do Engenho apontaram altos índices de contaminação por metais pesados (Soares e Tolentino. 2004). Neste mesmo ano, os temores de moradores, pescadores e ambientalistas se concretizam, durante uma forte chuva o dique de contenção deixou vazar produtos tóxicos (segundo consta, 50 milhões de litros de água contaminada e lama tóxica) que atingiram o mangue e a baía de Sepetiba.

Do ponto de vista socioeconômico, o vazamento trouxe danos à pesca, à maricultura, atividades extrativistas e ao turismo. Estudos realizados por técnicos da UFRJ apontaram a contaminação do pescado e, principalmente, dos mariscos. Além da mortandade e contaminação de peixes e outros animais, a notoriedade do acidente fez com que fosse reduzido o número de consumidores para os frutos da pesca e da maricultura, da mesma forma como reduziu também o número de turistas.

Após o acidente e respondendo várias ações legais, a companhia continuou a funcionar até 1998, quando foi decretada a falência. Além dos danos causados ao meio ambiente, a saúde dos trabalhadores e moradores e à economia local, a empresa deixou resíduos tóxicos no local onde funcionava. Em fotos de satélite e na região é possível perceber uma grande

elevação de terra cercada por uma lagoa de resíduos. Estima-se que as quantidades destes resíduos sejam entre 3 e 5 milhões de toneladas de lama tóxica (contaminada com cádmio, zinco, cromo e chumbo) mais 50 milhões de litros de água ácida.

De um modo geral pode-se afirmar que a maior parte dos passivos ambientais existentes na área de influência direta decorrem das atividades da empresa Ingá Mercantil. Neste sentido os principais passivos são:

- **Desestruturação de comunidade tradicional de pescadores** - Deslocados de sua área original perderam os espaços necessários para a manutenção e reprodução de seu modo de vida;
- **Danos à saúde dos funcionários** - Em virtude do não cumprimento da legislação e regras aplicadas à segurança dos trabalhadores, vários funcionários da empresa (inclusive os moradores) apresentaram danos à saúde;
- **Prejuízo a atividades econômicas** - Como visto, tanto em função da desestruturação social (no caso dos pescadores - lavradores do Saco do Engenho), quanto pelo uso direto ou indireto de embarcações motorizadas, muitos moradores passaram a se dedicar de modo exclusivo a pesca, à produção e coleta de moluscos e atividades relacionadas com o turismo. Estes três conjuntos de atividades sofreram fortes impactos do despejo irregular e do vazamento de produtos tóxicos pela companhia;
- **Supressão de áreas mangue** - Para implantação e ampliação da unidade foram suprimidas áreas de mangue. Do ponto de vista socioeconômico a supressão de mangue prejudica aqueles que vivem da coleta de animais deste tipo de ecossistema. Além disso, estas áreas servem como criadouro de algumas espécies importantes, tanto por serem consumidas ou exploradas pelos habitantes, quanto por servirem de elo na cadeia alimentar de outras espécies importantes para a sobrevivência dos habitantes;
- **Aterros** - Para a instalação da unidade ocorreram vários aterros que suprimiram o saco do engenho e suas praias. Estes aterros também ligaram boa parte da Ilha da Madeira ao continente;
- **Perda de renda dos moradores** - com o fechamento da companhia e o não pagamento de dívidas trabalhistas, diversos moradores perderam fonte de renda. Este impacto também repercutiu nos moradores que indiretamente tinham na companhia a origem do seu sustento, como os comerciantes que vendiam produtos aos funcionários;

- **Risco de novos acidentes** - Como um grande volume de material tóxico permanece na área que abrigava a companhia ainda existe risco de contaminação. Segundo informações obtidas na área de influência quando ocorrem chuvas partes deste material se desprendem e chegam ao mangue e a baía.

Além do risco de novos despejos de poluentes, os pescadores temem que a partir da realização de dragagens, associadas aos novos empreendimentos projetados para a região, a lama tóxica depositada no leito da baía se espalhe novamente pelas águas. Deve-se destacar que recentemente (novembro 2007) associações de pescadores e de defesa ambiental moveram uma ação contra a CSA (Companhia Siderúrgica Atlântico), alegando que a dragagem para a implantação do cais desta empresa revolveu os resíduos da empresa Ingá Mercantil e os mesmos foram depositados no interior da baía.

É possível avaliar que até hoje os danos ambientais resultantes da empresa Ingá causam interferência na vida dos moradores da área de influência, tanto pela premência de novos acidentes, pelo material depositado na Ilha da madeira ou pela possibilidade de ações de dragagem espalharem o material presente no fundo das águas da baía de Sepetiba.

Conforme observado, os resultados das ações da companhia Ingá Mercantil trouxeram muitos danos ao meio ambiente e as comunidades da área de influência, representando grande parte dos passivos ambientais presentes. Entretanto, não se pode afirmar que este tenha sido o único empreendimento a trazer danos ao local e sua população. A retirada de terra para a obra de instalação do **Porto de Sepetiba**, realizada entre 1978 e 1980, proporcionou o encerramento da atividade em parte dessas terras destinadas à agricultura de subsistência, o que acabou por tornar mais difícil a conjugação da pesca e agricultura. Além da inviabilização de áreas agrícolas a implantação do porto, aumentou também a demanda por pedras da Pedreira Sepetiba, instalada na Ilha da Madeira em meados da década de 1970. O resultado imediato do crescimento da demanda foi o aumento da atividade de extração mineral e das explosões. Assim, cresceu também o risco de pedras atingirem as casas e a dispersão aérea de partículas, trazendo danos à saúde da população, principalmente, os moradores da Vila do Engenho. Ressalta-se que à implementação do porto trouxe também, um aumento na oferta de emprego tanto no porto como na Pedreira Sepetiba, sendo alternativas, além da empresa Ingá, para os moradores que não conseguiram manter a atividade de pesca como fonte de sustento.

Como apontado a **Pedreira Sepetiba** foi instalada na Ilha da Madeira (mais especificamente na Vila do Engenho), por volta da década de 1970, apesar dos passivos ambientais serem

relativamente pequenos se comparados aos decorrentes da Ingá Mercantil, segundo os moradores a atividade de extração mineral realizada pela empresa também foi apontada como poluidora.

Em uma pesquisa realizada nos arquivos da Associação de Moradores da Vila do Engenho foi possível levantar as principais queixas dos moradores em relação à empresa, dentre elas rachaduras nas paredes das residências, poeira, queda de pedras, dentre outras reclamações.

A primeira queixa que se destaca na fala das pessoas e nos registros, são as fissuras nos domicílios. Segundo consta o impacto das explosões danifica as construções da Vila do Engenho, causando fissuras em paredes e lajes. Em entrevistas com moradores da Mariquita também foram ouvidas queixas sobre fissuras nas casas. Além do prejuízo para o proprietário do imóvel danificado, muitos moradores temem que as paredes venham a ceder, causando danos físicos aos residentes.

A segunda queixa mais comum é em relação à dispersão de partículas sólidas no ar, resultante da atividade da pedreira, ou como os moradores se referem o “pó de pedra” ou “poeira”. De acordo com as afirmações dos moradores, as partículas sólidas causam problemas respiratórios, hipótese confirmada pela responsável pelo posto de saúde do local, que ainda afirmou que com as variações climáticas existem períodos onde muitas pessoas procuram a unidade, queixando-se de dificuldade de respirar ou crise alérgica.

Outra queixa que chamou a atenção é a queda de pedras nas ruas e residências. De acordo com uma queixa registrada, pela Associação de moradores, uma pedra de “900 gramas” passou a poucos centímetros do cônjuge da autora da queixa. O risco de danos à saúde e propriedades dos moradores é claro, segundo esses as pedras são o resultado de uma contenção inadequada dos fragmentos das explosões. Além dos riscos para os moradores as pedras podem atingir transeuntes.

Alguns moradores alegaram também que a empresa suprimiu áreas de vegetação, o que prejudicou a fauna local e trouxe mudanças ao já referido fluxo das águas pluviais.

Apesar dos problemas indicados existe uma grande diferença entre as ações da Pedreira e da Ingá Mercantil tanto nos contatos com a população local, quanto nas ações relacionadas com o meio ambiente. Enquanto, segundo as informações, a Ingá Mercantil optava por não dar resposta aos moradores e não obedecer as determinações das autoridades competentes, a

Pedreira Sepetiba, segundo moradores, realiza reuniões para discutir os problemas. Alguns moradores informaram que há algum tempo, a Pedreira enviou técnicos a várias residências para avaliar os danos atribuídos à atividade de extração mineral. Em relação ao meio ambiente, a Pedreira Sepetiba realizou em parceria com Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro um programa para a recuperação da área de onde foi retirada terra (entre 1978 e 1980) para as obras do Porto. Entre 1993 e 1996 o programa recuperou a área referida, com replantio de vegetais e medidas para evitar processos erosivos.

Apesar das reclamações em relação a Pedreira Sepetiba, os moradores reconhecem a função social da empresa na comunidade, gerando empregos, dando apoio a iniciativas locais e a realização de parcerias para a solução de problemas ambientais, como o caso do projeto em conjunto com a UFRRJ.

Além destes passivos ambientais foram identificados outros de diferentes ordens que atuam sobre a população da área de influência. Esses passivos não derivam de uma ação ou empreendimento específico, são, antes de tudo, resultados do acúmulo de determinados impactos. Nos levantamentos de campo e bibliográficos foram identificados pelo menos dois passivos desta ordem, o aumento de áreas de exclusão da pesca e as interferências sobre a paisagem.

Nas últimas décadas a exploração da **atividade turística** passou a se tornar mais uma possibilidade de renda adicional ao sustento dos pescadores, seja na atividade de pesca embarcada ou pesca esportiva (que será explicada com mais detalhes em outro momento) ou em serviços fixos ou temporários em restaurantes e outras estruturas voltadas para o turismo. Deve-se destacar que além dos pescadores, boas parcelas dos habitantes da área de influência exercem esta atividade, em muitos casos é sua atividade principal. Em entrevistas com pessoas que trabalham neste setor foi possível perceber que um dos grandes atrativos para a Baía de Sepetiba é a paisagem da baía, caracterizada como, mar envolto de montanhas cobertas por mata Atlântica. As ilhas e o horizonte da região são considerados como elementos de valor estético. O desenvolvimento do potencial portuário da baía tem atraído empresas que desejam operar no eixo Rio- São Paulo- Minas Gerais, ou mesmo, construir seus próprios locais para a atracação de navios. Segundo informações obtidas durante o levantamento de campo, muitos turistas consideram que tais estruturas interferem na apreciação estética do local, de forma que algumas parcelas de turistas acabam por escolher outros locais para visitar, reduzindo o número de turistas desta parcela da bacia. De acordo com o gerente de um restaurante, vários guias de turismo deixaram de

levar grupos para a área de influência direta, em função do aumento do número das unidades portuárias ou da ampliação das existentes.

Se por um lado o aumento ou ampliação das unidades portuárias da baía pode reduzir o número de turistas, por outro há um aumento das áreas onde a realização da pesca é proibida. Em entrevistas, pescadores e representantes de associações de pescadores se mostraram preocupados com o gradativo aumento das áreas de segurança, e conseqüente exclusão para a atividade pesqueira. A percepção dos pescadores é que cada novo empreendimento ou ampliação dos existentes se reduz a área disponível para a pesca. Esta preocupação se mostra mais forte em relação aos pescadores artesanais. Apesar de barcos motorizados, esporadicamente, rebocarem ao caíques ou embarcações sem motor, estes pescadores atuam, principalmente, nas áreas próximas ao seu local de origem. Assim, a exclusão de parcelas destas áreas pode trazer impactos mais intensos para estes habitantes da área de influência direta. Neste caso a parte marítima da área de influência já é próxima das áreas de exclusão decorrentes das atividades do Porto de Itaguaí.

6.3.2.3 - Caracterização das Comunidades da Área de Influência

Aspectos Históricos e Socioeconômicos

Nos levantamentos históricos realizados, as primeiras menções à área de influência direta se referem à Ilha da Madeira e remontam a meados do século XIX. Neste período, há referência da localidade como um porto para embarque do café, que seguia por mar até o porto do Rio de Janeiro. As atividades portuárias na Ilha da Madeira também incluíam produtos, que eram desembarcados no porto da ilha e seguiam em navios menores, por cursos fluviais até o Rio de Janeiro. Essa ligação fluvial, entre Itaguaí e o Rio de Janeiro, já existia no século XVIII e servia para transportar, principalmente, produtos alimentícios para abastecer a corte. Articulado com este sistema fluvial, o porto da Ilha da Madeira funcionava não só como via de acesso ao porto do Rio de Janeiro, mas como alternativa a este porto, para se chegar à corte. Além do transporte de produtos alimentícios e outras cargas, é apontada a ocorrência de tráfico ilegal de escravos (atividade que foi tornada proibida em 1831). Os escravos eram desembarcados na Ilha da Madeira e negociados em Itaguaí. Próximo ao Rio de Janeiro, mas não tão visível quanto o porto da capital, a Ilha da Madeira atendeu a esta demanda, pelo menos até ser alvo de fiscalização das autoridades. A pedido de autoridades da época eram feitos relatórios mensais sobre a ocorrência desta prática. Existem indícios que apontam que embora o porto da Ilha deixasse servir como local de atracação e

desembarque de escravos, os navios negreiros ilegais continuaram a utilizar outros pontos da baía de Sepetiba, onde a fiscalização era menos intensa.

Como se vê o uso da área como porto não é recente, a ligação fluvial, entre Itaguaí e o Rio de Janeiro, já existia no século XVIII e servia para transportar, principalmente, produtos alimentícios para abastecer a corte. Assim como, o tráfego de embarcações de carga nas proximidades das ilhas do Martins, Itacuruçá e na parcela marítima da área de influência, como um todo. Naquela época, como hoje, duas características tornavam a área atraente para o desenvolvimento de atividades portuárias, a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e as características físicas da Baía de Sepetiba, ideais para a atracação de navios. Neste sentido, se percebe uma integração entre as parcelas marítimas e terrestres da área de influência, através das rotas de navegação e da estrutura disponível em terra para recebimento das mercadorias desembarcadas no porto. Nas fontes pesquisadas não foi possível identificar, neste período, outras atividades realizadas na área de influência que não fossem relacionadas com o porto. No entanto, isto não quer dizer que elas não existissem efetivamente. Pelos menos em relação à área terrestre, sabe-se que Itaguaí tinha destacada produção de banana e contava com plantações e engenhos de cana de açúcar (Moreira. 2002). Estudos realizados com enfoque em períodos posteriores apontam a existência de uma fazenda e engenho na Ilha da Madeira (Soares e Tolentino. 2004), mais especificamente, próximo ao Saco do Engenho, que segundo atuais moradores da Vila do Engenho, guarda este nome em função da atividade, mas em nenhum ponto é indicada a época de implantação do estabelecimento.

Sabe-se que em 1950 a fazenda, já fora de atividade, era de responsabilidade das netas do proprietário. Nesta mesma época, a área conhecida como Saco do engenho era ocupada por uma comunidade de pescadores (Soares e Tolentino, 2004). Tal como se observou em relação à fazenda é difícil precisar quando teve início este tipo de ocupação na Ilha da Madeira e se ela foi contemporânea das atividades portuárias do século XIX, a única referência que se tem é que na década de 1950 os pescadores já viviam lá há gerações (Soares e Tolentino. 2004).

A partir destes dados, pode-se esperar que também existam comunidades de pescadores nas ilhas e que as águas da Baía fosse fundamental para a manutenção destas comunidades, sendo o local de pesca para os habitantes da Ilha da Madeira e os demais ilhéus. No entanto, é difícil avaliar a interferência do tráfego de navios, levando café para o Rio de Janeiro ou trazendo escravos, sobre a pesca local.

Modos de Vida da População Residente

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que na memória da comunidade da Ilha da Madeira, o passado está associado à atividade de pesca. Apesar das atividades portuárias do século XIX e da canavieira terem sido destacadas, a população da Ilha da Madeira, de um modo geral, associa seu espaço e relaciona suas origens com a pesca. Segundo as fontes pesquisadas, os pescadores, que já ocupavam (há gerações) a ilha, na década de 1950 tiravam seu sustento da conjugação da pesca e agricultura, que serviam, principalmente, como subsistência. O excedente era negociado na própria região, com destaque para a localidade de Coroa Grande (Soares e Tolentino. 2004).

O modo de vida destes ocupantes, pela descrição, se assemelha muito com os pescadores - lavradores que ocuparam (e em muitos lugares ainda ocupam) várias parcelas dos litorais dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, geralmente, são classificados como caiçaras. Existem registros desta forma de ocupação, datados no período colonial. Mesmo em regiões onde a maior parte das áreas era dedicada à monocultura de exportação, como o café ou a cana-de-açúcar, poderiam existir ocupações deste grupo cultural, que apesar de seu relativo isolamento se articulava com a grande produção agrícola, na medida em que era responsável por boa parte da produção de alimentos que abastecia os estabelecimentos rurais envolvidos na monocultura (Adam. 2000).

Com base nesta perspectiva é possível afirmar que podem ter co-existido na Ilha da Madeira atividades como o porto ou o engenho, e os pescadores - lavradores, sendo esses últimos responsáveis pelo abastecimento daqueles que realizavam tais atividades. É prudente esclarecer que esses dois conjuntos de atividades apresentam uma diferença fundamental. Enquanto as atividades associadas ao mercado externo (porto e engenho) têm seu foco na demanda externa, os pescadores-lavradores produzem para a subsistência, sendo destinado ao comércio somente o excedente de produção. Assim, a presença e manutenção do modo de vida, aproximado ao caiçara, independe do desenvolvimento das atividades voltadas para o mercado externo, ou seja, quando as atividades portuárias ou o engenho da Ilha da Madeira, entram em decadência isto não resulta na desarticulação das comunidades de pescadores - lavradores. A autonomia deste tipo de grupo deriva do fato de que seus membros conseguem retirar do meio ambiente a maior parte dos recursos necessários para a continuidade e reprodução do seu modo de vida. As demandas por produtos e serviços externos ao seu meio são supridas a partir da troca do excedente de produção. Além do conhecimento sobre o meio ambiente onde vivem e a tecnologia necessária para retirar

recursos dele, é necessária a formação e a manutenção de vínculos sociais entre os membros deste tipo de grupo. À autonomia em relação a elementos de fora do grupo se contrapõe uma forte interdependência no seu interior. Os vínculos entre os grupos domésticos que compõe a comunidade permitem a realização de tarefas necessárias à reprodução social como alguns tipos de pesca, construção de unidades residenciais e alguns trabalhos na agricultura. Por outro lado, tais vínculos também permitem a formação de novos grupos domésticos a partir do matrimônio e apresentam mecanismos para a solução de conflitos entre os membros da comunidade. Observando as características dos grupos caiçaras a praia é um espaço privilegiado para as ações que ao mesmo tempo necessitam e fortalecem tais vínculos.

Na literatura sobre cultura caiçara é comum a indicação que as ocupações, geralmente, são realizadas nas praias, esse tipo de espaço físico é central no modo de vida. Na praia descansam os barcos e redes dos pescadores. Se a pesca é uma atividade familiar, o trabalho com as redes e mutirões, que tem a praia como seu lugar de realização ou planejamento, são coletivos ou comunitários. A praia é o espaço de trocas entre os membros da comunidade (Adam, 2000).

Na Ilha da Madeira, o local que se destacava, em relação a este tipo de ocupação era o Saco do Engenho. Segundo consta, os pescadores - lavradores radicados neste local tinham uma autonomia relativa dos meios externos, realizavam tarefas em conjunto e promoviam festas e ritos, que fortaleciam os vínculos comunitários (Soares e Tolentino. 2004). A forma de ocupação semelhante ao que se esperava ou se considerava como cultura caiçara chamou a atenção do diretor de cinema Paulo Vanderlei que em 1951, segundo informações obtidas no município, filmou um longa-metragem no local (o filme se chama Maria da Praia, mas infelizmente não se teve acesso a uma cópia da película).

Um ano antes da realização do filme ocorreu um evento decisivo na vida dos pescadores - lavradores da Ilha da Madeira, em especial aqueles que viviam no Saco do Engenho. As herdeiras da fazenda de cana-de-açúcar, que ocupava este local no passado, venderam a propriedade à Companhia Balneário, que pretendia realizar investimentos imobiliários na Ilha da Madeira. A partir de meados da década de 1950 a empresa realiza ações para retirar os pescadores da área da antiga propriedade. Estes resistem e em 1958 fundam a APLIM (Associação de Moradores e Lavradores da Ilha da Madeira) com o objetivo de lutar para permanecer nas terras. Ao fim do conflito as partes chegam a um acordo, os moradores

permanecem na Ilha da Madeira, mas passam a ocupar lotes com dimensões inferiores às unidades residenciais que ocupavam anteriormente (Soares e Tolentino. 2004).

Esta modificação na ocupação da terra trouxe uma grande dificuldade aos pescadores - lavradores da Ilha da Madeira, pois, com as propriedades reduzidas se torna difícil realizar o plantio, que ao lado da pesca permitia sua autonomia. Obviamente não se pode afirmar que todos os pescadores da Ilha da Madeira conjugavam as duas atividades. Segundo Cristina Adams (2000), em um artigo sobre a cultura caiçara (termo muitas vezes utilizado para designar os pescadores lavradores do litoral da região Sudeste), a partir do período entre 1930-1950 muitos pescadores passaram a utilizar barcos com motor e se dedicar cada vez mais à pesca, deixando a agricultura de lado (Adam, 2000). Esta tecnologia também pode ter sido adotada por pescadores - lavradores da Ilha da Madeira.

Atualmente, o papel do barco a motor é destacado na pesca, mesmo os pescadores que utilizam barcos a remo são rebocados pelas embarcações motorizadas até os locais onde pretendem pescar. Desta forma, o pescador, independente de ter um motor próprio, pesca em distâncias muito maiores que alcançaria utilizando somente a força de seus braços. Estima-se que, em função da distância, do tipo de pesca e quantidade de peixes, esses pescadores fiquem muito mais tempo no mar que os pescadores - lavradores de outrora. Assim, estima-se que para alguns pescadores da Ilha da Madeira a atividade pesqueira pode ter passado a consumir o tempo dedicado à agricultura, como ocorrera em outros locais. No entanto, após a redução das áreas para o plantio, muitos pescadores passaram a ter uma situação similar, em função das novas condições não tiveram escolha senão a se dedicar exclusivamente para a pesca, aumentando a quantidade de pescado, com vistas a adquirir produtos que ele não podia mais produzir.

Em relação aos pescadores das demais ilhas, não há registro, pelo menos neste período de alguma forma de intervenção similar, mas ao se observar as ilhas de Itacuruçá (**Figura 6.3.2-2**) e Martins (**Figura 6.3.2-3**), atualmente, não foi possível perceber indícios de exploração agrícola. Percebe-se que as partes litorâneas das ilhas são ocupadas e que as matas predominam nas áreas centrais.



Figura 6.3.2-2 - Ilha de Itacuruçá, ocupações ao longo praia mata nas áreas centrais



Figura 6.3.2-3 - Ilha dos Martins, comunidades de pescadores restritas à faixa litorânea

Como se vê as áreas fora da faixa de ocupação presente nas praias não apresentam indícios, visíveis de exploração agrícola recente. Estima-se que tal como se observa em outras áreas tenha havido uma concentração na atividade pesqueira, deixando as práticas agrícolas de lado. Deve-se, também, reconhecer que o relevo da maior parte das áreas das ilhas não é o mais adequado para exploração desta atividade. Além disso, registrou-se a presença de barcos motorizados que podem rebocar as embarcações sem motor, de modo que pode ter se dado no local um processo similar àquele apontado por Adams (2000).

Por outro lado, a ocupação preferencial das praias se relaciona com o papel que este espaço tem em modos de vida aproximados com a cultura caiçara (**Figura 6.3.2-4**). Embora não se possa caracterizar os habitantes das ilhas como pescadores - lavradores, o uso social da praia e do mar é evidente, tanto para a guarda das embarcações como para o convívio social e a realização de tarefas coletivas (**Figura 6.3.2-5**).



Figura 6.3.2-4 - A praia do Leste, na Ilha dos Martins, utilizada para se guardar as embarcações e instrumentos ligados à pesca



Figura 6.3.2-5 - Na praia do Leste, na ilha dos Martins pescadores se reúnem para realizar a pintura de um barco a motor existente na localidade

Se interferências de empreendimentos ou projetos alheios à comunidade de pescadores não desmobilizaram as atividades agrícolas nas ilhas, o mesmo não se pode dizer em relação à **Ilha da Madeira**. A redução das propriedades no final da década de 1950 transformou o modo de vida de muitos pescadores da Ilha da Madeira. Entretanto, no Saco do Engenho ainda permaneciam pescadores - lavradores (Soares e Tolentino. 2004), mas na década seguinte a paisagem do Saco do engenho e o modo de vida da população, que residia lá, sofreram profundas transformações. A Companhia Balneário vendeu aquela parcela da antiga propriedade para a empresa Ingá Mercantil. Com a instalação da empresa, os moradores foram deslocados para local hoje conhecido como Vila do Engenho. As histórias sobre a implantação da Ingá são muito presentes no cotidiano da população de Vila do Engenho. Nessas histórias a remoção das pessoas envolveu uma série de estratégias, em primeiro lugar os moradores foram alertados que se não se mudassem seriam retirados sem direito a receber nada. Posteriormente, contam os moradores, o abastecimento de energia elétrica e de água foram cortados e o acesso por terra à comunidade foi interrompido. Esses, segundo os relatos, foram mecanismos de pressão para forçar a população que ainda permanecia no local a se mudar.

No conjunto dos relatos, a perda da praia parece ser um dos aspectos mais sentidos. Tendo em vista o papel que este espaço tem em modos de vida aproximados à cultura caiçara, pode-se avaliar a dimensão do impacto. Em alguns relatos se faz menção a moradores que “morreram de tristeza” após a mudança e outros resistiram até serem removidos à força.

Entre as estratégias e mecanismos utilizados estavam também ameaças e violência física (Soares e Tolentino. 2004).

Observando atentamente os relatos dos moradores percebe-se que há uma estrutura narrativa comum que opõe os moradores, atribuindo a esses coragem e sacrifício, e a empresa Ingá, a qual se associa mentira, traição e crueldade. Os moradores que na história guardam mais atributos positivos são aqueles que resistiram por mais tempo. Os últimos pescadores a abandonar o local saíram em meados da década de 1980 (Soares e Tolentino. 2004), mas considera-se que antes da saída dos últimos moradores o modo de vida que caracterizava a comunidade já havia sido completamente desarticulado. O tamanho das propriedades, o êxodo de vários membros da comunidade, a distância entre o novo local e a praia (que já era ocupada) entre outros fatores inviabilizaram a manutenção do modo de vida na Vila do Engenho, de forma que os moradores ficaram sem referências e sem meios de sustento, tendo que se adaptar à nova realidade.

Apesar de todo ressentimento que os moradores sentiam (e ainda sentem) em relação a empresa Ingá, com a desestruturação do modo de vida muitos acabaram por trabalhar na empresa. Esta situação resultou em mais um impacto sobre a população, quando moradores, que eram funcionários da empresa, apresentaram problemas de saúde devido a exposição aos produtos tóxicos.

Segundo se conta em Vila do Engenho, os funcionários não trabalhavam com o equipamento de proteção necessário a realização das funções. Também consta que eles não recebiam o treinamento para lidar com os materiais de forma segura. Apesar de inspeções das autoridades competentes, principalmente na década de 1990, a empresa não tomou as medidas necessárias para garantir a segurança dos funcionários (Soares e Tolentino. 2004).

Deve-se salientar que no caso da Ingá Mercantil, apesar de todos os problemas causados boa parte da população não queria o fechamento da companhia, uma vez que a mesma era o local de trabalho para vários habitantes da Vila do Engenho. Temia-se que o fim de vários postos de trabalho resultasse em graves problemas sociais em virtude do (Soares e Tolentino. 2004).

Apesar dos problemas e dificuldades enfrentados pelos moradores que perderam seus empregos, a Vila do Engenho e seus moradores sobreviveram ao fim da atividade. Estima-se que a presença da Pedreira Sepetiba, além das vagas provenientes da ampliação do Porto e

da inserção de outros empreendimentos na Baía de Sepetiba, possa ter reduzido o impacto do fechamento de postos de trabalho da empresa Ingá.

Atualmente, resguardada as devidas proporções, os moradores da Vila do Engenho tem novamente o receio de perda de postos de trabalho, sendo desta vez referente a Pedreira Sepetiba, pois a empresa deverá ser extinta para a instalação do Porto Sudeste. Nas entrevistas realizadas, vários moradores faziam questão de destacar que apoiavam a manutenção das atividades da Pedreira e apontavam aspectos positivos da atuação Pedreira Sepetiba. Embora, não diminua, a insatisfação dos habitantes em relação aos problemas ambientais apontados pela empresa e nem o seu desejo pela solução ou eliminação desses problemas.

No entanto destaca-se na região o acúmulo de problemas ambientais. Durante os levantamentos de campo (jan/08), um morador apontou que qualquer dano ambiental na Ilha da Madeira se torna especialmente intenso, uma vez que a área já sofreu outros processos de degradação, com destaque para aqueles relacionados com a empresa Ingá Mercantil.

As Localidades e as Comunidades

a) Ilha da Madeira

Embora esteja localizada fora da área da sede municipal, a Ilha da Madeira é considerada como bairro do município de Itaguaí. Como indicado anteriormente, nas entrevistas realizadas foi possível perceber que o bairro circunscreve três localidades: Vila do Engenho (próxima à área da empresa Ingá e Pedreira Sepetiba), Mariquita (área próxima a um terreno abandonado pela Companhia Docas) e a área denominada Praia que corresponde a parte ocupada por residências situada no litoral. A Praia também chamada pelo nome do bairro, ou seja, Ilha da Madeira. Apesar destas divisões os moradores comumente se identificam como residentes da Ilha da Madeira. Segundo informações de um representante da prefeitura do município de Itaguaí, na Ilha da Madeira, tem cerca de 700 habitações com aproximadamente 3.000 moradores.

O bairro é cercado pelo mar, de um lado, e por unidades industriais e portuárias, por outro. O acesso ao local, por terra, é feito através da rodovia BR - 101, em uma junção que segue entre a unidade da NUCLEP e o bairro Brisa-Mar. Após o bairro se passa pela ponte sobre o rio Cação, chegando à Ilha da Madeira. Antes de se chegar à área onde

existe ocupação residencial há uma entrada para o Porto de Itaguaí, seguida por unidades industriais que têm relação com a atividade portuária. Logo após estas unidades se enxerga a área da empresa Ingá Mercantil, onde ao longe se destaca a presença de um morro formado por terra e lama contaminada. Nos dias chuvosos este morro apresenta uma cor avermelhada, nos períodos de seca o material do morro apresenta uma cor esbranquiçada. Nas proximidades deste morro existe uma lagoa e ao lado desta uma área inundada que circunda boa parte do morro. Segundo informações dos moradores da Vila do Engenho está água possui altos níveis de contaminação e na ocorrência de chuvas é muito comum que a água contaminada atinja a lagoa vizinha, bem como áreas de Mangue situadas nas proximidades.



Figura 6.3.2-6 - Vista aérea da empresa Ingá com a Pedreira Sepetiba ao fundo



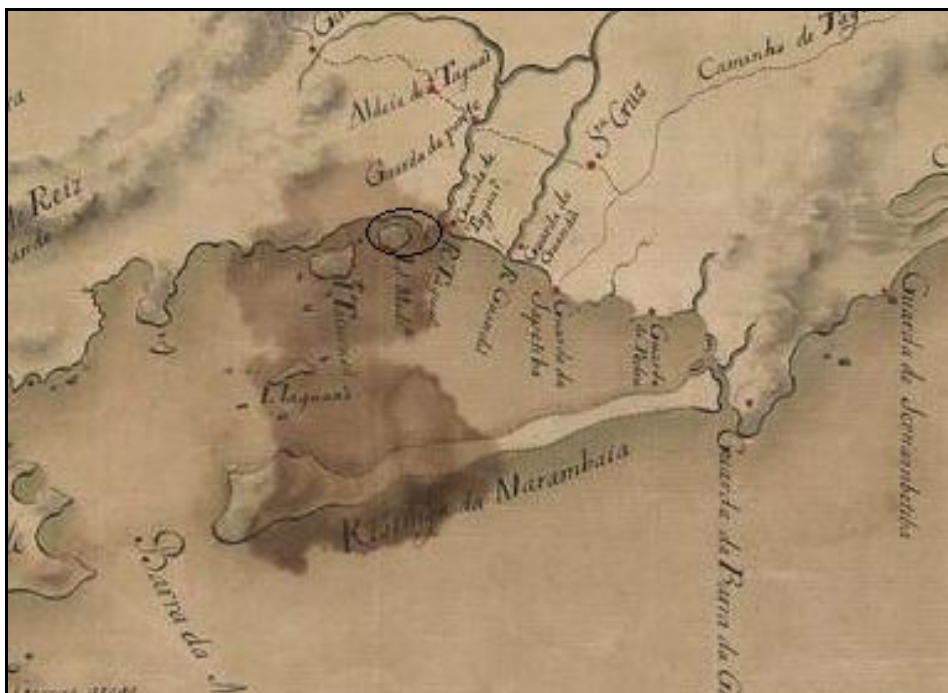
Figura 6.3.2-7 - Reservatório contaminado da empresa Ingá

Quase na entrada da área de ocupação residencial existe um posto policial (DPO). Segundo informou uma moradora do local existem poucas ocorrências na Ilha da Madeira que necessitam do acionamento da polícia, inclusive ela não se lembrava da última vez que a polícia teve que intervir em conflitos locais.

Segundo se percebeu, os policiais lotados, neste posto, concentram suas atividades em observar os carros que entram e saem por este caminho, pois ele é o único acesso terrestre para a massa falida da companhia Ingá, para a Pedreira Sepetiba, as áreas residenciais da ilha. A partir da fala de vários moradores é possível entender a razão do foco na entrada e saída da ilha, pois, crê-se que os sujeitos de ações de depredação, desordem ou criminosas são, geralmente, pessoas de fora da ilha.

Seguindo por este trecho é difícil visualizar o bairro como uma ilha, mas em mapas antigos se percebe que o local conhecido como Ilha da Madeira era separado do

continente, o que justifica sua denominação de ilha. Estima-se que sucessivos processos de aterro, sendo os últimos mais destacados o aterro para a implantação da empresa Ingá e para o Porto de Sepetiba (hoje Porto de Itaguaí) tenham contribuído para unir esta faixa de terra ao continente.

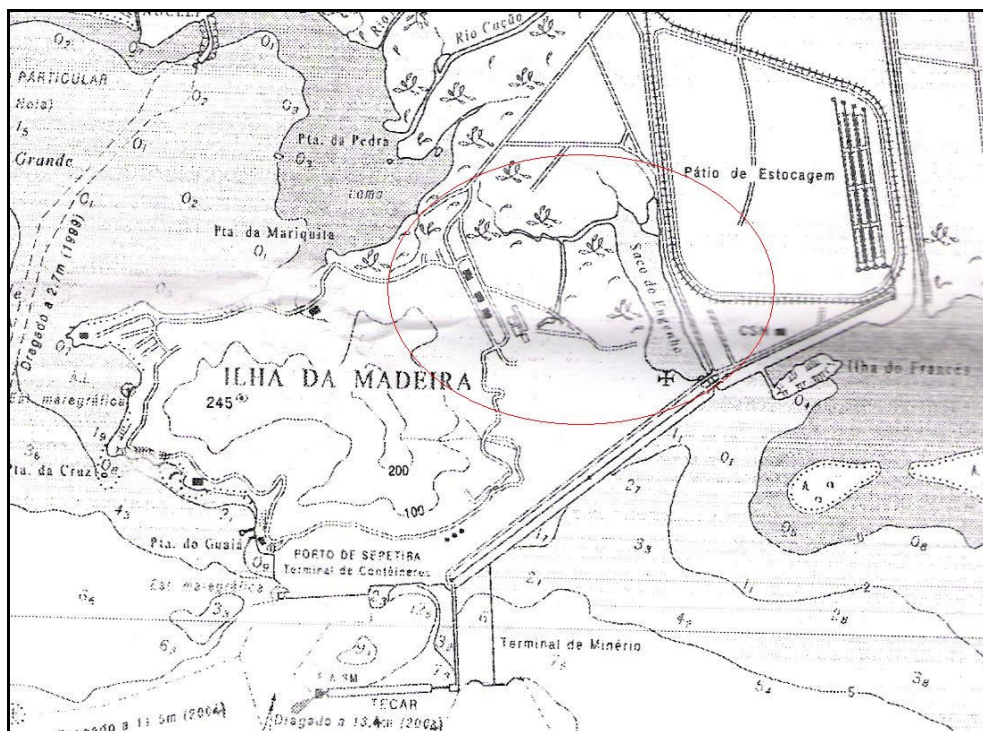


Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 6.3.2-8 - Trecho da Baía de Sepetiba, no mapa da capitania do Rio de Janeiro - 1767. No detalhe a Ilha da Madeira separada do continente

Apesar de eventuais imprecisões na escala do mapa, feito com o objetivo de indicar os pontos de guarda e registro da capitania, percebe-se claramente que a Ilha da Madeira era representada sem ligações com o continente, o que justifica sua classificação como ilha. Deve-se destacar que em função da escala do mapa não é possível observar detalhes como a localização do Saco do Engenho ou qualquer outra indicação no interior da ilha.

Na carta náutica da Baía de Sepetiba, de 1984, é possível ver que boa parte da Ilha já estava ligada ao continente, mas o local conhecido como Saco do Engenho ainda separava parte da ilha da costa. Atualmente boa parte do Saco do Engenho sofreu aterros, sendo a parte restante encoberta por manguezal.



Fonte: Marinha do Brasil

Figura 6.3.2-9 - Parte da Carta Náutica 1984, com trecho do Saco do engenho e ligação com o continente marcado.

Nota-se que na carta náutica já aparecem algumas estruturas e a via de acesso para a empresa Ingá Mercantil S.A., bem como as estruturas do Porto, com destaque para o pátio de estocagem. A localidade de Saco do Engenho está cercada pela área da empresa Ingá, por algumas vias de acesso ao porto, o pátio de estocagem e o próprio porto, estas duas últimas estruturas estão muito próximas ao Saco de Engenho, sendo limítrofes com a localidade. Tendo em vista que uma parte já é ligada ao continente e a presença do Saco do Engenho, pode-se dizer que visualmente a Ilha da Madeira se assemelha a uma península.

Em uma vista superior, mais recente, se percebe que os aterros encobriram grande parte do Saco do Engenho e a parte remanescente parece coberta pelo mangue, restando alguns cursos de água.



Fonte: Google Earth. Consultado em Abril. 2008.

Figura 6.3.2-10 - Ilha da Madeira - no detalhe parte remanescente do Saco do engenho

Como se vê o Saco do Engenho consiste, atualmente, em alguns cursos de água que seguem em meio ao mangue. Se na carta náutica a Ilha da Madeira tem forma de península, na foto ela aparece apenas como uma parcela do continente avançada em direção ao mar, como uma ponta ou pontal.

b) Vila do Engenho

Como já mencionado a localidade denominada Vila do Engenho surge, principalmente a partir da remoção dos habitantes do Saco do Engenho, em função da implementação da empresa Ingá Mercantil na localidade. Com características de áreas de concentração urbana, os lotes, em sua maior parte, comportam o espaço onde é erigida a residência e

em alguns se observa a existência de quintais, mas praticamente inexistem atividades agrícolas ou mesmo espaço para a sua realização. No entanto, foi possível perceber que alguns domicílios apresentam árvores frutíferas em seus quintais. Observando o tamanho dos lotes e sua distribuição na Vila foi possível concluir que, os lotes situados nas vias principais tendem a ser menores que os localizados nas vias secundárias. Deve-se ressaltar que alguns lotes na parte Noroeste da Vila do Engenho parecem ser exceções ao padrão de ocupação da localidade, apresentando áreas relativamente maiores.



Figura 6.3.2-11 - Tamanho dos lotes na via principal é, geralmente, menor que os demais lotes da vila



Figura 6.3.2-12 - Lotes em via secundária com espaço para o cultivo de árvores frutíferas

A única estrada de acesso chega pelo lado Norte da localidade, encontrando as primeiras casas a altura da lagoa das marrecas. Ao chegar ao final da lagoa e o início da área da Massa falida da empresa Ingá, há uma bifurcação. Uma via segue em direção Leste - Sudoeste com destino às áreas centrais da Vila do Engenho e às demais localidades da Ilha da Madeira, sendo conhecida como a estrada Joaquim Fernandes, a outra via, a Rua Felix Lopes Coelho, segue na direção Norte - Sudeste, chegando à portaria da Empresa Ingá Mercantil e termina na entrada da Pedreira Sepetiba. Estas duas vias são as mais ocupadas da localidade.



Figura 6.3.2-13 - Estrada Joaquim Fernandes cruzando a Vila do Engenho



Figura 6.3.2-14 - Estrada Joaquim Fernandes ao final da Vila do Engenho, em direção às outras localidades da Ilha da Madeira

Na bifurcação destas ruas estão os principais estabelecimentos comerciais da localidade e os bares, onde vários moradores realizam atividades de lazer.



Figura 6.3.2-15 - Bar próximo à bifurcação



Figura 6.3.2-16 - Trailer na bifurcação

Seguindo pela estrada Joaquim Fernandes, em direção às outras áreas da Ilha da Madeira podem ser encontrados uma das escolas da ilha (a outra funciona na Praia), o posto de saúde e a sede da administração regional, sendo estes dois últimos com serviços voltados não só para a Ilha da Madeira, mas para as ilhas pertencentes ao município.

Apesar da parte da Praia se destacar em relação ao turismo, pesca, à quantidade de residências e infra-estrutura, a Vila do Engenho é o centro administrativo da Ilha da Madeira e das demais ilhas da baía que estão sob a administração do município de Itaguaí.



Figura 6.3.2-17 - Posto de Saúde



Figura 6.3.2-18 - Administração regional

No lado Sul da localidade existem algumas áreas de vegetação, incluindo àquela que foi alvo de um programa de recuperação realizado pela Pedreira Sepetiba e a UFRRJ, e logo atrás delas a área de extração da Pedreira Sepetiba. Já ao Leste encontra-se a Massa falida da empresa Ingá Mercantil e mais à Sudeste o acesso à Pedreira.

Observando o padrão construtivo das casas é possível perceber que existem grandes variações, principalmente, no que diz respeito ao tamanho e acabamento das unidades residenciais. Em função destas diferenças pode-se estimar que a quantidade de recursos alocados para a construção ou reforma nas residências também é variado, o que pode ser o indicativo da ocorrência de diferentes classes sociais na Vila do Engenho.



Figura 6.3.2-19 - Tamanho menor e acabamento mais simples



Figura 6.3.2-20 - Tamanho maior e mais investimentos no acabamento

Observando o padrão construtivo das casas se percebe que a maioria não possui garagem e que, a exceção de um local ou outro, não existem muitos carros estacionados nas ruas da Vila do Engenho. A partir desta observação é possível supor que a maior parte dos moradores não possui automóvel. O principal meio de transporte rodoviário identificado na localidade é o veículo de uso coletivo, mais especificamente os ônibus e as “kombis”. A oferta deste tipo de serviço é relativamente ampla em intervalos de 15 a 30 minutos pode-se pegar um veículo com destino a Itaguaí. Além da linha que liga a Ilha da Madeira a Itaguaí existe uma linha de ônibus que liga o bairro a Campo Grande, localizado no município do Rio de Janeiro. Além de moradores que trabalham em Itaguaí, o transporte rodoviário é muito utilizado por aqueles moradores que necessitam de serviços não oferecidos no bairro, como comércio especializado, atendimento médico especializado, agências bancárias, entre outros. Todas as linhas do transporte rodoviário passam pela estrada Joaquim Fernandes, atravessam a Vila do Engenho, a Mariquita e tem o ponto final parte do bairro que, aqui, é denominada Praia. Para seguir em direção as áreas externas do bairro os coletivos retornam pelo mesmo caminho, em direção oposta, uma vez que a estrada Joaquim Fernandes é de mão dupla.

Não foi encontrada nenhuma residência na Vila do Engenho que não tivesse acesso aos serviços de água e energia elétrica, como visualmente era difícil identificar os principais problemas da localidade, esta se tornou uma questão freqüente nas entrevistas realizadas com os moradores. Todos os entrevistados afirmaram gostar da Vila do Engenho, mas identificaram alguns problemas que atingem o cotidiano da localidade. Em primeiro lugar foi feita referência a Pedreira Sepetiba. Segundo esses moradores os fragmentos projetados pelas explosões ou “tiros” realizados pela Pedreira Sepetiba, algumas vezes, atingem as casas colocando em risco a vida de transeuntes e moradores. Além disso, a dispersão área de partículas causa problemas respiratórios nos habitantes (ambas as queixas já observadas no levantamento dos passivos ambientais). Por outro lado esses moradores se mostraram receosos em função da situação da massa falida da empresa Ingá Mercantil, eles temem que com as chuvas ocorra, novamente, a contaminação do solo e do mar.

Apesar desses problemas apresentados, os entrevistados apontaram que apreciam viver no local. A principal vantagem da Vila do Engenho, em relação a outros lugares é a sensação de segurança. Segundo afirmaram os entrevistados, é comum se deixar às portas das casas abertas e eles não temem circular pela comunidade, independente da hora. Os mesmo afirmam que tais práticas são inviáveis em outros lugares, em função da

violência. Aparentemente eles usam o termo violência para se referir à criminalidade, com destaque para os delitos de homicídio, latrocínio, roubo em geral e tráfico de entorpecentes. A ocorrência de delitos na comunidade, principalmente, o vandalismo é atribuída a pessoas que não residem na Ilha da Madeira.

Como indicado anteriormente, alguns entrevistados afirmaram que a guarnição policial do D.P. O da Ilha da Madeira raramente é acionada para dar combate a alguma prática criminosa ou delito. Segundo estes entrevistados desde a instalação do D.P.O., há cerca de 15 anos, a situação tem se mantido similar. Isto é apontado como um indicativo da baixa ocorrência de crimes ou delitos mais leves na Vila do Engenho.

Nas entrevistas realizadas também foi possível perceber que os moradores já sabiam da existência do projeto do empreendimento e sabiam que o empreendedor havia adquirido a Pedreira Sepetiba. Talvez em virtude da ocupação da localidade ter se originado a partir de realocação de população associada a um empreendimento, percebeu-se que os moradores têm receio de sofrer novo processo de remoção ou de saírem do local em função da implantação do Porto Sudeste. Na percepção dos entrevistados, deixar o local significa abdicar do convívio em comunidade e da sensação de segurança. Nas projeções dos moradores ao deixar a Vila do Engenho eles, provavelmente, iriam para as regiões centrais de Itaguaí ou para o bairro Brisa-Mar, estes locais, em especial, o último são considerados violentos, ou seja, com altos índices de criminalidade. Apesar dos problemas encontrados no bairro os entrevistados preferiam continuar residindo no local.

Outro receio que transpareceu nas entrevistas foi em relação ao destino da Pedreira Sepetiba. Apesar de identificar nas atividades da Pedreira a origem de alguns dos principais problemas da localidade, os entrevistados reconhecem a empresa com o maior empregador da localidade e temem que a redução ou encerramento das atividades resulte na demissão dos moradores que trabalham na empresa. É importante notar que os moradores apontam impactos negativos da pedreira na localidade, mas também consideram os impactos positivos que no seu entender são o uso de mão de obra local, o apoio a iniciativas e festas locais, no caso da Vila do Engenho se destaca o apoio à festa de Santa Luzia. Além disso, os entrevistados fizeram menção à ocorrência de reuniões entre representantes da empresa e representantes da comunidade para discutir os problemas.



Figura 6.3.2-21 - Local onde é realizada a festa de Santa Luzia

Apesar da reconhecida importância da Pedreira Sepetiba na oferta de empregos da localidade, deve-se salientar que existem outras atividades importantes para o sustento dos habitantes. Além dos moradores que trabalham em Itaguaí, destacam-se os que trabalham no Porto e nos novos empreendimentos da região da Baía de Sepetiba e os pescadores. Em relação a esses últimos chama a atenção o fato de estarem situados tanto na parcela terrestre como na parcela marítima da área de influência direta. Deve-se reconhecer que apesar de todas as mudanças experimentadas pela comunidade que hoje vive na Vila do Engenho, a pesca continua a ser uma das atividades mais importantes para garantir a manutenção de seus membros.

Para realização do estudo foram entrevistados dois pescadores que residem na Vila do Engenho. Apesar de exercerem a mesma atividade de modos similares eles apresentaram diferenças em relação ao local de venda do pescado. Enquanto um pescador vende seu produto na sede da APAIM (como já demonstrado), o outro prefere vender em seu domicílio na Vila do Engenho. Estima-se que a localização da residência do segundo pescador tenha interferência no desempenho da venda dos peixes. Este pescador reside na estrada Joaquim Fernandes, próximo ao posto de saúde e vizinho à sede da administração local. Como é o principal acesso às outras áreas da Ilha da Madeira, bem como para a saída do bairro, e é a via mais movimentada da Vila do Engenho, existe um fluxo constante de veículos de moradores e visitantes, alguns dos quais acabam por comprar o produto oferecido por este pescador. Segundo o próprio pescador, ele já conta com uma clientela constante, que sempre ao passar na localidade para ver em comprar o pescado.



Figura 6.3.2-22 - Pescador residente da Vila do Engenho exibe material de pesca



Figura 6.3.2-23 - Pescador vende o fruto de seu trabalho em seu domicílio, na Vila do Engenho

Se no passado os pescadores do Saco do Engenho guardavam seus barcos e equipamentos na praia próxima às suas residências, hoje os pescadores da Vila do Engenho deixam seus barcos na Praia da Ilha da Madeira e trazem o material para guardar nas residências.

Sabendo que a coleta de espécies do mangue também pode ser uma alternativa de renda para os moradores da Vila do Engenho, foi perguntado, nas entrevistas, se existiam atividades extrativistas realizadas nos manguezais que cercam parcelas da Vila do Engenho. Apesar da proximidade deste ecossistema não foram mencionadas atividades extrativistas constantes realizadas por moradores. Segundo os relatos chegam a vir pessoas de fora do bairro para realizar tais atividades, mas mesmo assim não é uma atividade constante.

c) Mariquita (Ponta da Mariquita)

Seguindo pela estrada Joaquim Fernandes, em direção ao litoral se passa pela Vila do Engenho e logo após algumas áreas desocupadas, entre estas convém destacar a área recuperada no convênio entre a Pedreira Sepetiba e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; uma área de propriedade da Pedreira, atualmente sem uso, e uma área da Companhia Docas, que atualmente serve como depósito de bóias. Na margem oposta à área da Pedreira estão localizadas as residências da localidade de Mariquita ou Ponta da Mariquita como também é conhecida. A área residencial da localidade segue ao longo da margem da rodovia até a altura da propriedade da companhia Docas. Nota-se que entre

algumas residências existem vias que dão acesso a outras casas, este conjunto se estende até o início do plano inclinado e a área de mata. Segundo informações obtidas no local, na Mariquita existem mais de 20 casas.



Figura 6.3.2-24 - Residências da localidade de Mariquita, ao longo da estrada Joaquim Fernandes



Figura 6.3.2-25 - Acesso para casas localizadas atrás da linha de casas da margem da via

O padrão construtivo das casas tem menos variações que àquelas observadas na Vila do Engenho. Estima-se que as diferenças em termos de renda sejam menos acentuadas que a Vila do Engenho. As áreas das residências marginais à estrada ocupam quase a totalidade de cada propriedade, contudo pode-se ver que as áreas nas casas localizadas atrás das marginais parecem dispor de áreas também maiores. Nota-se também que a localidade está em expansão, com a construção e reforma das unidades residenciais.

Outra diferença que se destaca em relação às unidades residenciais das duas localidades é a existência de, pelo menos, uma casa que indica que a ocupação no local é antiga. Segundo alguns moradores entrevistados a casa possui mais de 100 anos. Apesar de não confirmar esta data, percebe-se que a casa possui um padrão construtivo mais antigo que as demais residências encontradas na Mariquita e também na Vila do engenho.



Figura 6.3.2-26 - Casa com padrão construtivo antigo na Mariquita

Como se observa na foto, em função da divisão de cores e da existência de duas portas a construção parece comportar dois domicílios. Este tipo de casa geminada, neste padrão construtivo era muito comum em fazendas para comportar e abrigar colonos e trabalhadores rurais. No entanto não foi encontrado ocupante que pudesse prestar informações mais precisas sobre a construção. Em entrevistas alguns moradores relataram que antigamente a localidade era uma fazenda e a casa em questão é remanescente desta época.

Atualmente, segundo os entrevistados, a localidade apresenta mais de 20 domicílios. No entanto todos estes são descendentes de três famílias que ocupam a Mariquita desde tempos imemoriais. Segundo os relatos, a forma de sustento dos moradores sempre foi a pesca e agricultura, o que indica uma proximidade com o modo de vida caiçara, como discutido anteriormente, mas o cultivo foi deixado de lado e, recentemente, vem diminuindo o número de pescadores. Os entrevistados atribuem à decadência da atividade a redução da piscosidade da Baía de Sepetiba. Nos dias de hoje a maior parte dos moradores trabalha em outras atividades.

Embora estas informações pareçam se confirmar, observa-se que a pesca ainda é uma atividade importante. Na margem da estrada Joaquim Fernandes, no lado oposto ao das residências, existem barracas onde alguns dos pescadores da Mariquita comercializam o pescado. Durante a incursão campo foram encontradas duas barracas, uma com estrutura móvel e outra com estrutura fixa. Em entrevistas com os negociantes foi possível perceber que o principal produto comercializado é o camarão, além do vender seu

pescado eles adquirem o produto do trabalho de outros pescadores. Segundo as informações obtidas no local, os principais compradores são visitantes, que com destino à Praia acabam por passar em frente às barracas. Além de camarão e peixes costuma-se vender iscas vivas para os visitantes que praticam a pesca embarcada ou que tem seus barcos próprios (estima-se que estejam incluídos sócios do late Clube da Ilha da Madeira), em ambos os casos a pesca é uma atividade de lazer.



Figura 6.3.2-27 - Barraca com estrutura móvel



Figura 6.3.2-28 - Barraca com estrutura fixa

Os entrevistados atribuem a redução de peixes na baía à poluição e à pesca predatória. Em relação a este tema um dos entrevistados fez uma declaração incomum em meio aos pescadores. Segundo o entrevistado a implementação do empreendimento da CSA beneficiou a oferta de pescado na baía, pois com construção de estruturas no mar e a interdição de pesca nestes locais, criaram-se espaços onde o pescado pode atingir a maturidade e reproduzir.

Em relação à realização de atividades de coleta no mangue, os moradores entrevistados afirmaram que no passado eles buscavam no mangue a complementação da dieta familiar, mas com o aterro realizado na área da companhia Docas, as parcelas remanescentes deste ecossistema ficaram distantes da localidade.



Figura 6.3.2-29 - Área de propriedade da companhia Docas, a fundo se vê faixa de vegetação de mangue

Além do aterro nesta área os moradores apontaram outros problemas relacionados com o meio ambiente. Assim como observado na Vila do Engenho, os entrevistados afirmaram que as detonações realizadas na Pedreira Sepetiba causam danos nas residências, principalmente, rachaduras nas paredes e vidros quebrados. Eles relataram após se queixarem do problema a empresa enviou técnicos ao local para realizar medições, mas depois disso não obtiveram nenhuma resposta. Outra questão que foi citada nas discussões sobre problemas ambientais foi a dos vazamentos de material tóxico da empresa Ingá Mercantil. Segundo os entrevistados estes incidentes trouxeram muitos prejuízos a atividade da pesca.

Apesar de identificarem esses problemas, tal como observado na Vila do Engenho, os moradores entrevistados têm muito apreço ao local onde vivem. Segundo estes os aspectos positivos da Mariquita são a segurança e a tranquilidade. Além disso, eles revelaram que apreciam viver na comunidade, a maioria dos habitantes tem relações de parentesco em graus diferenciados. Obviamente pode-se avaliar que um aspecto positivo tem estreita relação com o outro.

d) Praia (Ilha da Madeira)

Na localidade da Praia (Figura 6.3.2-30) as ruas são calçadas e/ou asfaltadas, existem pequenos estabelecimentos comerciais, late Clube da Ilha da Madeira, igreja Católica, seis praias (Itapuca, dos Ingleses, de Fora, da Ponta, Ponta dos Barbados e Saco de Dentro). Em relação ao padrão construtivo das casas pode-se dizer que coexistem moradias de baixo poder aquisitivo, médio e casas de alto padrão (localizadas na Rua da

Elite⁴). Entre estas foi possível identificar, algumas casas de veraneio, seus proprietários seriam moradores da Zona Oeste e Norte do Rio de Janeiro, como, no Méier, Grajaú, Vila Isabel e outros bairros da Baixada Fluminense. Esta parte da ilha é servida por linhas de ônibus e lotação que transitam entre a Ilha e o centro de Itaguaí (Figura 6.3.2-31); e também para o bairro de Campo Grande, na capital.



Figura 6.3.2-30 - Rua na localidade da Praia



Figura 6.3.2-31 - Transporte coletivo trafegando pelas ruas da localidade

As festas tradicionais comemoradas pelos moradores são a festa de São Pedro (Figura 6.3.2-32), padroeiro dos pescadores, a Festa de Santa Luzia (esta última na Vila do Engenho) e o carnaval (Figura 6.3.2-33), que é tido como o período de maior atração de turistas para o local. Um dos pontos de referência da Praia é o restaurante Visual, muito freqüentado por funcionários do Porto de Itaguaí e da NUCLEP, sendo considerado um dos principais restaurantes do município de Itaguaí. Segundo a fala do administrador municipal da Ilha a prefeitura estaria com planos para desenvolver e incentivar o turismo na ilha.

“O Turismo esta sendo visto por nós da administração como uma alternativa econômica para ilha, por isso estamos com intenção de oferecer cursos de artesanato e capacitação voltados para o turismo” (administrador municipal da Ilha da Madeira, 2008).

⁴ Os moradores da Ilha definem o local com casas de alto padrão como Rua das Elites.



Figura 6.3.2-32 - Igreja de São Pedro



Figura 6.3.2-33 - Anúncio de atividade do carnaval

Entre as diversas atividades promovidas voltadas para o turismo, estão às competições náuticas, que vem se consolidando na Ilha, esses eventos ocorrem principalmente durante o período de verão, na praia da Ponta no late Clube da Ilha da Madeira (**Figura 6.3.2-34**), em 2008 foi realizado a VI versão dos Jogos de Verão da Ilha da Madeira, segundo o administrador do local o evento é considerado o maior do gênero na Costa Verde do Rio de Janeiro. Entre estas atividades do evento podem se destacar as competições de Caiaques, Caíques, Natação. Essas competições são organizadas pela coordenação de esportes da Secretaria de Indústria, Turismo e Esportes da prefeitura municipal de Itaguaí.



Figura 6.3.2-34 - late Clube da Ilha da Madeira



Figura 6.3.2-35 - Praia da Ponta (Ilha da Madeira)

A localidade da Praia (**Figura 6.3.2-35**) também é sede de associações de pescadores, que são importantes para a organização dos pescadores da região, entre estas estão:

Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - APAIM e a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira - APLIM⁵.

e) Ilha do Martins

A Ilha do Martins, localizada na parte Norte da Baía de Sepetiba, fica rodeada pela Ilha de Itacuruçá, a Ilha da Madeira, com o Terminal portuário de Itaguaí, Ilhas das Cabras e das Ostras. A Martins é formada por praias muito freqüentadas por turistas vindos de vários locais do Rio de Janeiro, principalmente da Zona Oeste. Entre as praias mais procuradas estão a praia do Leste, do Sul) e a do Funil. Além destas existem mais 3 praias na ilha, formando um total de 5. Para chegar á ilha é preciso pegar um barco que sai do píer da empresa Aqualang na Ilha da Madeira, são aproximadamente 30 minutos de barco. Segundo o proprietário da empresa que realiza o transporte são necessários pelo menos seis passageiros para que a embarcação saia, o valor da passagem em janeiro de 2008 era de R\$ 10,00. Durante o trajeto, a embarcação passa pela Ilha do Gato, Gatinho, as praias da Quatiquara, Praia do João Canela, Ilha das Cabras, Ilha das Ostras e Ponta do Boi. O principal ponto de desembarque na ilha fica na praia do Leste, local onde foi construído um píer particular, também na praia do Funil existe um píer (**Figura 6.3.2-36**) onde são desembarcados os turistas da empresa Saveiros tour que vão visitar a ilha.



Figura 6.3.2-36 - Pier de desembarque da Saveiros-tour na praia do Funil - Ilha da Madeira

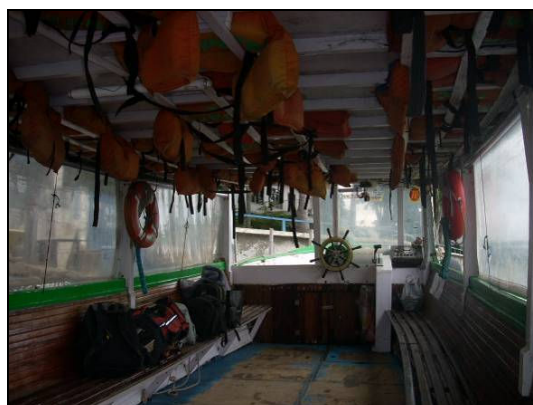


Figura 6.3.2-37 - Interior da embarcação utilizada no transporte para Ilha do Martins

O barco da Aqualung (**Figura 6.3.2-37**) também é utilizado por ilhéus que trafegam, às vezes, levando mantimentos e outros itens adquiridos nos estabelecimentos comerciais

⁵ Esse tema será abordado em seção mais a frente.

da Ilha da Madeira ou mesmo de Itaguaí. Ao se aproximar do porto principal da ilha o barco toca uma sirene, alertando os moradores de sua chegada.

Na ilha existem cerca de 20 famílias, em sua maioria de pescadores, que vivem, principalmente, na praia do Leste e na praia do Sul. São aproximadamente 120 pessoas. As demais casas existentes na ilha são de veraneio, que são ocupadas no verão e no final de semana. A praia do leste (Figura 6.3.2-38) fica situada de frente para o Porto de Itaguaí. Como já mencionado anteriormente, de acordo com o responsável do restaurante, existente no local, a inserção do porto na paisagem (Figura 6.3.2-39) prejudicou os negócios do restaurante.



Figura 6.3.2-38 - Praia do Leste na Ilha do Martins



Figura 6.3.2-39 - Visão do Porto de Itaguaí a partir da praia do Leste (Ilha do Martins)

*“Você acha que as pessoas que vem aqui nesse paraíso gostam de ver esses navios todos ancorados aqui em frente? Com contêiner e tudo mais, ainda mais o pessoal fica com medo de acidente ou que a água da praia esteja poluída”
(Responsável pelo restaurante na Praia do Leste, Ilha do Martins, 2008).*

A escola municipal da ilha foi fechada pela atual administração municipal, a alegação foi que não existiam alunos suficientes para manter a escola funcionando. Hoje as crianças em idade escolar vão estudar na Ilha da Madeira. O transporte é feito pela Aqualang, empresa contratada pela prefeitura para realização do transporte. A rigor, a embarcação pega as crianças às 6:30h e retornam às 18:30h, essa mesma embarcação também passa na praia da Quatiquara e outras praias, em Itacuruçá.

“(...) por causa do fechamento da escola e as dificuldades com a pesca, algumas famílias acabaram se mudando para o continente. (...) Para nós o fechamento da escola foi muito ruim.” (Moradora da Praia do Leste, Ilha do Martins, 2008).

A coleta de lixo é feita por uma embarcação que passa na ilha uma vez por semana. Sobre esse serviço os moradores foram unânimes em afirmar que o serviço está aquém a demanda e em muitas ocasiões como período de feriado o lixo acaba acumulado nas praias.

Na Ilha não existe água encanada ou energia elétrica essa ausência é apontada pelos moradores como uma das principais dificuldades em morar no local. A principal fonte de renda dos moradores é o fretamento das embarcações para o transporte de mercadorias e a pesca artesanal que é praticada principalmente por embarcações pequenas de madeira denominada pelos moradores como Caíques (Figura 6.3.2-40). Esse tipo de embarcação é muito utilizado pelos pescadores artesanais da região (Figura 6.3.2-41). Especialmente para pescar camarão rosado, tainha e corvina as principais espécies pescadas pelos pescadores do local. Além disso, na ilha é possível encontrar espécies como Parati, Bagre e Siri.



Figura 6.3.2-40 - Caíques utilizados pelos pescadores artesanais da Praia do Leste na Ilha do Martins



Figura 6.3.2-41 - Pescadores da Praia do Leste realizando a manutenção de uma embarcação (Ilha do Martins)

Sobre a atividade pesqueira, os entrevistados apontaram que atualmente existem muitas dificuldades e que essas seriam conseqüências da redução de peixes, atribuída à pesca predatória das traineiras, a poluição da baía de Sepetiba e da redução da área de pesca, devido à implantação de áreas de segurança marítima (Figura 6.3.2-42).

Para eles, a solução seria que os empreendimentos que estão ali instalados propusessem e apoiassem iniciativas para reduzir ou compensar os impactos sobre a pesca. Entre estas alternativas, os pescadores da Ilha estão caminhando em parceria com a AMACOR, para a implantação de fazendas de mexilhão. No entanto, as dificuldades em conseguirem recursos para implantação de tais fazendas têm adiado esses projetos.

“(...) hoje a gente esta tentando conversar com a CSA, que na época dos estudos prometeu ajudar a gente, mas até agora não vimos acontecer nada, acho que essa próxima semana um técnico da CSA, vem conversar com a gente, para ver se implanta essas fazendas do Garrafinha [presidente da AMACOR]” (Representante dos moradores da Ilha do Martins, 2008).

Mesmo com tais dificuldades alguns associados da AMACOR, já implantaram algumas fazendas de mexilhões na área (Figura 6.3.2-43). Essas fazendas seriam uma tentativa de introduzir junto aos pescadores do local uma alternativa de geração de renda para as famílias que moram na Ilha do Martins.



Figura 6.3.2-42 - Instalação de bóias com mexilhões na praia do Leste (ao fundo avista-se o Porto de Itaguaí)



Figura 6.3.2-43 - Fazendas de mexilhão na praia do Leste na Ilha da Madeira

Sobre a geração de emprego e renda os moradores são ressentidos com as empresas ali instaladas, pois, segundo eles, tais empresas não priorizam a mão-de-obra local e nem oferecerem as condições necessárias para que os pescadores do local competissem com trabalhadores de fora.

“Acho que se o pessoal quiser vim pra cá para poluir e acabar com o sustento da gente, eles deveria pelo menos, arrumar emprego pra gente ou então oferecer cursos de capacitação, porque assim, a gente conseguiria arrumar emprego nas empresas, você não acha?” (Moradora da Ilha do Martins, 2008).

Em se tratando de organização as famílias da ilha, estão tentando criar uma associação da Ilha do Martins, para que *“juntos possam ter mais força”*. Sobre as atividades de turismo a maioria dos moradores é contrária à presença de turistas em massa, pois eles não respeitariam os costumes das famílias e deixariam o local com muito lixo e não trariam nenhum benefício para os moradores da Ilha.

f) Coroa Grande

No vocábulo Guarani, Coroa Grande significa *“coisa que surge que aparece subitamente, de forma, grande a extensa”*. Segundo um levantamento feito pela prefeitura de Itaguaí em 2004 existiam aproximadamente 2.300 casas com cerca de 9.000 moradores. A localidade possui uma boa infra-estrutura, dispondo de Posto de Saúde, Três escolas, diversas pousadas e hotéis. Para se chegar até Coroa Grande é preciso seguir a BR-101 - antiga Rio-Santos - por volta do antigo km 23 avista-se o local. Seus moradores vivem da pesca, do Turismo e da prestação de serviços em empresas ligadas direta ou indiretamente com o funcionamento dos Portos da Região, Sepetiba, NUCLEP e TIG (Terminal da Ilha Guaíba).

Durante a pesquisa foi possível identificar que muitas lideranças ligadas à pesca na região residem no bairro, principalmente, aquelas ligadas à maricultura como a AMACOR (Figura 6.3.2-44) e a AMCOVERI (Figura 6.3.2-45). Segundo uma dessas lideranças esta coincidência deriva do fato de sempre ter existido no local, mulheres que desenvolviam a atividade.

A pesca é praticada em toda a Baía conforme relato de um pescador morador de Coroa Grande. “Aqui a gente pesca na baía toda, (...) em Jaguanum, Muriqui, perto do Porto de Itaguaí, restinga da Marambaia, ilha do Martins, perto da Guaíba, a onde tiver peixe a gente vai” (Pescador de Coroa Grande, 2008).

Já a maricultura, segundo informações do presidente da AMCOVERI, um dos melhores locais para cultivar os mariscos, seria a região da Ponta do Boi (na ilha de Itacuruçá) e

ilha das Ostras, próxima a Ilha do Martins. Nesses locais existem costões que não permitem a aproximação de embarcações. Assim, ao mesmo tempo em que o cultivo não atrapalha a navegação, as embarcações não danificam os *Long lines* colocados no local.



Figura 6.3.2-44 - Área de Maricultura dos Associados da AMACOR na Ilha Martins



Figura 6.3.2-45 - Área de Maricultura dos Associados da AMCOVELI na Ilha das Ostras próxima à Ilha do Martins

Sobre as dificuldades apontadas pelos pescadores de Coroa Grande estão: a pesca predatória, a poluição os atravessadores, a falta de apoio para as atividades de maricultura e a falta de um cais para o desembarque do pescado. De acordo com as informações dos pescadores do local, o cais está desativado por não apresentar segurança, estando com a sua estrutura comprometida. Atualmente os pescadores artesanais da região desembarcam o pescado na Ilha da Madeira (galpão do pescador e píer da Ilha da madeira) e em Itacuruçá (continental). Das praias de Coroa Grande é possível avistar as ilhas de Itacuruçá, Martins e dos Cabritos, além da Ilha da Madeira.

Alguns entrevistados se queixaram do trem (Figura 6.3.2-46 e Figura 6.3.2-47) que passa no bairro, levando minério para o Terminal da Ilha Guaíba, provocando barulho, poeira de minério, sobretudo quando venta. De acordo com os moradores, passam mais de 10 trens por dia.



Figura 6.3.2-46 - Trem da MRS passando em Coroa Grande



Figura 6.3.2-47 - Vagões do Trem da MRS em Coroa Grande

g) Ilha de Itacuruçá (Itaguaí)

Do ponto de vista administrativo e político a ilha de Itacuruçá, é dividida por uma linha imaginária no sentido noroeste - sudeste, ficando a parcela ao leste como parte do município de Mangaratiba e a parcela oeste como parte de Itaguaí. Segundo informações do administrador municipal da Ilha da Madeira, esta parcela corresponde a 40% da área total da Ilha. Nesta área estão incluídas: a praia da Quatiquara, a praia do Leste⁶, a praia do João Canela e a ponta do boi. Nestes locais a prefeitura de Itaguaí realiza o transporte de crianças para escola, além de coletar o lixo. A maioria dessas praias é ocupada por casas de veranistas, no entanto, é possível encontrar alguns pescadores principalmente na praia da Quatiquara e na ponta do Boi, segundo informações do presidente da AMCOVERI, residem, aproximadamente, 10 famílias de pescadores nessas praias. Como os demais pescadores da região, a pesca praticada pelos seus moradores é feita principalmente de forma artesanal e as áreas de pesca estão espalhadas pela região, principalmente, nas proximidades da ilha de Jaguanum.

Em Itacuruçá também existe um píer onde embarcações de turismo partem para os passeios nas ilhas da Baía de Sepetiba, no roteiro encontram-se as ilha de Jaguanum, Martins e proximidades da ilha da Madeira. Segundo informações da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, no referido píer não atracam barcos maiores devido à presença de embarcações afundadas no canal entre o continente e a Ilha de Itacuruçá.

⁶ Neste local estaria instalada a empresa de Água Mineral Costa Verde.

No local ainda existe uma base da Marinha de Guerra do Brasil (Capitania dos Portos), uma estação de pesquisa em biologia marinha da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e a principal sede da Colônia de Pescadores da região, ou seja, Colônia Z-16 e um ponto de apoio para o abastecimento das embarcações. No local também é possível avistar diversas peixarias e restaurantes que serviriam de atravessadores para o peixe pescado na região. No entanto, segundo informações de um pescador filiado a Z-16 mais da metade do pescado da região é desembarcado no município de Angra dos Reis, “*apenas uma pequena porcentagem que é desembarcada aqui [Itacuruçá]*” (Pescador de Itacuruçá, 2008).

6.3.2.4 - Caracterização dos Usos do Espaço Marítimo

Neste estudo entende-se que o território marítimo pode ser interpretado, como um espaço utilizado por diversos atores que vão compor a realidade socioambiental da área de influência direta do empreendimento. A rigor pode-se afirmar que o uso do espaço marítimo da Baía de Sepetiba é bastante intenso, com a presença de grandes navios para o transporte de cargas -na Baía existem três portos: Itaguaí, TIG (Terminal da Ilha Guaíba) e NUCLEP- além dos barcos de pesca, transporte e turismo. Nesse sentido, temos as seguintes categorias de usuários desse espaço:

- Pesca artesanal;
- Pesca industrial ou em grande escala;
- Pesca esportiva;
- Atividades relacionadas à navegação:
 - ▶ Praticagem;
 - ▶ Navios de transporte de cargas;
 - ▶ Embarcações militares.
- Transporte Marítimo Local, no caso desta categoria ela pode ser dividida em:
 - ▶ Escolar;
 - ▶ De passageiros e turistas;

- ▶ De recolhimento de lixo;
- ▶ De mercadorias.

Logo abaixo essas categorias serão descritas mais detalhadamente.

Caracterização da Atividade Pesqueira desenvolvida na Baía de Sepetiba

Historicamente a pesca na Baía de Sepetiba é tida como uma das principais fontes de economia de seus moradores. Segundo Scott (1998), a pesca se destaca como atividade econômica da Baía desde 1727. Na década de 1940, o governo federal fundou (em 19 de agosto de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.760) a Escola de Pesca Darcy Vargas, numa parte da ilha da Marambaia. A escola teve papel fundamental na atividade pesqueira e na formação da mão-de-obra ligada atividade.

Também na Ilha até a década de 1970, funcionava uma fábrica de conservas para a produção de sardinhas e filés de cação, além de embarcações de pesca, dentre estas o Presidente Vargas (120 t), Redentor I e Redentor II (70 t cada) e outras adquiridas no exterior. Com a sua desativação hoje funciona no local o Centro de Treinamento de Fuzileiros Navais.

Mas nas ultimas três décadas com a implantação de um parque industrial e a crescente densidade populacional nas zonas urbanas situadas nas proximidades da Baía, a ocupação irregular de áreas de preservação e o despejo de esgoto indústria e doméstico têm contribuído para transformações socioambientais na região entre estas a decadência da pesca e a as alterações do próprio território marítimo da região. Apesar dessas transformações, a Baía ainda é considerada um local importante para atividade pesqueira no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o levantamento das entidades de pesca e aqüicultura da baía de Sepetiba, foi verificada a existência de 12 entidades.

De acordo com as entrevistas realizadas com pescadores e lideranças da pesca na Baía de Sepetiba foi possível entender que os números relativos à atividade pesqueira são muito difusos. Sobre essa questão Vasconcellos *et al* apontam que a falta de informação está associada à própria atividade e a falta de uma política pública para o setor, conforme passagem abaixo:

“A falta de informação sobre a pesca artesanal é resultado de sua dispersão e complexidade, evidenciada pelo uso de diversas artes de pesca na captura de recursos multiespecíficos, mas acima de tudo reflete a falta de atenção política para um setor que, no Brasil, estima-se que envolva aproximadamente 2 milhões de pessoas, é importante gerador de empregos e divisas para as camadas mais pobres da população e tem importância fundamental para segurança alimentar (...) A falta de informação sobre a pesca artesanal é também em parte reflexo de uma inadequação das abordagens convencionalmente utilizadas na avaliação de pescarias. Em primeiro lugar estas abordagens tiveram historicamente um enfoque disciplinar biológico e desconsideraram aspectos sociais, econômicos e institucionais das comunidades de pescadores.” (idem, 2005:2).

O último censo oficial da categoria no Brasil teria sido feito no ano de 2000, o número total de pescadores registrados na baía de Sepetiba foi estimado pela SEAPPR, em 2.508 pescadores. No entanto, através das informações obtidas durante o levantamento de campo, junto as entidades que não foram registradas pela SEAPPR, verificou-se que o número de pescadores registrados chegou a 3.307 pescadores, conforme demonstrado no **Quadro 6.3.2-1**, abaixo. Ressalta-se também que é comum encontrar casos de pescadores associados a mais de uma entidade, o que pode contribuir para um mesmo pescador ser contado duas vezes.

Quadro 6.3.2-1 - Número de pescadores registrados (*nr: não relacionado)

Entidades	Entrevistas	SEAPPR
Z 14	300	681
Z 15	nr	627
Z 16	1804	598
AMAR	130	414
APAS	160	nr
APAIM	126	nr
APLIM	119	119
AMACOR	480	nr
AMCOVERI	38	69
TOTAL	3307	2508

De acordo com os levantamentos de campo, a frota pesqueira que atua na área da Baía de Sepetiba é composta por um total de 1.262 embarcações, predominado as canoas e os caícos, seguidos dos barcos a motor entre 4-8m e barcos a motor entre 8-12m.



Figura 6.3.2-48 - Caíco



Figura 6.3.2-49 - Canoa



Figura 6.3.2-50 - Barco a motor
entre 4 e 8 metros



Figura 6.3.2-51 - Barco a motor
entre 8 e 12 metros

A grande quantidade de caícos e canoas na baía de Sepetiba demonstra a predominância da pesca artesanal. Estas embarcações estão concentradas, principalmente em Pedra de Guaratiba e Sepetiba, representadas pela Colônia Z-14 e a APAS. O Quadro 6.3.2-2 apresenta a descrição da frota pesqueira atuante na Baía de Sepetiba por entidade.

Quadro 6.3.2-2 - Caracterização das embarcações utilizadas na pesca, por entidade.

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
Z 14	Caíco	200
	Canoa	10
	Barco a motor (4 - 8 m)	50
	Barco a motor (8 - 12 m)	30
APAS	Caíco	50
	Canoa	150
	Barco a motor (4 - 8 m)	20

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
Z 16	Caíco	100
	Canoa	70
	Barco a motor (4 - 8 m)	100
	Barco a motor (maior de 12 m)	15
	Lancha	4
AMCOVERI	Caíco	8
	Canoa	3
	Barco a motor (4 - 8 m)	2
APAIM	Caíco	30
	Canoa	4
	Barco a motor (6 - 10 m)	10
AMAR	Caíco	45
	Canoa	120
	Barco a motor (6 - 12 m)	100
	Barco a motor (maior de 12 m)	10
APMIM	Caíco	30
	Canoa	21
	Barco a motor (4 -6 m)	1
	Barco a motor (6-10 m)	4
	Barco a motor (10-12 m)	1
APLIM	Caíco	15
	Canoa	3
	Barco a motor (4 -6 m)	10
	Barco a motor (6-10 m)	35
	Barco a motor (10-12 m)	10
	Barco a motor (>12 m)	1

O desenvolvimento desta atividade ao longo dos anos formou um vasto conhecimento acumulado pelos pescadores sobre o comportamento das espécies capturadas, a época de sua reprodução e a concentração dos cardumes, existindo uma estreita relação entre os tipos de barcos, as artes de pesca e os ambientes naturais onde a pesca é praticada.

As artes de pesca se dividem em dois segmentos: artes fixas, que são as estacadas ou currais presos ao fundo, em locais mais rasos. Este segmento está localizado atualmente apenas na região em Pedra de Guaratiba e na área da restinga da Marambaia. O outro tipo refere-se às artes de pesca móvel, que consiste na utilização de petrechos, onde se exige o deslocamentos para perseguir os cardumes.

Durante os levantamentos de campo realizados em maio e abril/08 foram identificadas 15 artes de pesca diferentes que são empregadas pelos pescadores locais. A rede de espera

para peixes e arrasto de porta para captura do camarão são os petrechos mais utilizados, seguido da rede de cerco e de aperto, linha de mão e espinhel. A rede de arrasto de praia é mais utilizada na restinga da Marambaia devido às áreas praianas onde praticam o arrasto. A Colônia Z-16 de Itacuruçá, seguida da AMAR são as entidades que mais diversifica as artes de pesca,. Dentre as artes de pesca identificadas durante o levantamento de campo (mar-abr/08) podemos citar:

- **Rede de Arrasto de Portas:** Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- **Arrasto de Praia:** Pesca feita com rede com dois calões puxada manualmente até a praia;
- **Cerco com calão:** rede chamada pelos pescadores de courinho com malhas apertadas para captura de camarão, encontrada apenas em Sepetiba;
- **Corrico:** Linha de nylon mono filamento arrastada por embarcação, normalmente com iscas artificiais;
- **Curral:** estacas em madeiras fincadas ao fundo da Baía, posicionadas de forma que a corrente marinha direciona o pescado para o interior das armadilhas;
- **Espinhel de fundo:** tralha de nylon extensa em mono filamento com vários anzóis presos a linha;
- **Linha de Mão:** Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los ate o fundo;
- **Marisqueira:** Pessoas que utiliza a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- **Mergulho:** Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como mascara, canudo, nadadeiras e arpão;
- **Pargueira:** Pesca feita com linhas de monofilamento com cerca de 12 a 22 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para leva-los ate o fundo;
- **Puçá:** Um circulo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;

- **Rede de aperto:** rede de nylon monofilamento que mede cerca de 300 metros de comprimento, onde fazem o cerco e utilizam uma corda amarrada a uma das extremidades para apertar a rede até a proa da embarcação e logo após puxa-se a rede pela outra extremidade até o final da mesma.
- **Rede de cerco:** São redes de nylon de monofilamento com comprimento e altura variada, onde utilizam a embarcação para cercar os cardumes e os mesmos malham nas redes;
- **Rede de espera:** São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;
- **Tarrafa:** Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferentes tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.

Ao relacionar as artes de pesca com as espécies de pescados capturadas na região (Figura 6.3.2-52), observou-se que a tainha aparece com maior frequência nas diferentes artes de pesca, seguida do camarão.

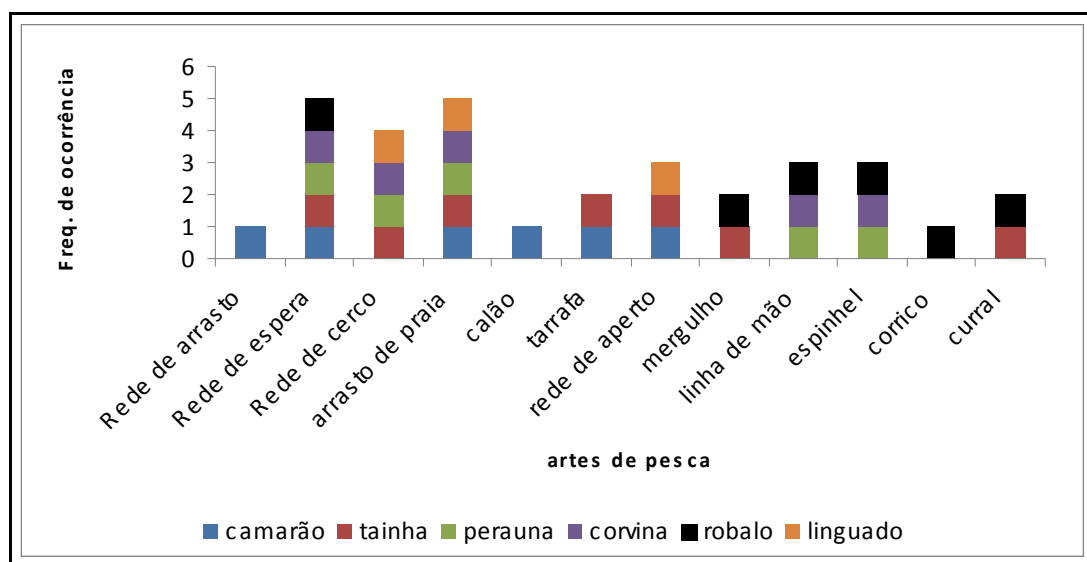


Figura 6.3.2-52 - Espécies capturadas por arte de pesca

A atividade pesqueira é grande importância socioeconômica para a população residente e para economia do município, sobretudo para aqueles ligados a pesca artesanal. Sobre a importância da pesca artesanal no Brasil, Vasconcellos *et al* (2005), apontam que a pesca artesanal em 2002 foi responsável por 52,5% das toneladas de recursos pesqueiros estuarinos e marinhos desembarcados no país.

Nesse sentido, destaca-se a importância das áreas estuárias, para a manutenção e reprodução de peixes e crustáceos, pois abriga em suas águas estoques significativos de espécies de valor comercial que favorecem a atividade da pesca tanto artesanal e industrial. E por consequência dessas características a Baía representa uma importante fonte de renda. De acordo com as informações coletadas em campo (jan/08) as principais espécies de valor comercial capturadas pelos pescadores da Ilha da Madeira e entorno são: robalo, sardinha, bagre, camarão cinza, camarão ferro, caranguejo, siri, anchova, corvina, garoupa, mexilhão, a ostra, a pescada e tainha.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades. O **Quadro 6.3.2-3** apresenta as principais espécies de pescado capturado na Baía de Sepetiba e a média de valor de mercado dessas espécies.

Quadro 6.3.2-3 - Média do valor econômico das espécies de pescado da baía de Sepetiba.

Espécie	Valor R\$/Kg
anchova	6,8
bagre	0,5
baiaçu	1,8
cação	8
camarão	15
caranguejo / por corda	8
corvina	4
garopa	16,5
linguado	12,2
lula	5
mexilhão cru	2
mexilhão cozido	9,8
ostra	7
parati	1,65
pargo	4
pescada	4,5
pescada amarela	5
pescadinha	5,5
pirauna	4,5
robalo	13
siri	15
tainha	3,6
xererete	2

Fonte: levantamento de campo, jan/08.

Cabe destacar que a pesca é exercida de acordo com a distribuição sazonal do pescado, ou seja, a abundância do pescado é controlada por fatores biológicos como migração, época de reprodução e taxa de crescimento. Dependendo desta oferta, o preço do pescado varia para mais ou menos, impossibilitando o pescador de ter um planejamento econômico linear ao longo do ano.

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo. Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes, conforme ilustrado na **Figura 6.3.2-53**.

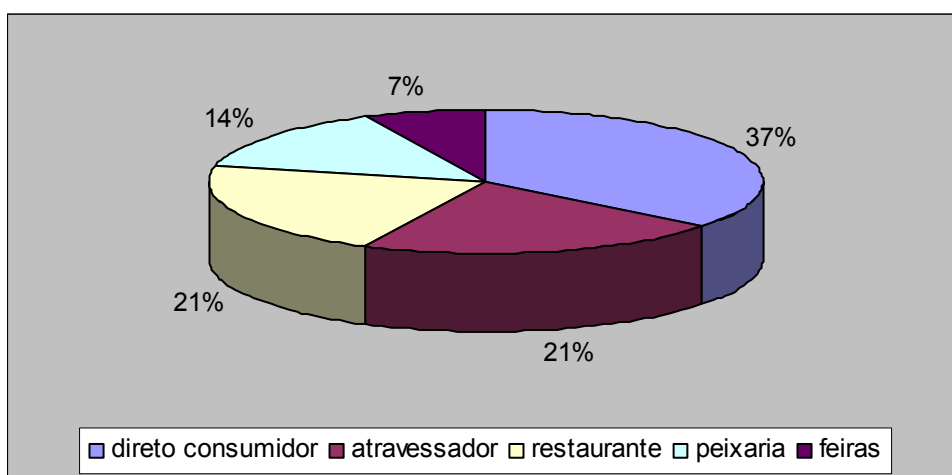


Figura 6.3.2-53 - Comercialização do pescado na Área de Influência

Em relação aos picos de produção e os tipos de pescado, foi verificado que as épocas de maior atividade pesqueira ocorrem no verão e inverno (conforme ilustrado na **Figura 6.3.2-54** a seguir). Os períodos de menor produção são no outono e primavera, épocas propícias para contatos com as comunidades organizadas e atividades operacionais conflitantes com a pesca, como dragagens e aumento do fluxo de navegação, entre outros.

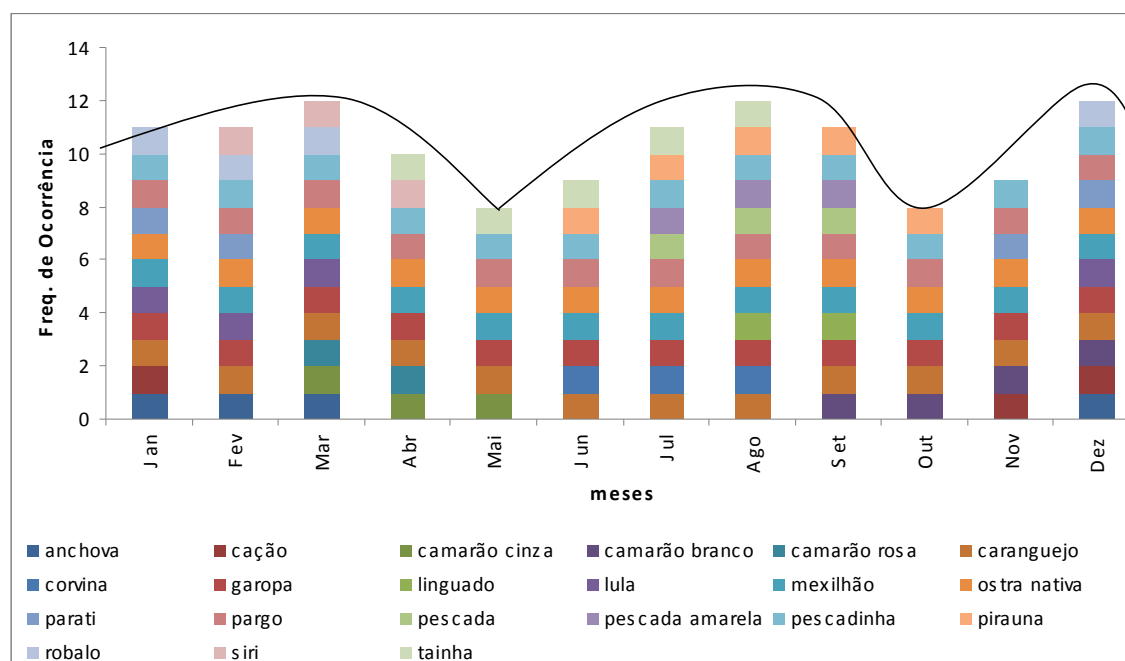


Figura 6.3.2-54 - Distribuição temporal das espécies de pescado descritas pelos pescadores artesanais da baía de Sepetiba.

Conforme destacado pelo presidente da AMACOR, que com a queda da produção pesqueira, muitos pescadores têm migrado para outras atividades ou para os centros urbanos da região da Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro.

De modo geral, a atividade é realizada prioritariamente dentro a Baía de Sepetiba, entorno das ilhas e desembocaduras de rios da região.. A partir das entrevistas com as entidades de pesca, foram registrados 29 pesqueiros distribuídos na baía de Sepetiba. Em área marítima a pesca é realizada ao longo da costa da restinga de Marambaia em profundidades de até 30, deslocando-se até a região da Ilha de Marambaia. A utilização destes pesqueiros varia de acordo com a proximidade da comunidade pesqueira, das embarcações utilizadas e do tipo e da rota dos pescados que variam ao longo do ano.

No Quadro 6.3.2-4, são apresentadas informações sobre as espécies- alvo e seus respectivos pesqueiros.

Quadro 6.3.2-4 - Principais pesqueiros e espécies-alvo identificados na baía de Sepetiba

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
Z 14	Canal do meio	corvina, tainha, parati, camarão
	Canto da praia	corvina, tainha, parati, camarão
	Pernambuco	corvina, tainha, parati, camarão
	Rio Vermelho	corvina, tainha, parati, camarão
Z 16	Laje da Marambaia	anchova, cação, corvina, pargo
	Laje do Mero	garopa, corvina
	Laje do fundo	garopa, corvina
AMAR	Ilha da Marambaia	corvina
	Ilha Grande	lula, corvina, baiacu
	Ilha da Guaíba	corvina, anchova, robalo, cultivo de mexilhão, coquile e ostra. Extração de mexilhão
	Ilha do Cutiatá-açu	corvina, anchova, robalo
	Ilha do Cutiatá-mirim	corvina, anchova, robalo
	Baía de Mangaratiba	corvina, anchova, robalo, camarão, cultivo de mexilhão, coquile e ostra. Extração de mexilhão
APAS	Pumbeba	camarão, piraúna, corvina, linguado
	São Francisco	camarão
	Rio Vermelho	tainha, corvina, pirauna, arraia
	Rio Capão	tainha, corvina, pirauna, arraia
APAIM	Saco da Ilha da Madeira	camarão, corvina, tainha, arraia
	Restinga da Marambaia	camarão, corvina, tainha, arraia, piraúna, bagre
AMACOR	Praia do Recife (Angra)	vongole
	Restinga da Marambaia	vongole
	Praia de Coroa Grande	vongole
	Lagoa de Saquarema	vongole
	Costões de Mangaratiba	mexilhão
	manguezal de Itaguaí	sururu
	Manguezal de Mangaratiba	sururu
AMCOVERI	Saco da Pumbeba	camarão, corvina, linguado, tainha
	Praia Itacoticoara	camarão, corvina, linguado, tainha
	Laje branca	camarão, corvina, linguado, tainha
	Ponta do Boi	cultivo de ostra-giga, vieira, mexilhão, ostra nativa e algas
APMIM	Ilha da Marambaia	corvina, polvo, garoupa, badejo
	Laje da Marambaia	lula, corvina, baiacu
	praia da costa	tainha, corvina, anchova, robalo,
	Baía de Mangaratiba	tainha, corvina, anchova, robalo, camarão
APLIM	Ilha da Marambaia	corvina
	Ilha Grande	lula, corvina, baiacu
	saco da pombeba	corvina, anchova, robalo,
	rio vermelho	corvina, anchova, robalo
	parati	corvina, anchova, robalo,
	Baía de Mangaratiba	corvina, anchova, robalo, camarão

Fonte: levantamento de campo, jan/08.

O pescado capturado é desembarcado nas próprias comunidades pesqueiras da região, De acordo com as informações obtidas em campo foram identificados 15 pontos de desembarques pesqueiros no entorno da baía de Sepetiba.

Em Pedra de Guaratiba, onde está localizada a Colônia de Pescadores Z14, foram apontados 5 pontos de desembarque, cujo ponto da Praça Pública é o mais representativo, onde ficam a maioria dos compradores de peixes.

Em Itacuruçá, onde está localizada a Colônia de Pescadores Z16, foram registrados 6 pontos de desembarques. A praia de Itacuruçá é a principal. Esta região apresenta a peculiaridade de englobar diversas ilhotas onde vivem pescadores, como Jaguanum. Quando esses não conseguem vender o peixe na própria comunidade, os pescadores desembarcam em Itacuruçá.

Em Mangaratiba, encontra-se a Associação de Pescadores e Maricultores de Mangaratiba. O desembarque é realizado no centro, próximo à peixaria. Muitos pescadores de outras localidades, dentro e fora da baía de Sepetiba, desembarcam o pescado nesse ponto. No final da praia há também um pequeno ponto de desembarque, onde pescadores de Itacuruçá entregam o pescado à atravessadores.

Na Ilha da Madeira observa-se 3 pontos de desembarque pesqueiro. Os principais são na peixaria e no cais da APLIM. Os pescadores desta região também desembarcam em Coroa Grande. Em Coroa Grande, onde está situada a AMCOVER, há um grande Píer onde é descarregado o pescado de pescadores de toda região (tabela 7).

Em Sepetiba, onde está localizada a Associação de Pescadores de Sepetiba (APAS), verificou-se um ponto de desembarque, na praia do centro. As embarcações atracam na Ilha do Tatu.

De modo geral os pontos de desembarque apresentam pouca infra-estrutura para armazenamento e desembarque do pescado, carecendo inclusive de píer. O Quadro 6.3.2-5 abaixo apresenta um resumo dos principais pontos de desembarque.

Quadro 6.3.2-5 - Pontos de desembarque por entidade.

Entidade	Pontos de desembarque	Pier
Z 14	Praia da Capela	x
	Amendoeira	
	Coqueirinho	
	Praça pública	
	Ponta Grossa	

Entidade	Pontos de desembarque	Pier
Z 16	Ilha da Madeira	x
	Coroa Grande	x
	Itacuruçá	x
	Muriqui	
	Mangaratiba	x
	Conceição de Jacareí	x
AMAR	Centro de Mangaratiba	x
APAS	Ilha do Tatu	x
APAIM	APAIM	
	Cais de Coroa Grande	
	Praia de Coroa Grande	
AMCOVERI	Coroa Grande	
	Vila Geni	

Organização social das relações de trabalho dos pescadores

A organização social das relações de trabalho na pesca, tanto artesanal quanto a industrial, envolve um jogo complexo de relações pessoais e até mesmo de parentesco. Essa relação é apontada por pesquisadores e pescadores como uma das principais características da atividade pesqueira. Assim sendo, essa constatação também foi observada na Ilha da Madeira, onde existe um elevado grau de parentesco entre os seus moradores e conseqüentemente entre os pescadores da região.

A forma de remuneração do trabalho mais comum se faz pelo regime de partilha ou da parceria, neste regime os pescadores dividem a pescada em função da posse dos equipamentos de trabalhos ou até mesmo relacionada com a propriedade da embarcação. Neste caso, o dono do barco recebe duas partes do pescado uma relativa ao seu trabalho e a outra relativa pela posse da embarcação. Em alguns casos, ele pode ganhar mais uma parte, caso seja, também, o dono do equipamento. No diagnóstico de pesca foi identificada uma outra relação, mais comum em embarcações maiores (geralmente na pesca industrial). Nesta o rendimento é dividido em metade para o dono da embarcação e outra metade é dividida entre os membros da tripulação.

Nos últimos anos por causa das dificuldades com a pesca, muitos pescadores têm conciliado a atividade com o turismo e por causa dessa situação, os seus hábitos têm mudado. “(...) hoje a gente não descansa mais no domingo, o domingo é um dia bom para alugar o barco e fazer travessia para as ilhas ou até mesmo levar pessoas para pescar de linha na Baía” (Pescador da Ilha da Madeira, 2008).

Neste caso, o pescador estava se referindo as adaptações que eles tiveram que fazer, em relação a sua rotina de trabalho. Conforme foi levantado em campo o pescador teria a seguinte rotina diária na região da Ilha da Madeira (**Quadro 6.3.2-6**).

Quadro 6.3.2-6 - Rotina diária dos pescadores da Ilha da Madeira.

Atividades desenvolvidas	Dias da Semana
Atividades dedicadas a Pesca	Vai de terça a sexta feira
Atividades relativas ao Turismo	Sábado e domingo
Descanso	Segunda feira

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2008.

No **Quadro 6.3.2-6** é possível observar que a pesca fica priorizada nos dias da semana, pois seriam os dias com menor movimento de turistas na região. Já no caso dos horários destinados à pescaria eles podem ser muito variados. Existem pescadores que embarcam para a pesca antes do sol nascer e volta em torno das 21 a 22 horas, em algumas situações os pescadores ficam até dois dias no mar. O retorno depende de variáveis como tempo, maré, gelo, combustível entre outras. Outros pescadores preferem pescar só à noite. O horário depende, também, do tipo de espécie que se almeja capturar. No caso do Camarão ferro, por exemplo, sua captura é melhor no período noturno.

“(...) é por isso que eu falei pra vocês, que os navios atrapalham porque além de virem muito rápido fazendo ondas, que balança a embarcação, eles colocam luz forte o que atrapalha na captura do camarão” (Presidente da APLIM, 2008).

O final de semana seria o período dedicado às atividades turísticas, como: aluguel de embarcações⁷, passeios nas ilhas ou até mesmo a venda do pescado, para os visitantes da região. A segunda feira seria destinada ao descanso ou para realização de outras tarefas como ir à instituições bancárias, fazer compras ou resolver pendências junto às autoridades marítimas.

Em relação à venda do pescado, a preparação ocorre depois do retorno do mar, quando os pescadores retiram os peixes das embarcações e entregam para o atravessador. Na Ilha da Madeira os principais pontos de entrega do pescado são: a peixaria do Japonês, para o Bola da Mariquita, nas Kombis que vão buscar o peixe. Alguns pescadores vendem em casa mesmo, como foi possível identificar um pescador da Vila do Engenho, que só pescaria

⁷ Em janeiro de 2008 o aluguel das embarcações para pesca esportiva, estava variando entre R\$ 280,00 a 320,00.

corvina e vende o produto na porta da sua própria casa. Já aqueles que pescam na região de Mangaratiba, entregam o pescado na peixaria do Gaguinho no centro da cidade (Mangaratiba). Segundo os pescadores entrevistados, em algumas situações os atravessadores revendem o peixe até pelo dobro do preço.



Figura 6.3.2-55 - Pescadores descarregando o peixe para ser entregue nas peixarias.



Figura 6.3.2-56 - Peixe sendo entregue na peixaria do Gaguinho em Mangaratiba.

Como já foi apontado neste documento, o problema do armazenamento (falta de uma câmara fria na ilha) e da comercialização seria um dos principais entraves encontrados pelos pescadores artesanais, depois da captura do peixe.

A Pesca Artesanal na Baía de Sepetiba

A pesca artesanal (Figura 6.3.2-57) é apontada por muitos pesquisadores (Ramires et al, 2005; Silva et al, 2005, entre outros) por ser caracterizada por aqueles pescadores que durante todo o processo da pesca (captura e desembarque) trabalham sozinhos e/ou utilizam a mão-de-obra familiar ou de vizinhos, as técnicas de pesca utilizadas são rudimentares e não proporcionam muitos ganhos no mercado. Além disso, eles pescam normalmente próximo à costa em função do tipo de embarcações utilizadas (Figura 6.3.2-58). Essas condições diferenciariam dos demais pescadores nesse sentido, Ramires et al (2005), aponta que:

“Enquanto processo de trabalho, a pesca artesanal encontra-se em contraste com a pesca industrial por ter características bastante diversificadas, tanto em relação ao habitat e estoques pesqueiros que exploram, quanto à técnica de pesca que utilizam” (idem, 1-2: 2005).



Figura 6.3.2-57 - Rede utilizada por pescadores da Vila do Engenho (Ilha da Madeira).



Figura 6.3.2-58 - Embarcações utilizadas por pescadores artesanais da Ilha do Martins.

Na área do empreendimento a pesca artesanal está presente desde primeiros moradores da Baía de Sepetiba. É uma arte que é passada de pai para filho por várias gerações de famílias de pescadores. Segundo Tolentino *et al* (2004), esses conhecimentos estão relacionados principalmente com o meio natural.

“(...) O fluxo das marés, os caminhos dos Manguezais, o ciclo biológico dos animais marinhos e seus hábitos. É praticamente uma coleta e se localiza geralmente em áreas de mangue (ou berço do mar, como costumam chamá-las os nativos dessas regiões), onde há abundância de caranguejos, mexilhões, ostras, camarões, siris e peixes de médio porte” (idem, 198:2004).

Portanto, os pescadores dependem desta relação de conhecimento e interação com o meio ambiente.

Por causa das dificuldades que os pescadores vêm sofrendo nos últimos anos muitos pescadores já não consideram a pesca como sua principal atividade. Eles passaram a utilizar suas embarcações (Figura 6.3.2-59), na maior parte do tempo, para alugar, para o fretamento e para o turismo.

Em se tratando da área de atuação dos pescadores na região ela é bastante ampliada, como eles mesmos dizem “onde tem peixe tem pescador”. No entanto, é possível perceber que existem algumas áreas que são prioritárias, no caso da pesca artesanal que utilizam embarcações menores (canoas, caíques, caiaques barcos de fibra e alumínio) a remo ou a motor de pouca potencia (Figura 6.3.2-60), essas áreas se concentram principalmente a

margem continental da ilha da madeira ou próxima às ilhas Jaguanum, Martins e restinga da Marambaia.



Figura 6.3.2-59 - Embarcações utilizadas por pescadores da Ilha da Madeira.



Figura 6.3.2-60 - Embarcações utilizadas por pescadores artesanais da Ilha da Madeira.

A partir de informações e de um mapeamento feito pelos próprios pescadores da **Ilha da Madeira**, tentou-se identificar quais os locais considerados mais importantes para a pesca na região. No mapeamento eles marcaram, principalmente, as regiões próximas a Ilha do Martins, Ilha Jaguanum e restinga da Marambaia.

Já no caso da **pesca esportiva**, praticada por turistas, o principal ponto seria um local próximo à área onde foi depositada lama das dragagens realizadas pela CSA (parte vermelha no mapa), o local, nas proximidades da ilha do Martins e da restinga da Marambaia, depois da dragagem teria se tornado uma área propícia para a pesca de corvina. Neste caso, os barcos saem da empresa Aqualang ou do late Clube da Ilha da Madeira em direção a essa área que é considerada excelente para a pesca de corvina, principalmente para os pescadores que estão com anzóis.

No desenho há uma parte tracejada que representa a rota percorrida pelas embarcações de pesca (esportiva e das de mais pescas) na ilha da Madeira, além disso, essa mesma rota é utilizada pelas embarcações de turismo que sai da Ilha da Madeira e parte para as Ilhas do Martins, Itacuruçá, Jaguanum e de mais ilhas próximas ao porto.

No desenho também é possível avistar que no entorno da Ilha do Martins (ilha das Ostras e Ponta do Boi) algumas associações de maricultores têm instalados *long lines*, por acreditarem que a área é propícia para esse tipo de espécie, além de não prejudicar a

navegação das embarcações que passam por ali, como já observado anteriormente. Já nas proximidades da ilha de Jaguanum é apontada como um local ideal para pesca de pescadinha, tainha, camarão entre outras espécies.

É importante ressaltar que as áreas de pesca, também estão diretamente relacionadas com os recursos que os pescadores dispõem, ou seja, o tipo de embarcação que o pescador tem e a influência direta do local a onde ele pretende pescar. Além disso, as condições naturais como a presença de cardumes é outro fator importante que os pescadores consideram na hora de transitar dentro da baía.



Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2008. Desenho elaborado a partir do esboço feito por pescadores da Ilha da Madeira e Coroa Grande.

Figura 6.3.2-61 - Percepção sobre as áreas de pesca na região da Ilha da Madeira

São utilizadas embarcações de diversos tamanhos e potência de motor, como canoas a remo ou a motor, embarcações tipo “boca aberta” motorizadas, barcos de fibra e alumínio motorizados, barcos de arrasto, de cerco e múltiplo emprego a motor. Aqueles que não têm barco a motor utilizam diversos artifícios, para se chegar a onde tem peixe um deles é utilizar um barco a motor, como rebocador, para levar seu caíque até o local ideal para pesca.



Figura 6.3.2-62 - Caíque sendo rebocado por um barco a motor.



Figura 6.3.2-63 - Outro flagrante da prática de reboque de embarcações sem motor ou com motor de baixa potência e autonomia.

Os maiores barcos atuantes na região são os de cerco e arrasto. Essas embarcações são encontradas na Ilha da Madeira principalmente com aqueles pescadores que são associados da Associação dos Pescadores e lavradores da Ilha da Madeira (APLIM), no entanto, segundo informação local a área da Baía de Sepetiba é utilizada como área de pesca de embarcações provenientes de Angra dos Reis, Niterói, São Paulo e de outros locais do Rio de Janeiro. Atribui-se, principalmente, as embarcações vindas de fora à prática da pesca predatória. Esse tipo de pescadores é classificado pelos nativos como pescadores industriais ou em grande escala, que será fruto da abordagem da próxima subseção.

A seguir são apresentadas a caracterização das atividades pesqueiras desenvolvidas na Área de Influência por entidade de pesca.

Associação de Maricultores e Pescadores de Mangaratiba (AMAR)

A AMAR (Associação de Maricultores e Pescadores de Mangaratiba), situada no município de Mangaratiba, foi registrada em 2002, no entanto seus representantes já realizavam associativismo informalmente.

Atualmente a AMAR está representada por 130 pescadores, segundo informação dos representantes da entidade. No entanto na SEAPPR estão registrados 414 associados, entre pescadores, marisqueiras e maricultores.

Sua sede está localizada no mercado municipal de Mangaratiba (**Figura 6.3.2-64**). A manutenção das despesas operacionais da associação deve-se principalmente à contribuição mensal dos filiados.



Figura 6.3.2-64 - Sede da Associação de Pescadores de Mangaratiba

Atualmente esta associação está implantando uma fazenda marinha para seus associados, através do apoio da ThyssenKrupp CSA (TKCSA), pelo cumprimento das medidas compensatórias, devido aos impactos ambientais causados às áreas de pesca, através da ação da dragagem para a construção do píer para a atividade portuária.

Embarcações

Em Mangaratiba os associados da AMAR utilizam predominantemente canoas, seguido de barco a motor com tamanho entre 6 a 12 metros, caícos e, em menor quantidade barcos a motor maiores que 12 metros, perfazendo o total de 275 embarcações (**Quadro 6.3.2-8 e Figura 6.3.2-65 e Figura 6.3.2-66**).

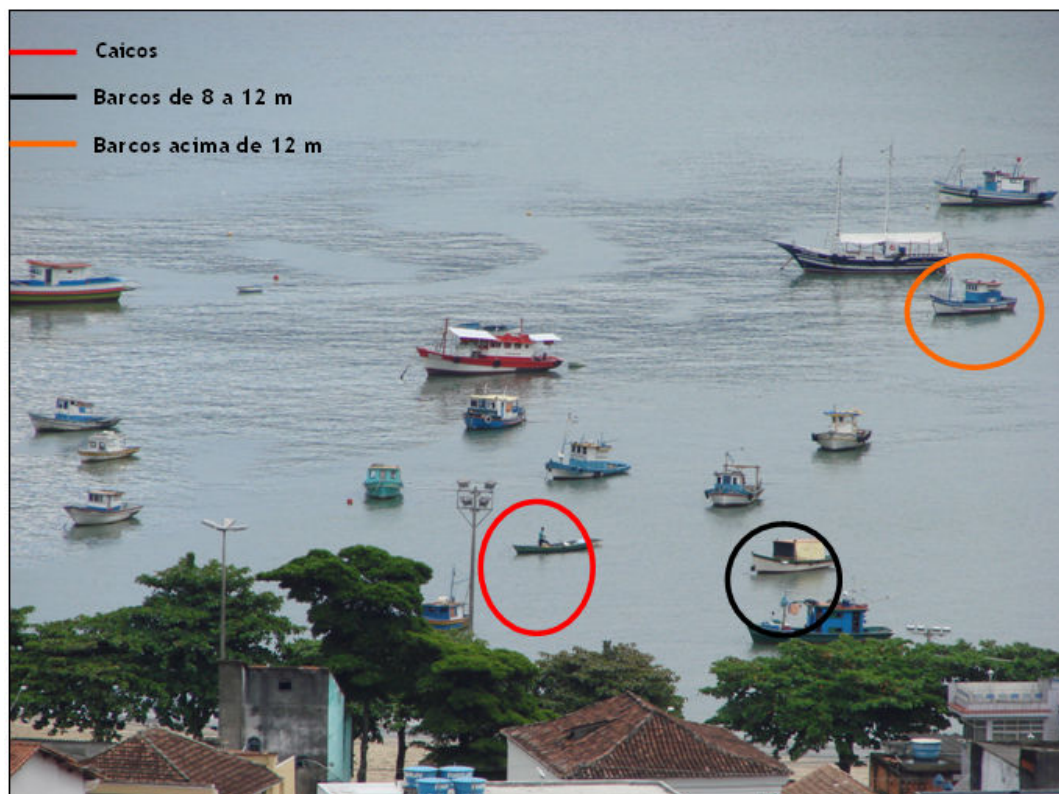


Figura 6.3.2-65 - Embarcações de Mangaratiba - Caíco de até 5 m, barcos de 8 a 12 m de comprimento e acima de 12 m.



Figura 6.3.2-66 - Embarcações de Mangaratiba - Canoa

Quadro 6.3.2-7 - Tipo e número de Embarcações utilizadas pelos associados da AMAR, em Mangaratiba

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
AMAR	Caíco	45
	Canoa	120
	Barco a motor (6 - 12 m)	100
	Barco a motor (maior de 12 m)	10

Artes de Pesca

Na baía de Sepetiba são utilizadas predominantemente quinze tipos de artes de pesca. Em Mangaratiba foram identificados nove tipos, que estão descritos a seguir.

Nesta região a atividade de maricultura também está estabelecida, através de fazenda marinha da AMAR.

- Rede de Arrasto de Portas: Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- Corrico: Linha de nylon mono filamento arrastada por embarcação, normalmente com iscas artificiais;
- Linha de Mão: Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- Marisqueira: Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- Mergulho: Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;
- Pargueira: Pesca feita com linhas de monofilamento com cerca de 12 a 22 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- Rede de cerco: São redes de nylon de monofilamento com comprimento e altura variada, podendo utilizar dois panos na mesma rede denominada avitana, onde utilizam a embarcação para cercar os cardumes e os mesmos malharem nas redes;
- Rede de espera: São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;

- Tarrafa: Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferente tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.



Figura 6.3.2-67 - Canoa com pesca de cerco com rede de emalhar

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado (Quadro 6.3.2-8).

A tainha, corvina, parati, camarão, pescadas são as espécies mais abundantes, seguida da anchova, raias, cações, bagres, baiacu, manjuba, linguado, robalo, lula, pirauna e mariscos como o sururu e o mexilhão (Figura 6.3.2-68) (relatórios CSA, 2007).

Quadro 6.3.2-8 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da AMAR, em Mangaratiba e principais pescados capturadas.

Entidade	Artes de pesca	Pescados
AMAR	Rede de arrasto (malha 18)	camarão e fauna acompanhante
	Rede de cerco fixo (malha 20)	tainha, corvina, linguado
	Rede de espera (malha 27-120)	camarão, corvina, piraúna., pescada, parati, tainha, robalo, linguado
	Linha de mão	corvina, lula, xerelete, piraúna
	Pargueira	pargo
	Tarrafa	parati
	Mergulho	polvo e lagosta
	Corrico	anchova, cavala, ubarana, olhudo, robalo

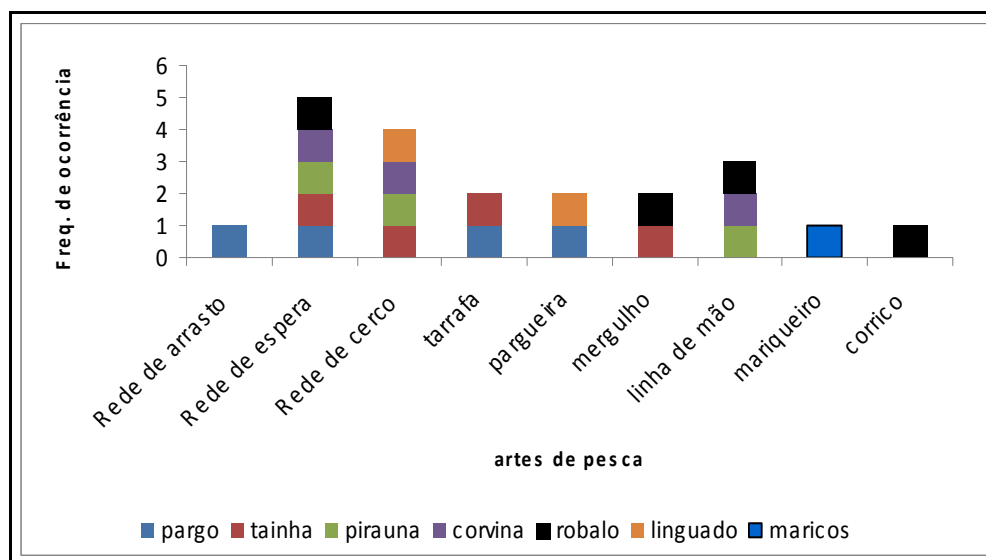


Figura 6.3.2-68 - Principais espécies capturadas por arte de pesca em Mangaratiba

As estações do ano - do inverno e verão - são as mais produtivas, em relação à riqueza de espécies capturadas. O pico de produção da tainha ocorre entre abril e agosto, a corvina de junho a agosto e a anchova de dezembro a março. Estas espécies também são capturadas em outras épocas do ano, porém com pouca frequência e abundância.

A partir das entrevistas com os representantes da AMAR, foram registrados 6 pesqueiros principais distribuídos na baía de Sepetiba. A utilização destes pesqueiros varia de acordo com a proximidade da comunidade pesqueira, do tipo de embarcação utilizada, da rota e da espécie dos pescados ao longo do ano.

A atuação dos pescadores filiados a AMAR é bem ampla, principalmente na parte sul e oeste da baía. No entanto as ilhas e a baía de Mangaratiba são os pontos mais freqüentados (Quadro 6.3.2-9, e Figura 6.3.2-69).

Quadro 6.3.2-9 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados em Mangaratiba

Entidade	Pesqueiro	Pescado
AMAR	Ilha da Marambaia	corvina
	Ilha Grande	lula, corvina, baiacu
	Ilha da Guaíba	corvina, anchova, robalo, cultivo de mexilhão, coquile e ostra. Extração de mexilhão
	Ilha do Cutiatá-açu	corvina, anchova, robalo
	Ilha do Cutiatá-mirim	corvina, anchova, robalo
	Baía de Mangaratiba	corvina, anchova, robalo, camarão, cultivo de mexilhão, coquile e ostra. Extração de mexilhão

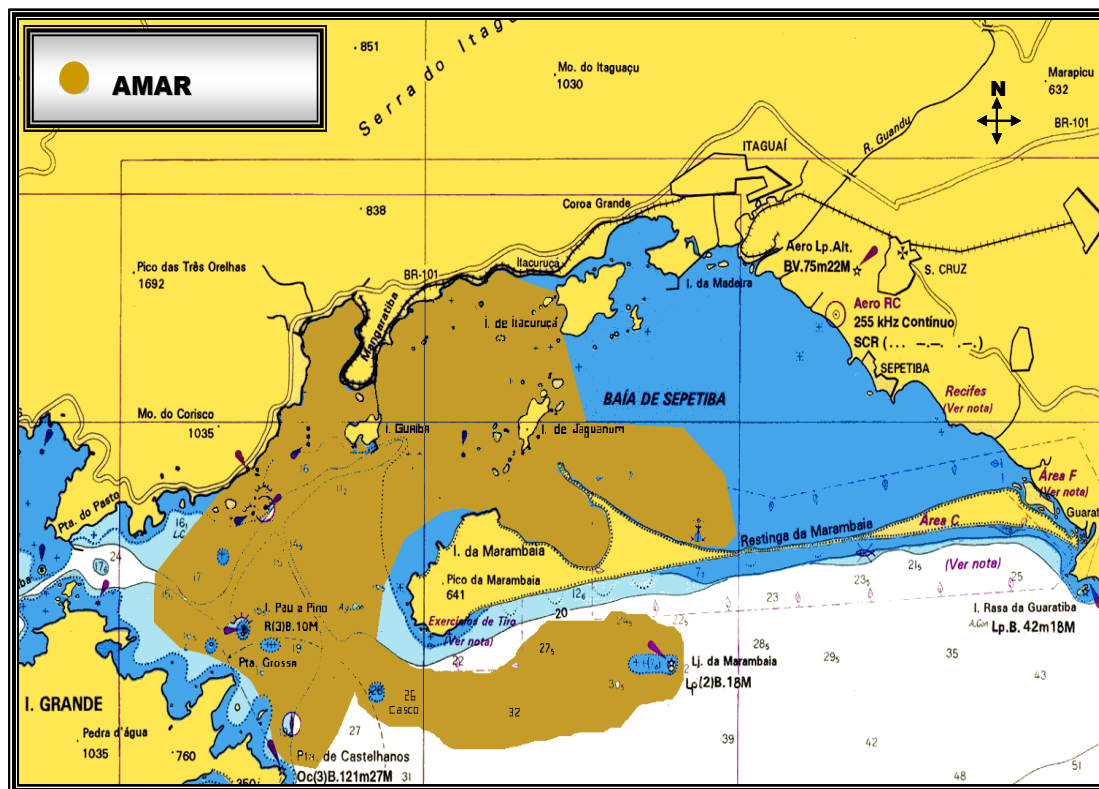


Figura 6.3.2-69 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores de Mangaratiba - AMAR

Em Mangaratiba o desembarque pesqueiro é realizado no centro, próximo à peixaria, no píer (a) e na praia de Mangaratiba (b). Muitos pescadores de outras localidades, dentro e fora da baía de Sepetiba, desembarcam o pescado nesse ponto (**Figura 6.3.2-70**).



(a) pier

(b) praia

Figura 6.3.2-70 - Pontos de desembarque do pescado em Mangaratiba

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo. Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes (Figura 6.3.2-71).



Figura 6.3.2-71 - Comercialização do pescado em Mangaratiba

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

As vieiras (molusco *Nodipecten nodosus*) estão sendo introduzidas na região através da maricultura (Figura 6.3.2-72). Este animal é um marisco muito refinado, nativo das águas brasileiras, cujos estoques pesqueiros estão sobremaneira reduzidos. A reprodução deste animal é realizada no laboratório do IEDBIG (Instituto de Eco desenvolvimento da Baía da Ilha Grande), em Angra dos Reis. Os maricultores compram as sementes dos mariscos que são engordadas nas fazendas marinhas, para vendê-los após nove meses de cultivo. O valor de mercado está entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 a dúzia.

Muitos pescadores estão buscando a maricultura como alternativa de vida, pois esta atividade pode garantir maior renda e estabilidade econômica. Geralmente dependem de colaboração de projetos sociais para montar as fazendas, que atualmente tem um custo inicial de R\$ 150.000,00 (SEBRAE, 2008).



Figura 6.3.2-72 - Vieira

Remuneração

A forma de remuneração entre os pescadores nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão.

Em Mangaratiba, na AMAR, de modo geral a divisão é por partes iguais, ou seja, ocorre entre os tripulantes e o dono da embarcação, geralmente usado para caícos, onde o número de pescadores é no máximo 2, ficando a divisão em 3 partes, 2 pescadores e o dono da embarcação. No caso da maricultura cada maricultor tem a sua própria produção, onde se observa trabalhos de grupos em regime familiar, com divisão por partes iguais.

Colônia dos pescadores Z 16 - Itacuruçá

A Colônia de Pescadores Z16, situada no município de Mangaratiba, é uma das entidades de pesca mais antiga e bem estruturada da região. Foi criada em 1926, atendendo pescadores não só do município de Mangaratiba, mas também do município de Itaguaí (Figura 12).

Atualmente está representada por 1804 pescadores registrados no livro da Colônia, porém na SEAPPR estão registrados 598 associados, entre pescadores, marisqueiras e maricultores.



Figura 6.3.2-73 - Colônia dos Pescadores Z16 - Itacuruçá

Sua sede está localizada no distrito de Itacuruçá. A manutenção das despesas operacionais da Colônia deve-se, principalmente, à contribuição mensal dos filiados.

Embarcações

Em Itacuruçá, os associados da Colônia utilizam predominantemente caícos e barco a motor, com tamanho entre 4 a 8 metros, seguido de canoa e, em menor quantidade barcos a motor maiores que 12 metros, além de lanchas.

O levantamento das embarcações realizado através das entrevistas com as entidades de pesca da baía de Sepetiba resultou num total de 289 embarcações caracterizadas e diferenciadas, de acordo com o **Quadro 6.3.2-10**

Quadro 6.3.2-10 - Tipo e número de embarcações utilizadas pelos pescadores de Itacuruçá

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
Z 16	Caíco	100
	Canoa	70
	Barco a motor (4 - 8 m)	100
	Barco a motor (maior de 12 m)	15
	Lancha	4

Artes de Pesca

A Colônia Z 16 de Itacuruçá é composta por pescadores que mais diversificam as artes de pesca. Estas estão caracterizadas da seguinte forma:

- **Rede de Arrasto de Portas:** Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- **Arrasto de Praia:** Pesca feita com rede com dois calões puxada manualmente até a praia;
- **Corrico:** Linha de nylon mono filamento arrastada por embarcação, normalmente com iscas artificiais;
- **Espinhel de fundo:** tralha de nylon extensa em monofilamento com vários anzóis presos a linha;
- **Linha de Mão:** Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- **Marisqueira:** Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- **Mergulho:** Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;
- **Pargueira:** Pesca feita com linhas de monofilamento com cerca de 12 a 22 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- **Rede de espera:** São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;
- **Tarrafa:** Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferente tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturadas.

A tainha, corvina, parati, camarão, pescadas são as espécies mais abundantes, seguida da anchova, raias, cações, bagres, baiacu, manjuba, linguado, robalo, lula, pirauna e mariscos (Quadro 6.3.2-11 e Figura 6.3.2-74) (comun. Pessoal de pescadores e relatórios CSA, 2007).

Quadro 6.3.2-11 - Artes de pesca utilizadas pelos pescadores de Itacuruçá e pescados capturados.

Entidade	Artes de pesca	Pescado
Z 16	Rede de arrasto (malha 25-30)	camarão e fauna acompanhante
	Arrasto de praia (malha 35)	camarão, pescadinha, curvinota, parati, piraúna, tainha, linguado, roballete, siri
	Rede de espera (malha 45 a 70)	corvina, tainha
	Linha de mão	garopa, xerner, piraúna
	Pargueira	pargo
	Mergulho	robalo, pescada, tainha
	Corrico	anchova, cavala, sororoca
	Tarrafa (malha 20 e 40-45)	camarão, tainha
	Espinel de fundo	arraia, cação
	Marisqueira	sururu, ostra, mexilhão, caranguejo

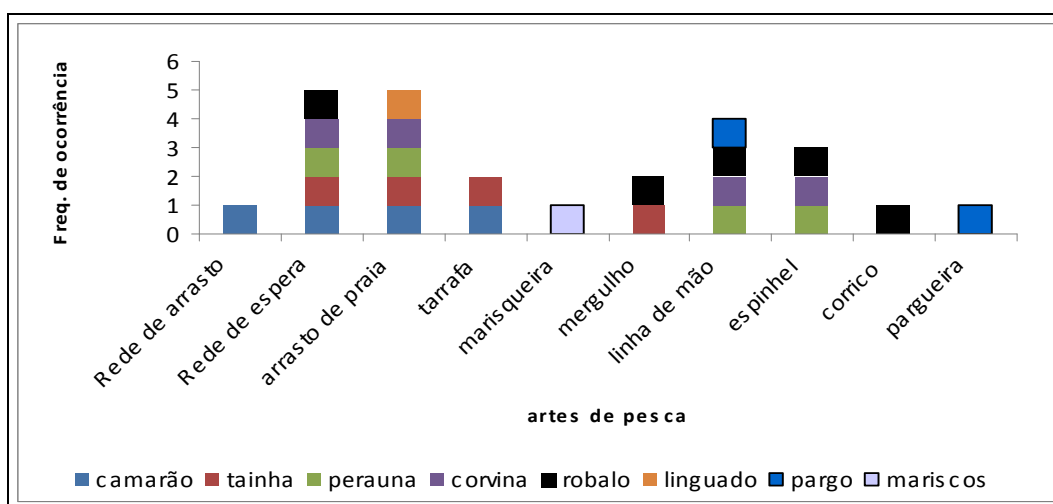


Figura 6.3.2-74 - Principais espécies de pescado, capturados por arte de pesca, na região de Itacuruçá

As informações obtidas através dos questionários mostraram que os caranguejos, a garoupa, o mexilhão, a ostra, o pargo e a pescada são capturados o ano todo. Já o pico de produção da tainha ocorre entre abril e agosto, a corvina de junho a agosto e a anchova de dezembro a março. Estas espécies também são capturadas em outras épocas do ano, porém com pouca frequência e abundância. As estações do ano - do inverno e verão - são as mais produtivas, em relação à riqueza de espécies capturadas (Quadro 6.3.2-12).

Os pescadores da região de Itacuruçá pescam em uma grande extensão da baía de Sepetiba, indo além da restinga da Marambaia. As Lages da Marambaia, do Mero e do Fundo são os locais preferidos para a captura da anchova, da garoupa, da corvina, do pargo e de cações (**Figura 6.3.2-76**).

Quadro 6.3.2-12 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados em Itacuruçá

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
Z 16	Laje da Marambaia	anchova, cação, corvina, pargo
	Laje do Mero	garopa, corvina
	Laje do fundo	garopa, corvina

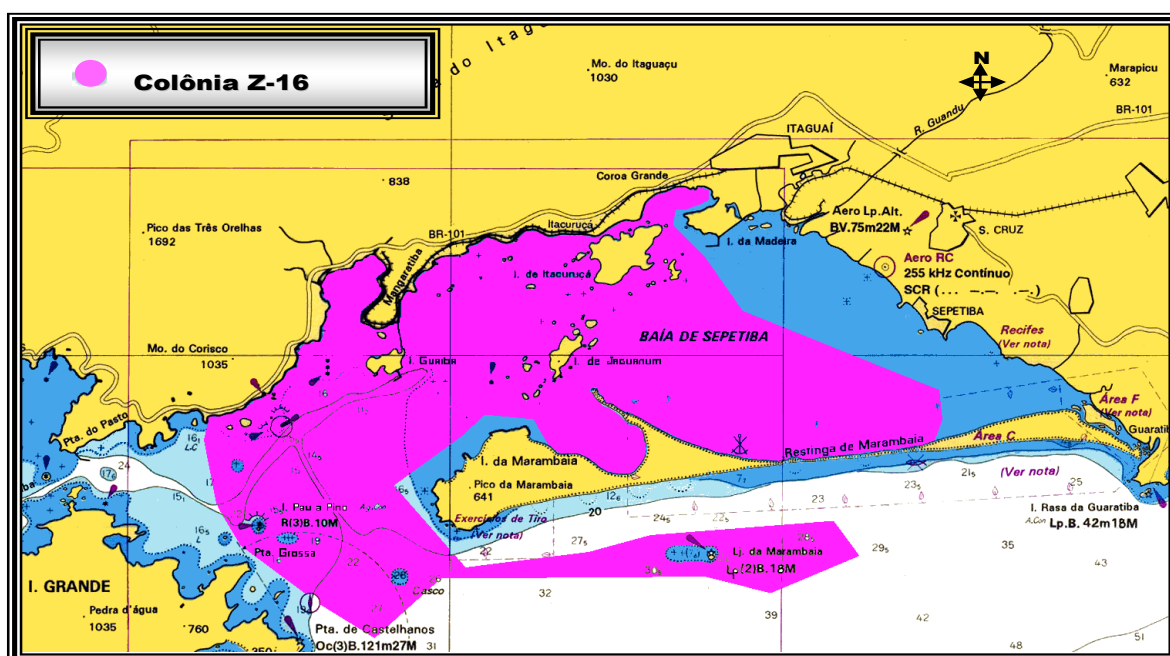


Figura 6.3.2-75 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores de Itacurucá

Em Itacuruçá, onde está localizada a Colônia de Pescadores Z16, foram registrados 2 pontos de desembarques. A praia de Itacuruçá é o principal, seguido de Muriqui. Esta região apresenta a peculiaridade de englobar diversas ilhotas onde vivem pescadores, como a Ilha de Jaguanum. Quando esses não conseguem vender o peixe por lá, desembarcam o pescado em Itacuruçá.

Dependendo da situação do tempo, do pescado, da venda, entre outros fatores, os pescadores da região de Itacuruçá também desembarcam o pescado em outras localidades, como na Ilha da Madeira, em Coroa Grande, em Mangaratiba e em Conceição de Jacareí.

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo desembarcado no píer do Centro (**Figura 6.3.2-76**).



Figura 6.3.2-76 - Desembarque de pescado em Itacuruçá e venda do pescado.

Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

Remuneração

A forma de remuneração do pescado nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão.

Em Itacuruçá a forma mais comum de remuneração é divisão por partes iguais, ou seja, uma parte fica com o dono da embarcação, outra fica para o dono da rede, uma parte para cada tripulante. Neste caso se um pescador for pescar e for o dono do barco e da rede, na verdade ele receberá 3 partes.

Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba (APAS)

A APAS, Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba, situada no município do Rio de Janeiro, foi registrada em 2005, no entanto seus representantes já realizavam associativismo informalmente.

Atualmente esta associação está construindo sua sede, através do apoio da ThyssenKrupp CSA (TKCSA), pelo cumprimento das medidas compensatórias, devido aos impactos ambientais causados às áreas de pesca, através da ação da dragagem para a construção do píer para a atividade portuária.

Atualmente, a APAS está representada por 160 pescadores, segundo informação dos representantes da entidade, no entanto ainda não há registro na SEAPPR.

Sua sede está localizada na praia do Cardo, em Sepetiba (**Figura 6.3.2-77**). A manutenção das despesas operacionais da associação deve-se principalmente à contribuição mensal dos filiados.



Figura 6.3.2-77 - Sede da APAS, em Sepetiba.

Embarcações

O levantamento das embarcações realizado através das entrevistas com as entidades de pesca da baía de Sepetiba resultou num total amostral de 220 embarcações caracterizadas e diferenciadas de acordo com o **Quadro 6.3.2-13**.

Quadro 6.3.2-13 - Tipo e número de embarcações utilizadas pelos pescadores de Sepetiba.

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
APAS	Caíco	50
	Canoa	150
	Barco a motor (4 - 8 m)	20

Artes de Pesca

Na baía de Sepetiba são utilizadas predominantemente quinze tipos de artes de pesca. Em Sepetiba foram identificados seis tipos, que estão descritos a seguir.

- Rede de Arrasto de Portas: Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- Cerco com calão: rede chamada pelos pescadores de courinho com malhas apertadas para captura de camarão, encontrada apenas em Sepetiba;
- Curral: estacas em madeiras fincadas ao fundo da Baía, posicionadas de forma que a corrente marinha direciona o pescado para o interior das armadilhas;
- Marisqueira: Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- Rede de aperto: rede de nylon monofilamento que mede cerca de 300 metros de comprimento, onde fazem o cerco e utilizam uma corda amarrada a uma das extremidade para apertar a rede até a proa da embarcação e logo após puxa-se a rede pela outra extremidade até o final da mesma.
- Rede de espera: São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã.



Figura 6.3.2-78 - Pesca de cerco de tainha com redes de emalhar

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado.

A tainha e o parati foram as espécies mais abundantes registradas no desembarque, seguida da corvina, do guaivira, das pescadas, da pirauna do pampo, da anchova e da pescada (Figura 6.3.2-79) (relatórios CSA, 2007).

Quadro 6.3.2-14 - Artes de pesca utilizadas pelos pescadores de Sepetiba e pescados capturadas.

Entidade	Artes de pesca	Pescado
APAS	Rede de arrasto	camarão e fauna acompanhante
	Rede de espera (30 a 70)	tainha, corvina, piraúna, bagre, sardinha, piraúna, parati
	Cerco calão (malha 8-10)	camarão, miçanga e fauna acompanhante
	Curral (estaca)	robalo, tainha

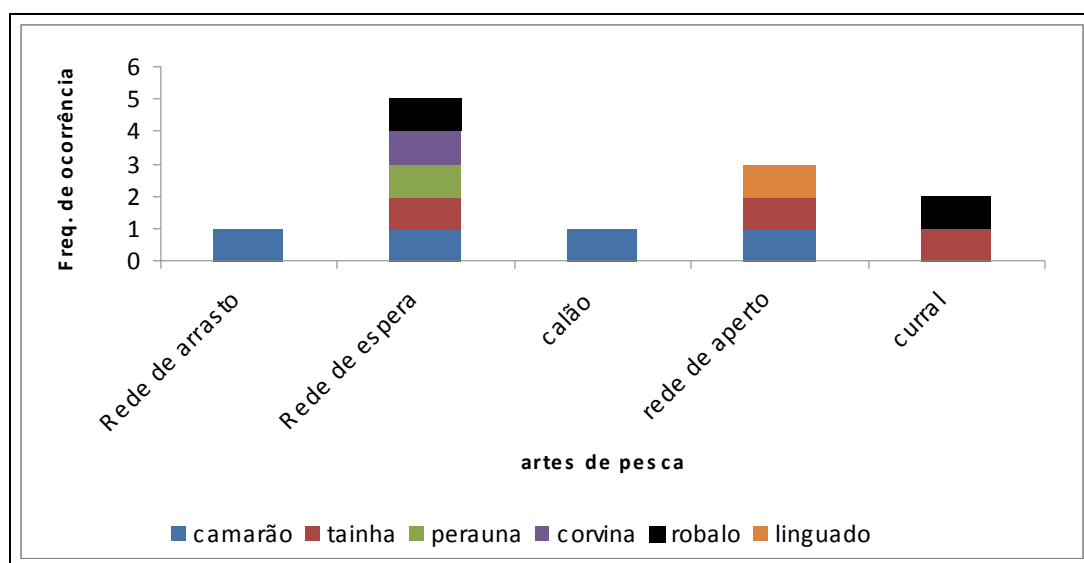


Figura 6.3.2-79 - Figura Espécies capturadas por arte de pesca em Sepetiba.

O pico de produção da tainha ocorre entre abril e agosto, a corvina de junho a agosto e a anchova de dezembro a março. Estas espécies também são capturadas em outras épocas do ano, porém com pouca frequência e abundância.

Para os pescadores da APAS, as estações do ano - do inverno e verão - são as mais produtivas.

A utilização dos pesqueiros varia de acordo com a proximidade da comunidade pesqueira, das embarcações utilizadas e do tipo e da rota dos pescados que variam ao longo do ano (Quadro 6.3.2-15). Nota-se que a área predominante de atuação da pesca da APAS está na parte leste da baía de Sepetiba (Figura 6.3.2-80).

Quadro 6.3.2-15 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados em Sepetiba.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
APAS	Pumbeba	camarão, piraúna, corvina, linguado
	São Francisco	camarão
	Rio Vermelho	tainha, corvina, pirauna, arraia
	Rio Capão	tainha, corvina, pirauna, arraia

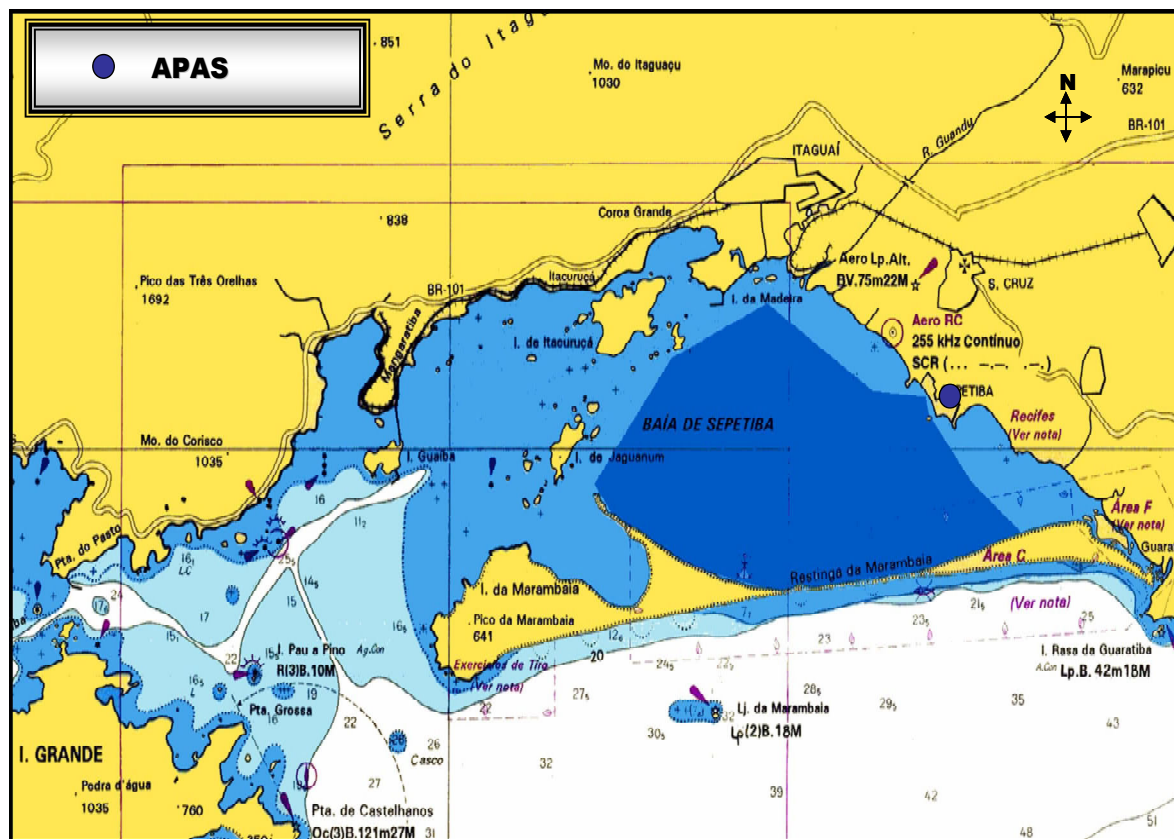


Figura 6.3.2-80 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores de Sepetiba.

Em Sepetiba, onde está localizada a Associação dos Pescadores Artesanais de Sepetiba (APAS), foi registrado um ponto de desembarque na praia do centro, mas as embarcações também atracam na Ilha do Tatu.

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo.

Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

Remuneração

A forma de remuneração do pescado nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão.

Em Sepetiba o sistema de divisão de renda é o mesmo que em Itacuruçá. A forma mais comum de remuneração é divisão por partes iguais, ou seja, uma parte fica com o dono da embarcação, outra fica para o dono da rede, uma parte para cada tripulante. Neste caso se um pescador for pescar e for o dono do barco e da rede, na verdade ele receberá 3 partes.

Colônia dos Pescadores Z14 Pedra de Guaratiba

A Colônia de Pescadores Z14, situada em Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro, foi registrada em 1912, sendo a mais antiga da região (**Figura 6.3.2-81**). Junto com a Colônia Z16, são as entidades que possuem as sedes mais bem estruturadas da baía de Sepetiba. O apoio financeiro das entidades se dá através da contribuição mensal dos filiados. Não participa de nenhum programa social de empresas que atuam na região, embora tenham tantas necessidades quanto às demais.

Atualmente a Colônia está representada por cerca de 300 pescadores, segundo informação dos representantes da entidade. No entanto na SEAPPR estão registrados 681 associados, entre pescadores, marisqueiras e maricultores.



Figura 6.3.2-81 - Sede da Colônia Z14, em Pedra de Guaratiba

Embarcações

O número de embarcações levantado em Pedra de Guaratiba, registrado na Colônia Z14 foi 290 embarcações. A grande quantidade de caícos nesta região demonstra que a pesca é predominante artesanal (Quadro 6.3.2-16).

Quadro 6.3.2-16 - Tipo e número de Embarcações utilizadas pelos pescadores de Pedra de Guaratiba

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
Z 14	Caíco	200
	Canoa	10
	Barco a motor (4 - 8 m)	50
	Barco a motor (8 - 12 m)	30

Artes de Pesca

A pesca em Pedra de Guaratiba, dos pescadores registrados na Colônia Z14, utilizam predominantemente as seguintes artes de pesca:

- **Rede de Arrasto de Portas:** Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;

- **Curral:** estacas em madeiras fincadas ao fundo da Baía, posicionadas de forma que a corrente marinha direciona o pescado para o interior das armadilhas;
- **Espinhel de fundo:** tralha de nylon extensa em monofilamento com vários anzóis presos a linha;
- **Linha de Mão:** Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- **Marisqueira:** Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- **Mergulho:** Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;
- **Puçá:** Um círculo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador, ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;
- **Rede de cerco:** São redes de nylon de monofilamento com comprimento e altura variada, onde utilizam a embarcação para cercar os cardumes e os mesmos malhareem nas redes;
- **Rede de espera:** São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã.



Figura 6.3.2-82 - Pesca de caico em Pedra de Guaratiba

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado (**Figura 6.3.2-83**).

O camarão, a tainha, o parati, a pescada e raias, aparecem com maior frequência nas diferentes artes de pesca (Colônia Z14, pescadores, relatórios CSA, 2007).

Quadro 6.3.2-17 - Artes de pesca utilizadas pelos pescadores de P. de Guaratiba e pescados capturados.

Entidade	Artes de pesca	Espécies capturadas
Z 14	Rede de arrasto (malha 15-20)	camarão e fauna acompanhante
	Rede de cerco (malha 30-70)	parati, tainha, piraúnas, corvinota, viroti
	Rede de espera (30 a 70)	pescada amarela, vitana, parati, tainha, piraúnas, corvinota
	Espinhel de fundo	arraia, cação
	Linha de mão	robalo, corvina
	Curral (estaca)	tainha, robalo
	Mergulho	tainha, robalo

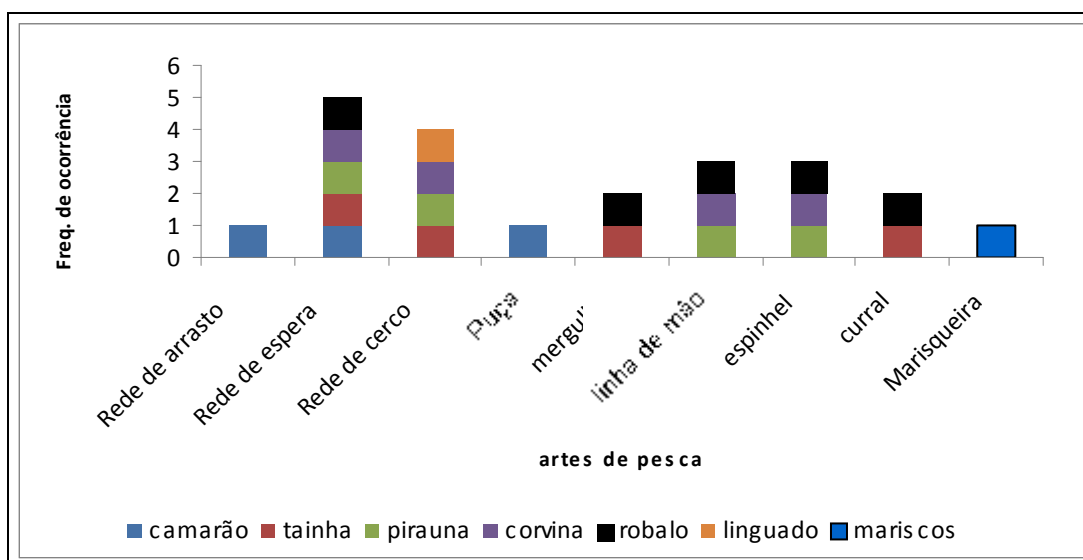


Figura 6.3.2-83 - Principais espécies de pescado capturados por arte de pesca em Pedra de Guaratiba

Em Pedra de Guaratiba a preferência dos pescadores pelos pesqueiros varia de acordo com a proximidade, das embarcações utilizadas, do tipo e da rota dos pescados que variam ao longo do ano (**Quadro 6.3.2-18**).

Os principais pesqueiros utilizados estão localizados na região leste da baía de Sepetiba, desde a Ilha da Marambaia até a laje da Marambaia, do lado de fora da baía, em frente à restinga de Marambaia (**Figura 6.3.2-84**).

Quadro 6.3.2-18 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados em P. de Guaratiba.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
Z 14	Canal do meio	corvina, tainha, parati, camarão
	Canto da praia	corvina, tainha, parati, camarão
	Pernambuco	corvina, tainha, parati, camarão
	Rio Vermelho	corvina, tainha, parati, camarão

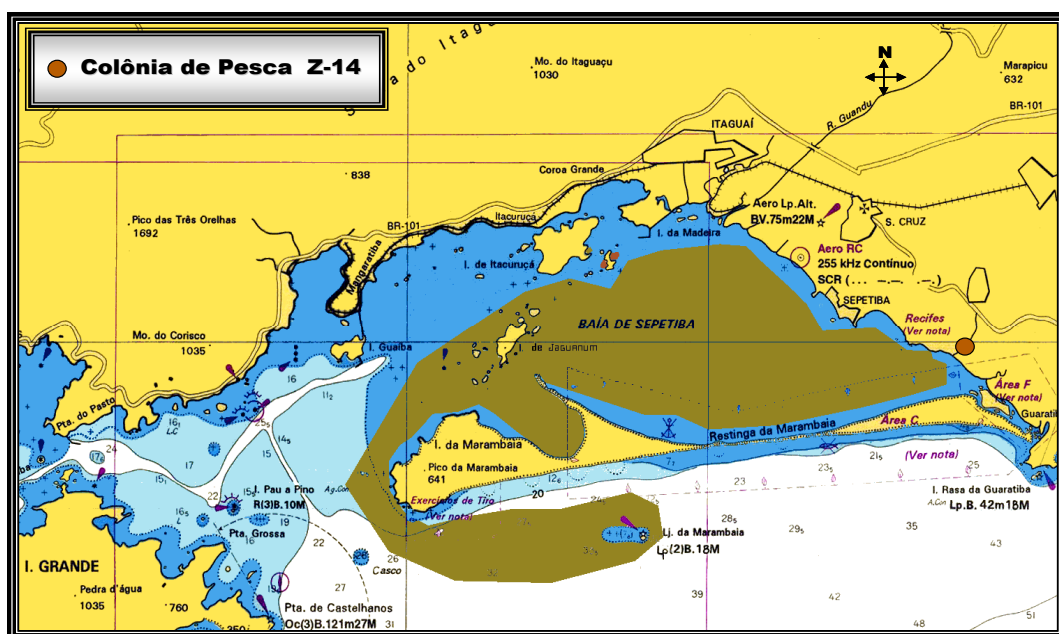


Figura 6.3.2-84 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores de Pedra de Guaratiba

Em Pedra de Guaratiba, foram apontados 5 pontos de desembarque- praia da capela, amendoeira, coqueirinho, ponta grossa e praça pública, que é o mais representativo, onde ficam a maioria dos compradores de peixes.

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo. Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de

pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

Remuneração

A forma de remuneração do pescado nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão. Em Pedra de Guaratiba, predominantemente, os pescadores se remuneram da seguinte maneira;

Divisão por partes iguais, onde fica uma parte para cada tripulante, uma para o dono da embarcação e uma para o dono da rede. Neste caso se um pescador for pescar e for o dono do barco e da rede, na verdade ele receberá 3 partes.

Na outra forma de divisão utilizada, 50% do rendimento fica para a embarcação e os outros 50% são divididos entre a tripulação, independente do número de tripulantes.

Associação dos Maricultores da Costa Verde - AMCOVERI

A AMCOVERI (Associação dos Maricultores da Costa Verde) fica situada no município de Itaguaí e localizada em Coroa Grande. Foi registrada em 2004, no entanto seus representantes já realizavam associativismo informalmente.

Esta associação é a única entidade que ainda não possui sede, porém está em processo de aquisição, através do apoio da ThyssenKrupp CSA (TKCSA), pelo cumprimento das medidas compensatórias, devido aos impactos ambientais causados às áreas de pesca, através da ação da dragagem para a construção do píer para a atividade portuária.

Atualmente a AMCOVERI está representada por 38 pescadores, segundo informação dos representantes da entidade, no entanto na SEAPPR estão registrados 69 associados, entre pescadores, marisqueiras e maricultores.

A manutenção das despesas operacionais da associação deve-se principalmente à contribuição mensal dos filiados.



Figura 6.3.2-85 - Maricultura e catadores de siri da AMCOVERI

Embarcações

Os associados da AMCOVERI utilizam predominantemente caícos, algumas canoas e poucos barco a motor com tamanho entre 4 a 8 metros, perfazendo o total de 13 embarcações (Quadro 6.3.2-19).

Quadro 6.3.2-19 - Tipo e número de embarcações utilizadas pelos pescadores e maricultores de Coroa Grande

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
AMCOVERI	Caíco	8
	Canoa	3
	Barco a motor (4 - 8 m)	2

Artes de Pesca

Foram identificadas 15 artes de pesca realizadas pelos pescadores das diferentes entidades da baía de Sepetiba e a maricultura. Na AMCOVERI foram identificados 5 tipos, que estão descritos a seguir.

- Marisqueira: Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- Puçá: Um círculo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;
- Rede de aperto: rede de nylon monofilamento que mede cerca de 300 metros de comprimento, onde fazem o cerco e utilizam uma corda amarrada a uma das extremidades

para apertar a rede até a proa da embarcação e logo após puxa-se a rede pela outra extremidade até o final da mesma.

- Rede de espera: São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã.



Figura 6.3.2-86 - Pesca de siri com puçá

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado. Os mariscos, a tainha, a corvina, o camarão e o linguado aparecem com maior frequência nas diferentes artes de pesca dos pescadores da AMCOVERI (Quadro 6.3.2-20).

Quadro 6.3.2-20 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da AMCOVERI, em Coroa Grande e pescados capturadas.

Entidade	Artes de pesca	Espécies capturadas
AMCOVERI	Maricultura	mexilhao, ostra, vieira
	Marisqueira	sururu, mexilhao
	Puçá	siri
	Rede de aperto	camarão, corvina, linguado, tainha
	Rede de espera	camarão, corvina, linguado, tainha

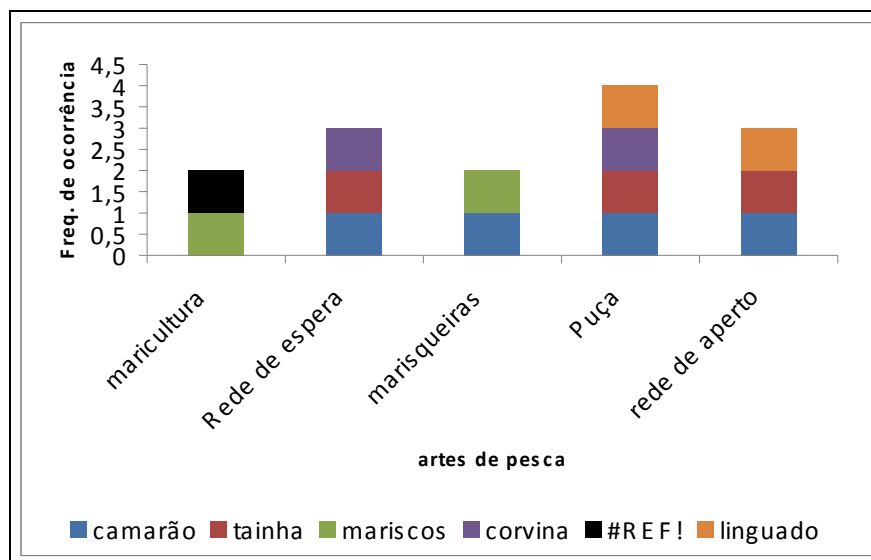


Figura 6.3.2-87 - Principais espécies de pescado capturadas por arte de pesca em Coroa Grande

Os pescadores da AMCOVERI estão buscando a maricultura como alternativa de vida, pois esta atividade pode garantir maior renda e estabilidade econômica. O mexilhão, as vieiras, ostras nativas e ostra gigas, e alga capafitos são os principais produtos introduzidos na região através da maricultura.

A partir das entrevistas com as entidades de pesca, foram registrados 4 principais pesqueiros da AMCOVERI, distribuídos na baía de Sepetiba. A utilização destes pesqueiros varia de acordo com a proximidade da comunidade pesqueira, do tipo de embarcação utilizada, da rota e da espécie dos pescados ao longo do ano. A atuação dos pescadores é mais restrita, na região central da baía de Sepetiba (Figura 6.3.2-88, Quadro 6.3.2-21).

Os pescadores filiados a AMCOVERI costumam desembarcar o pescado no píer de Coroa Grande e Vila Geni.

Quadro 6.3.2-21 - Principais pesqueiros e respectivas espécies capturadas; e pontos de cultivo e extração de moluscos.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
AMCOVERI	Saco da Pumbeba	camarão, corvina, linguado, tainha
	Praia Itacoticoara	camarão, corvina, linguado, tainha
	Laje branca	camarão, corvina, linguado, tainha
	Ponta do Boi	cultivo de ostra-giga, vieira, mexilhão, ostra nativa e algas

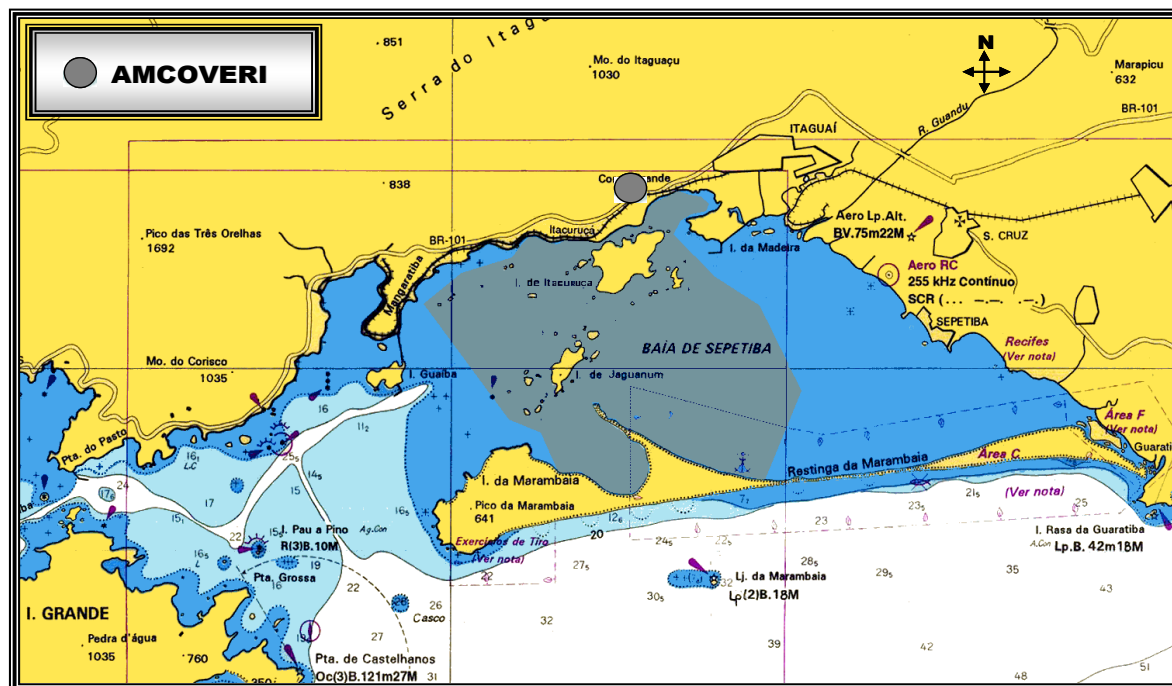


Figura 6.3.2-88 - Áreas de atuação de pesca da AMCOVERI

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo.

Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

As vieiras (molusco *Nodipecten nodosus*) estão sendo introduzidas na região através da maricultura. Este animal é um marisco muito refinado, nativo das águas brasileiras, cujos estoques pesqueiros estão sobremaneira reduzidos. Os maricultores compram as sementes dos mariscos que são engordadas nas fazendas marinhas, para vendê-los após nove meses de cultivo. O valor de mercado está entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 a dúzia.

Remuneração

A forma de remuneração entre os pescadores nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão.

Entre os pescadores da AMCOVERI, de modo geral, a divisão é por partes iguais, ou seja, ocorre entre os tripulantes e o dono da embarcação, geralmente usado para caícos, onde o número de pescadores é no máximo 2, ficando a divisão em 3 partes, 2 pescadores e o dono da embarcação. No caso da maricultura cada maricultor tem a sua própria produção, onde se observa trabalhos de grupos em regime familiar, com divisão por partes iguais.

Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande (AMACOR)

A AMACOR (Associação Livre dos Maricultores de Coroa Grande), situada no município de Itaguaí, na localidade de Coroa Grande, foi registrada em 2001, com o objetivo principal de montar fazendas marinhas para seus associados marisqueiros (**Figura 6.3.2-89**).

Atualmente, a AMACOR está representada por 480 associados, segundo informação dos representantes da entidade, cuja maioria são marisqueiros. No entanto alguns destes estão se tornando maricultores, como atividade complementar a mariscagem. Na SEAPPR não há registro dos associados da AMACOR.

Esta entidade tem sede provisória em Coroa Grande. A manutenção das despesas operacionais da associação deve-se à contribuição mensal de alguns filiados.



Figura 6.3.2-89 - Presidente da AMACOR no long line da maricultura

Embarcações

A AMACOR não possui embarcações, por ser uma entidade voltada exclusivamente à extração, por meio de coleta manual e maricultura. Para realizarem o deslocamento entre as áreas de extração, utilizam embarcações de terceiros, através de parcerias.

Artes de Pesca

A AMACOR é a entidade menos diversificada é a que trabalha exclusivamente com coleta manual de mariscos e maricultura.

- Marisqueira: Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- Mergulho: Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;



Figura 6.3.2-90 - Marisqueiros retirando mexilhões

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado. O sururu, o vongole, a ostra e o siri são os pescados mais explorados na mariscagem. Já na maricultura o mexilhão, a ostra gigas e a Vieira são os preferenciais (Quadro 6.3.2-22 e Figura 6.3.2-91).

Quadro 6.3.2-22 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da AMACOR, em Coroa Grande e pescados capturadas.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
AMACOR	Praia do Recife (Angra)	vongole
	Restinga da Marambia	vongole
	Praia de Coroa Grande	vongole
	Lagoa de Saquarema	vongole
	Costões de Mangaratiba	mexilhão
	manguezal de Itaguaí	sururu
	Manguezal de Mangaratiba	sururu

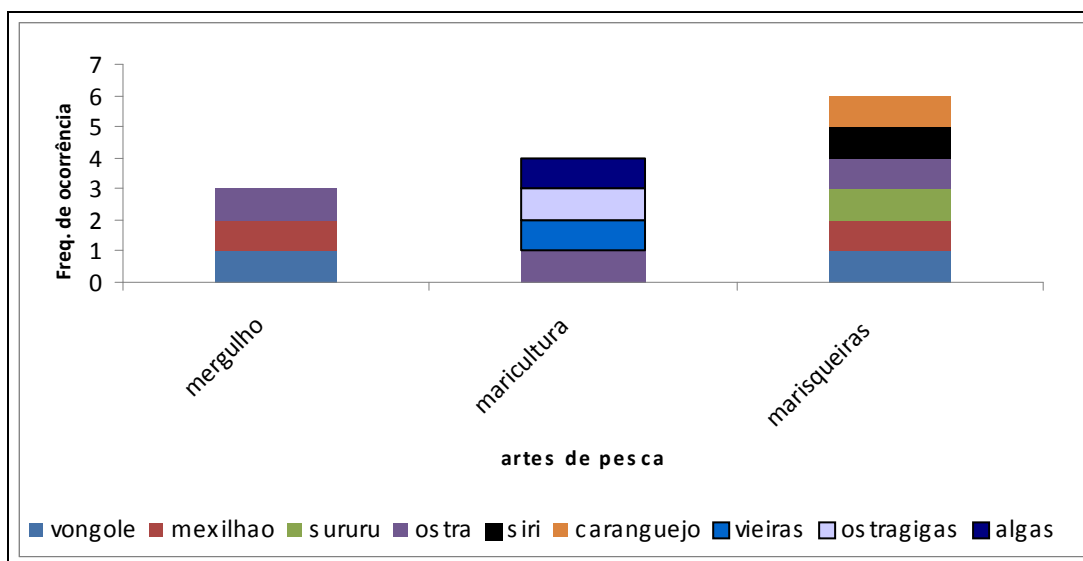


Figura 6.3.2-91 - Espécies de pescado capturadas por arte de pesca

A AMACOR atua em pontos específicos dos habitats dos moluscos bivalves, do siri e do caranguejo, geralmente próximos à sua comunidade pesqueira (Quadro 6.3.2-23, Figura 6.3.2-92). O desembarque do produto ou entrega após processamento caseiro, ocorre no entorno de Coroa Grande.

Quadro 6.3.2-23 - Principais pesqueiros e respectivas espécies capturadas; e pontos de cultivo e extração de moluscos.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
AMACOR	Praia do Recife (Angra)	vongole
	Restinga da Marambia	vongole
	Praia de Coroa Grande	vongole
	Lagoa de Saquarema	vongole
	Costões de Mangaratiba	mexilhão
	manguezal de Itaguaí	sururu
	Manguezal de Mangaratiba	sururu

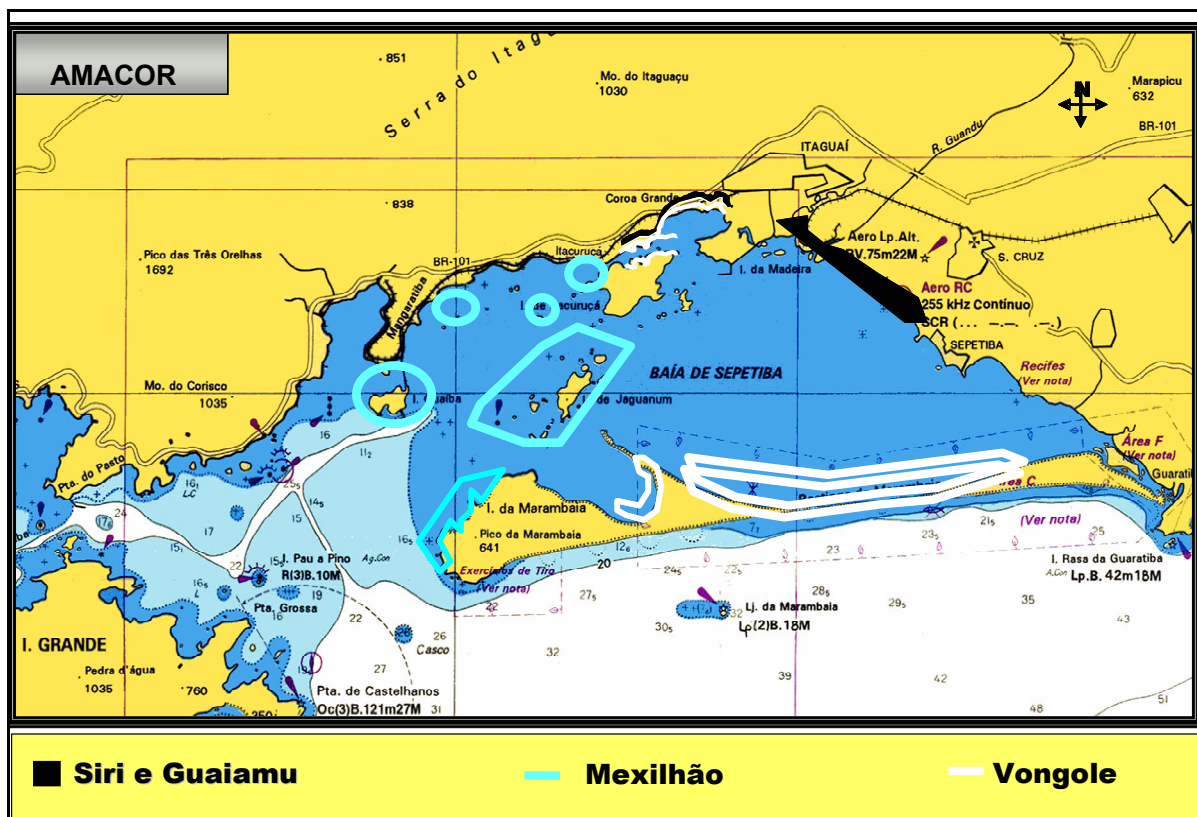


Figura 6.3.2-92 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores de filiados à AMACOR

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo.

Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores, também representados por peixarias e restaurantes.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

As vieiras (molusco *Nodipecten nodosus*) estão sendo introduzidas na região através da maricultura. Este animal é um marisco muito refinado, nativo das águas brasileiras, cujos estoques pesqueiros estão sobremaneira reduzidos. A reprodução deste animal é realizada no laboratório IEDBIG, em Angra dos Reis. Os maricultores compram as sementes dos mariscos que são engordadas nas fazendas marinhas, para vendê-los após nove meses de cultivo. O valor de mercado está entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 a dúzia.

Muitos pescadores estão buscando a maricultura como alternativa de vida, pois esta atividade pode garantir maior renda e estabilidade econômica. Geralmente dependem de colaboração de projetos sociais para montar as fazendas, que atualmente tem um custo inicial de R\$ 150.000,00 (SEBRAE, 2008)

Remuneração

A forma de remuneração do pescado nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão:

Na AMACOR de modo geral, 50% do rendimento fica para a embarcação (como um aluguel, pois eles não têm barcos) e os outros 50% são divididos entre a tripulação, independente do número de tripulantes.

No caso da maricultura, cada maricultor tem a sua própria produção, onde se observa trabalho de grupos em regime familiar, com divisão por partes iguais.

Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM)

A APAIM (Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira), situada no município de Itaguaí, foi registrada em 2001, no entanto seus representantes já realizavam associativismo informalmente.

Atualmente, a APAIM está representada por 126 pescadores, segundo informação dos representantes da entidade, no entanto na SEAPPR não há registro desta entidade.

Sua sede está localizada no mercado de peixe da Ilha da Madeira (**Figura 6.3.2-93**). A manutenção das despesas operacionais da associação deve-se principalmente à contribuição mensal de alguns filiados.



Figura 6.3.2-93 - Sede da APAIM, na Ilha da Madeira.

Embarcações

O levantamento das embarcações da APAIM, realizado através das entrevistas com as entidades de pesca resultou num total de 44 embarcações caracterizadas e diferenciadas de acordo com a Tabela 18. A predominância dos caícos demonstra que a pesca é caracteristicamente artesanal.

Quadro 6.3.2-24 - Tipo e número de embarcações utilizadas pelos associados da APAIM.

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
APAIM	Caíco	30
	Canoa	4
	Barco a motor (6 - 10 m)	10

Artes de Pesca

Na Ilha da Madeira, junto aos pescadores da APAIM, foram identificadas 5 artes de pesca utilizadas predominantemente pelos pescadores. As artes de pescas foram caracterizadas da seguinte forma:

- Rede de Arrasto de Portas: Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- Puçá: Um círculo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;
- Rede de aperto: rede de nylon monofilamento que mede cerca de 300 metros de comprimento, onde fazem o cerco e utilizam uma corda amarrada a uma das extremidade

para apertar a rede até a proa da embarcação e logo após puxa-se a rede pela outra extremidade até o final da mesma.

- Rede de espera: São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;
- Tarrafa: Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferente tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado. A tainha aparece com maior frequência nas diferentes artes de pesca, seguido da corvina, parati e manjuba (Quadro 6.3.2-25 e Figura 6.3.2-94).

Quadro 6.3.2-25 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da APAIM, na Ilha da Madeira e pescados capturados.

Entidade	Artes de pesca	Espécies capturadas
APAIM	Rede de arrasto (22, puçá 28-30)	camarão e fauna acompanhante
	Rede de Espera (malha 35-60)	corvina caratinga, tainha, parati
	rede de aperto	manjuba
	Puçá	siri
	Tarrafa (malha 60 e de argola)	tainha

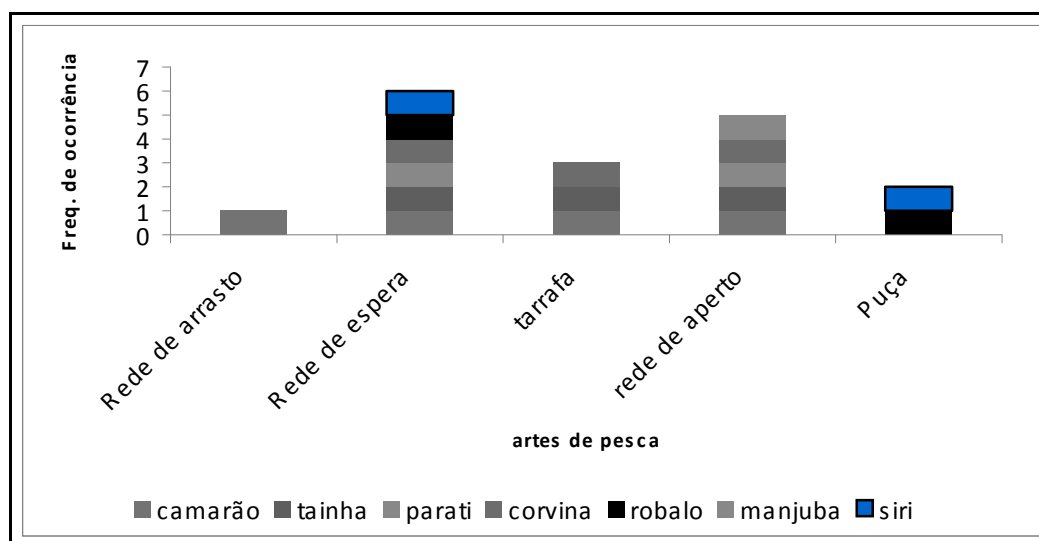


Figura 6.3.2-94 - Espécies de pescado capturados, por arte de pesca - APAIM.

A partir das entrevistas com as entidades de pesca, foi verificado que os pescadores da APAIM pescam em toda porção central da baía de Sepetiba, porém há grande preferência pelos pesqueiros do saco da Ilha da Madeira e da restinga da Marambaia (Quadro 6.3.2-26 e Figura 6.3.2-95).

Quadro 6.3.2-26 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados na APAIM.

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
APAIM	Saco da Ilha da Madeira	camarão, corvina, tainha, arraia
	Restinga da Marambaia	camarão, corvina, tainha, arraia, piraúna, bagre

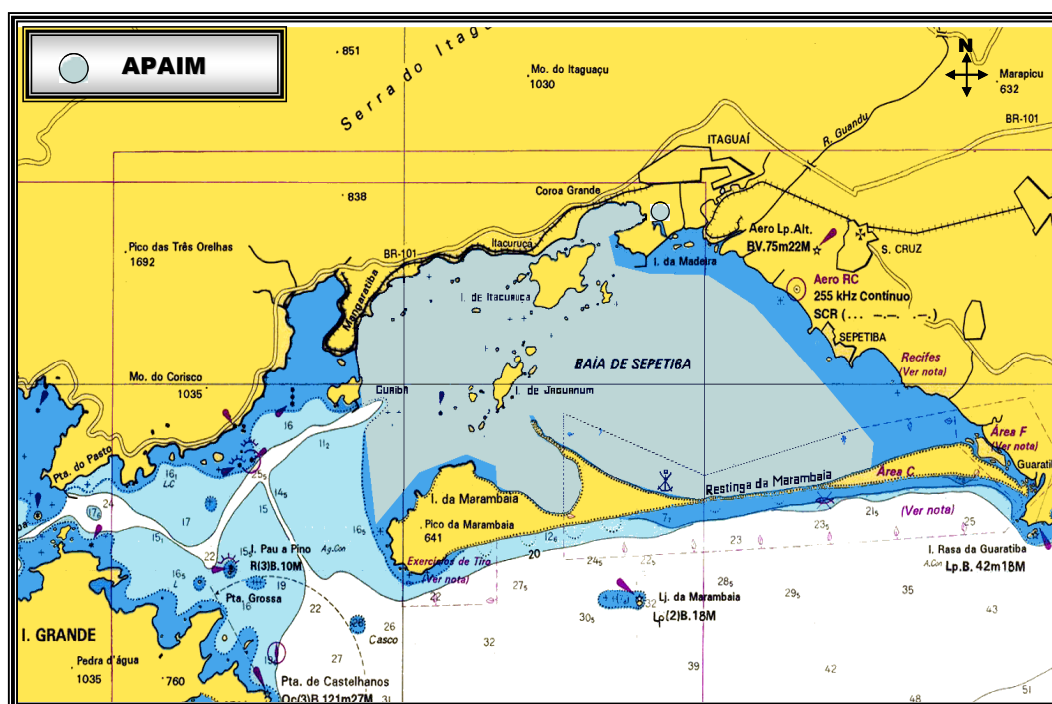


Figura 6.3.2-95 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores da Ilha da madeira - APAIM

Os pescadores da Ilha da Madeira filiados à APAIM desembarcam o pescado preferencialmente no entreposto da própria APAIM, no entanto eles também utilizam o cais da APLIM e o píer de Coroa Grande.

Comercialização

A comercialização do pescado é realizada predominantemente de maneira informal, ou seja, sem nota fiscal ou recibo.

O principal ponto de venda é na peixaria, onde fica a APAIM. Embora exista a presença da venda direta ao consumidor e feiras livres de pescado, a maior parte fica na mão dos atravessadores.

Em relação ao valor econômico para cada espécie de pescado, este varia muito de acordo com a época do ano, do peso do produto e da localidade proveniente. No entanto, os valores citados nas entrevistas foram bem parecidos nas diferentes comunidades.

Remuneração

A forma de remuneração entre os pescadores nas comunidades de pesca avaliadas é geralmente realizada por partes, ou quinhão. No entanto, cada comunidade possui uma identidade diferente para esta divisão.

Na Ilha da Madeira, os pescadores da APAIM, de modo geral, dividem em partes iguais, ou seja, entre os tripulantes e o dono da embarcação.

Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira - APLIM

A Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM), situado no município de Itaguaí, possui cerca de 175 pescadores atuantes e registrados na entidade, porém os dados da SEAPPR conferem 119 pescadores.

A APLIM representa tanto pescadores artesanais, quanto armadores e lavradores da região. Possui uma sede cuja infra-estrutura comporta um escritório administrativo e quartos que são alugados para os pescadores ou para os turistas e veranistas nas altas temporadas, como meio de arrecadação de dinheiro para manutenção da entidade. Não recebe nenhum tipo de apoio logístico e financeiro externo.

Embarcações

Na APLIM são aproximadamente 74 embarcações, sendo que apenas as de grande porte são registradas, devido às atividades paralelas de turismo que são realizadas na região (**Quadro 6.3.2-27**).

Quadro 6.3.2-27 - Tipo e número de Embarcações utilizadas pelos associados da APLIM, na Ilha da Madeira

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
APLIM	Caíco	15
	Canoa	3
	Barco a motor (4 -6 m)	10
	Barco a motor (6-10 m)	35
	Barco a motor (10-12 m)	10
	Barco a motor (>12 m)	1

Artes de Pesca

Foram identificadas 8 artes de pesca na APLIM, além destes 3 marisqueiras utilizam gaiolas para captura do siri e um catador manual de caranguejo.

As artes de pescas foram caracterizadas da seguinte forma:

- **Rede de Arrasto de Portas:** Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- **Espinhel de fundo:** tralha de nylon extensa em mono filamento com vários anzóis presos a linha;
- **Linha de Mão:** Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- **Marisqueira:** Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- **Mergulho:** Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;
- **Puçá:** Um círculo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;
- **Rede de cerco:** São redes de nylon de monofilamento com comprimento e altura variada, onde utilizam a embarcação para cercar os cardumes e os mesmos malharem nas redes;
- **Rede de espera:** São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;

- **Tarrafa:** Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferente tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado. A tainha, corvina, robalo, camarão, são as espécies mais abundantes, seguida da cavala, cações, badejo, sardinha, linguado, lula e siri (Quadro 6.3.2-28 e Figura 6.3.2-96).

Quadro 6.3.2-28 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da APLIM, em Itaguaí.

Entidade	Arte de pesca	Pescados
APLIM	Rede de arrasto	Camarão, corvina, tainha, siri
	Espinel de fundo	garoupa
	Linha de mão	Garoupa, lula, peixe-porco
	Mergulho	robalo, garoupa
	Puçá	siri
	Rede de cerco/espera	Corvina, cação, tainha, robalo, arraia, linguado
	Tarrafa	Camarão, sardinha, tainha

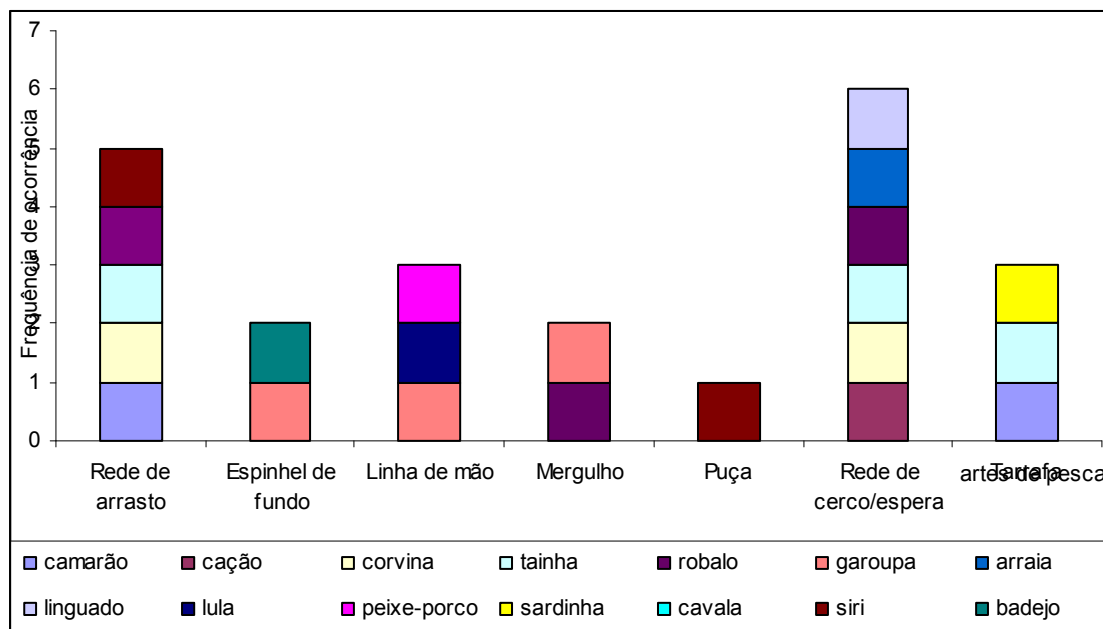


Figura 6.3.2-96 - Principais espécies capturadas por arte de pesca - APLIM.

A APLIM destaca como pesqueiros o Saco da Pombeba, Rio Vermelho, e a praia da costa na laje da Marambaia. Mas também atua na Baía da Ilha Grande e em Parati. A utilização destes

pesqueiros varia de acordo com a proximidade da comunidade pesqueira, do tipo de embarcação utilizada, da rota e da espécie dos pescados ao longo do ano (Tabela 23, figura 36).

A APLIM desembarca diretamente nas praias do saco de dentro, na praia da ponta e no trapiche da praia de fora, na Ilha da Madeira.

Quadro 6.3.2-29 - Principais pesqueiros e pescados desembarcados na APLIM

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
APLIM	Ilha da Marambaia	corvina
	Ilha Grande	lula, corvina, baiacu
	saco da pombeba	corvina, anchova, robalo,
	rio vermelho	corvina, anchova, robalo
	parati	corvina, anchova, robalo,
	Baia de Mangaratiba	corvina, anchova, robalo, camarão

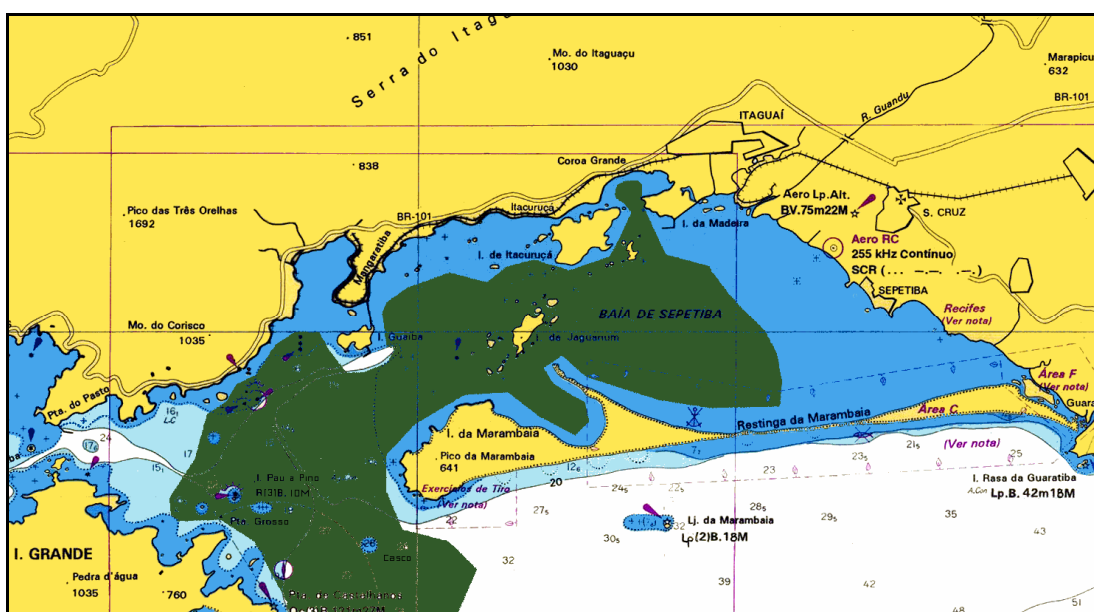


Figura 6.3.2-97 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores da APLIM

Comercialização

Em relação aos meios de comercialização do pescado, na APLIM é realizado à varejo com os turistas, diretamente com o consumidor e para os atravessadores e peixarias.

Na APLIM 50% do rendimento ficam para a embarcação e os outros 50% são divididos entre a tripulação, independente do número de tripulantes.

Associação de Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM)

A Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia (APMIM) pertence ao município de Mangaratiba e possui cerca de 150 pescadores registrados na associação, porém não há registro na SEAPPR.

A sede da APMIM é provisória, na casa do presidente e não possui nenhum tipo de infra-estrutura. Não recebe nenhum tipo de apoio logístico e financeiro externo.



Figura 6.3.2-98 - Pescadores e suas embarcações na Ilha da Marambaia

Embarcações

Na APMIM são 40 embarcações registradas e 60 não registradas. A caracterização das embarcações registradas desta entidade está demonstrada na **Quadro 6.3.2-30**.

Quadro 6.3.2-30 - Tipo e número de embarcações utilizadas na Ilha da Marambaia

Entidade	Tipos de embarcações	Quantidade
APMIM	Caíco	20
	Canoa	13
	Barco a motor (4 -6 m)	1
	Barco a motor (6-10 m)	4
	Barco a motor (10-12 m)	1

Artes de Pesca

Foram identificadas 10 artes de pesca utilizadas pelos pescadores da Ilha da Marambaia. Além destas, existem 20 marisqueiras que coletam siri com puçá. A captura do polvo é praticada pela comunidade da APMIM através da utilização de potes.

Encontramos também nesta comunidade, marisqueiras que praticam a atividade de maricultura, principalmente o cultivo de mexilhão, pois é o que exige menos investimento.

As artes de pescas foram caracterizadas da seguinte forma:

- **Rede de Arrasto de Portas:** Pesca feita com uma embarcação motorizada onde arrastam uma rede de funil no fundo;
- **Arrasto de Praia:** Pesca feita com rede com dois calões puxada manualmente até a praia;
- **Corrico:** Linha de nylon mono filamento arrastada por embarcação, normalmente com iscas artificiais;
- **Espinhel de fundo:** tralha de nylon extensa em mono filamento com vários anzóis presos a linha;
- **Linha de Mão:** Pesca feita com linhas de monofilamento com no máximo 4 anzóis em uma das extremidades utilizando um peso (chumbada) para levá-los até o fundo;
- **Marisqueira:** Pessoas que utilizam a coleta manual e ou intermédio de equipamentos como cavadeira e ancinho para retirar os mariscos;
- **Mergulho:** Este tipo é realizado de forma livre, utilizando-se apenas equipamentos como máscara, canudo, nadadeiras e arpão;
- **Puçá:** Um círculo com saco de rede monofilamento que pode ser usado na coleta direta pelo pescador ou através de iscas para serem retirados com determinado tempo de espera;

- **Rede de cerco:** São redes de nylon de monofilamento com comprimento e altura variada, onde utilizam a embarcação para cercar os cardumes e os mesmos malharem nas redes;
- **Rede de espera:** São praticamente como a rede de cerco, porém são colocadas em locais estratégicos de passagem de cardumes, onde normalmente pernoitam e são recolhidas pela manhã;
- **Tarrafa:** Rede de arremesso de nylon monofilamento com diferente tamanhos e malhagens de acordo com a espécie de captura.

Pescados, Pesqueiros e Pontos de Desembarque

Por realizar a pesca tanto dentro da Baía de Sepetiba, como na parte de fora da restinga da Marambaia, na laje em mar aberto, a riqueza de espécies é acentuada.

Juntamente com o reconhecimento das artes de pesca, foi realizado o levantamento das principais espécies de pescado capturado. A tainha, corvina, robalo, camarão, são as espécies mais abundantes, seguida da cavala, cações, badejo, sardinha, linguado, lula, siri e polvo (Quadro 6.3.2-31).

Quadro 6.3.2-31 - Artes de pesca utilizadas pelos associados da APMIM, na Ilha da Marambaia e principais pescados capturados.

Entidade	Arte de pesca	Pescados
APMIM	Rede de arrasto	Camarão, corvina, tainha, siri
	Arrasto de praia	Camarão, corvina, tainha, siri
	Corrico	cavala
	Espinhel de fundo	garoupa
	Linha de mão	Garoupa, lula, peixe-porco
	Mergulho	Robalo, garoupa
	Puçá	siri
	Rede de cerco/espera	Corvina, cação, tainha, robalo, arraia, linguado
	Tarrafa	Camarão, sardinha, tainha
	Pote	polvo

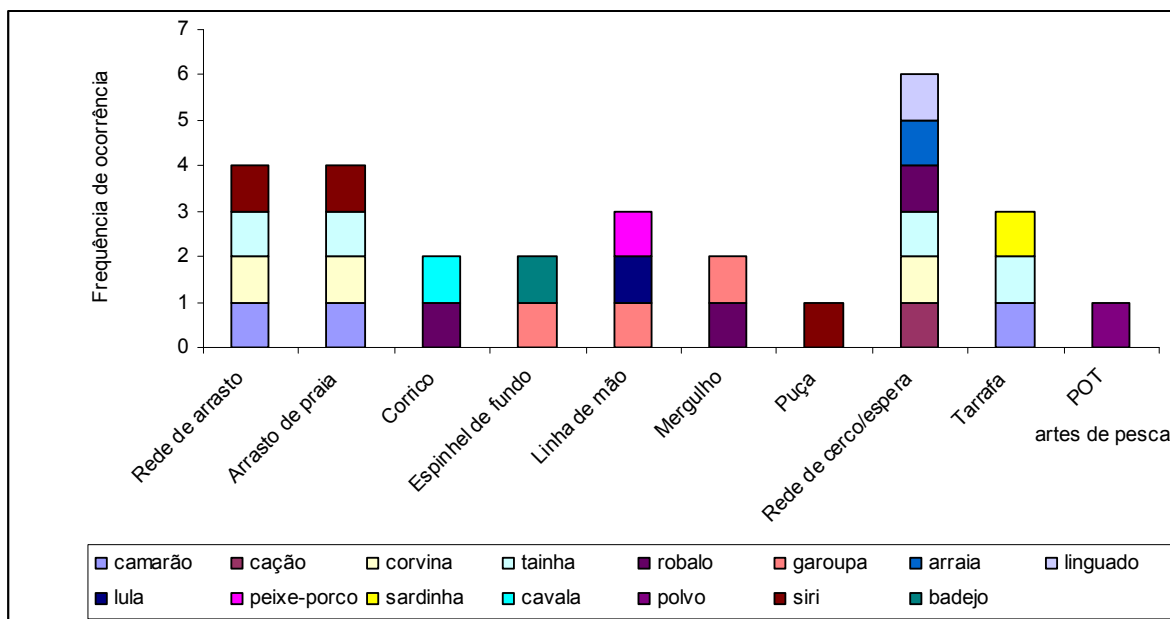


Figura 6.3.2-99 - Principais espécies capturadas por arte de pesca - APLIM.

A APMIM utiliza toda a baía de sepetiba como área de pesca, no entanto a praia da costa e a laje da Marambaia são os pontos mais referidos na entrevista (Quadro 6.3.2-32 e Figura 6.3.2-100).

Em relação aos pontos de desembarque pesqueiro, a APMIM utiliza principalmente a praia de Mangaratiba.

Quadro 6.3.2-32 - Principais pesqueiros e pescado da ilha da Marambaia

Entidade	Pesqueiro	Espécie alvo
APMIM	Ilha da Marambaia	corvina, polvo, garoupa, badejo
	Laje da Marambaia	lula, corvina, baiacu
	praia da costa	tainha, corvina, anchova, robalo,
	Baia de Mangaratiba	tainha, corvina, anchova, robalo, camarão

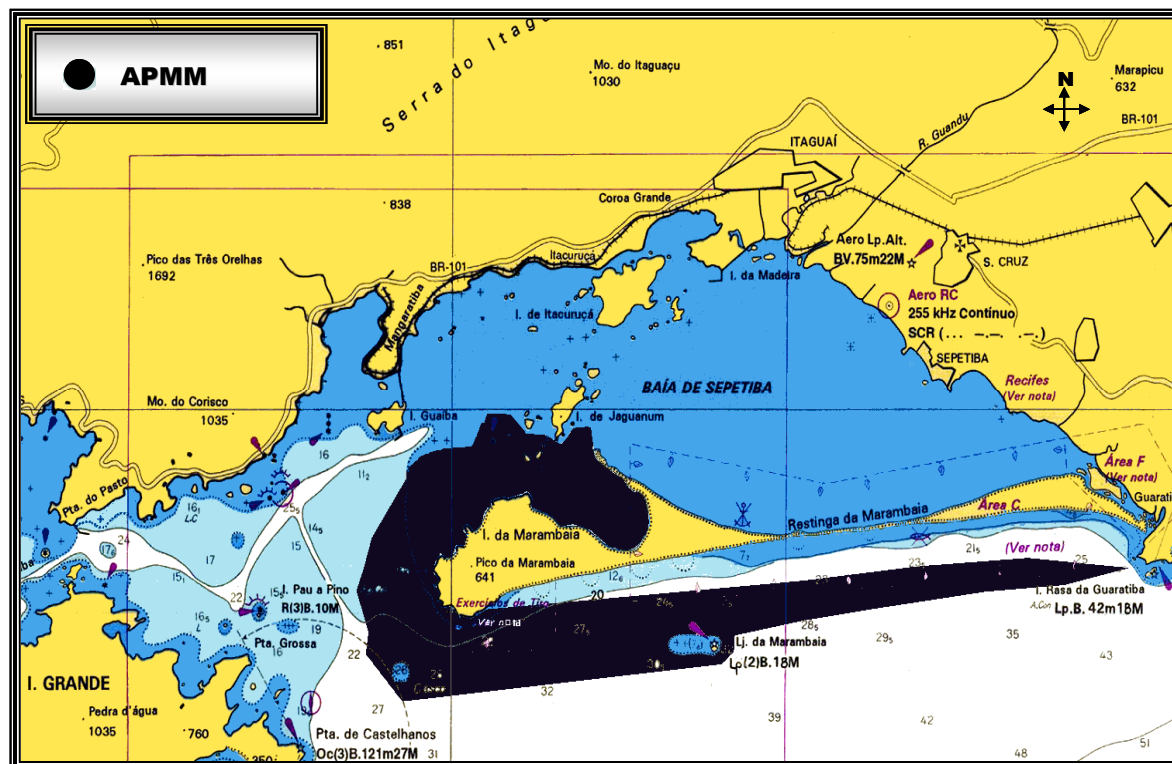


Figura 6.3.2-100 - Áreas de atuação de pesca dos pescadores da APMIM

Comercialização

Em relação aos meios de comercialização do pescado, na APMIM é realizada diretamente com um atravessador de Mangaratiba, ou diretamente para o consumidor.

Na APMIM a divisão da renda é feita por partes iguais: uma parte para cada tripulante, uma para o dono da embarcação e uma para o dono da rede. Neste caso se um pescador for pescar e for o dono do barco e da rede, na verdade ele receberá três partes.



Figura 6.3.2-101 - Pescadores da Ilha de Marambaia

A Pesca Industrial ou em Grande Escala

A classificação feita pelos pescadores locais para definirem essa categoria de pescador se refere principalmente, aqueles pescadores que têm mais recursos e utilizam embarcações maiores e com nível tecnológico avançado para os padrões dos artesanais, em algumas situações praticam a pesca predatória, não respeitando, inclusive, as épocas de defeso⁸ de algumas espécies. O defeso do camarão é no período de março a maio; da sardinha de dezembro a fevereiro; da lagosta de janeiro a abril.

Essa modalidade de pesca é realizada por embarcações com maior autonomia, casco de aço ou de madeira, e capazes de operar em regiões mais distantes da costa, em profundidades maiores e, em alguns casos, também beneficia o pescado à bordo.

⁸ O defeso consiste na época em que o peixe estaria em fase reprodutória e por tanto, não poderia ser capturado o período de cada espécie é variado, normalmente três meses para cada espécie. Durante o período de defeso o pescador receberia do Governo Federal um salário mínimo por mês como forma de compensação.

Além disso, as artes de pescas são mais sofisticadas utilizam sonares e/ou radares para localizar os cardumes. Esta modalidade de pesca é organizada em diversos setores podendo integrar verticalmente desde a captura, até o beneficiamento e a comercialização do pescado.

Geralmente o proprietário da embarcação (traineira) e dos equipamentos é conhecido como armador, que é o indivíduo que deteria os meios de exploração, mas que não participaria diretamente do processo. Nestes casos, o armador tem um homem de confiança conhecido como mestre da embarcação que seria o responsável pela embarcação.

Segundo a SEAP (2005), dentro da embarcação as tarefas são divididas segundo a habilidade de cada tripulante, eles podem ser: mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador, etc. A forma de remuneração está relacionada, principalmente, com as funções desempenhadas pelos tripulantes.

Neste tipo de pesca o produto pescado é conservado em gelo dentro da própria embarcação, que pode ficar em mar até por 20 dias. De volta aos seus locais de origem, as embarcações entregam o pescado às indústrias de processamento ou às empresas comercializadoras, que o repassam para o comércio varejista.

Durante a pesquisa de campo foi difícil identificar as principais traineiras que atuam na região, pois, segundo informações da Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira, na Baía atuam frotas pesqueiras provenientes de Angra dos Reis, Parati, Niterói, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. O que dificulta o mapeamento dessas frotas.

De acordo com os pescadores da Ilha do Martins, é comum ouvir histórias de conflito entre embarcações locais e a frota visitante. “(...) *As traineiras entram aqui e faz um estrago sai arrastando peixe, redes da gente além de até ameaçar o pescador de morte se ele for reclamar!*” (Pescador da Ilha do Martins, 2008).

As áreas de atuação dessas embarcações podem ser muito variadas, entretanto os locais prioritários são: a área adjacente à restinga de Marambaia, entre a Ilha Grande e a Barra da Tijuca (área oceânica), nestes locais se pesca camarão com rede de arrasto, corvina, pescada com rede de emalhe, sardinha, xerelete, carapau e outros peixes formadores de cardumes, com rede de cerco. Outras espécies como: badejo, garoupa e cherne são capturados com linha, sobretudo, na laje da Marambaia. Também é comum ouvir relatos da atuação destas embarcações nas regiões ao longo do canal próximo as ilhas de Itacuruçá e Jaguanum.

A atividade de Maricultura

Na região da Ilha da Madeira o cultivo de maricultura vem ganhando espaço e organização nos últimos anos. Essa realidade segundo informações locais está associada à necessidade de criar alternativas de renda para as famílias de pescadores locais. Somado a isso está à necessidade de explorar essa atividade de forma sustentável, pois como relatou um maricultor. “*O extrativismo sem reposição não suportaria por muito mais tempo, por isso era preciso que se criassem as fazendas de maricultura*” (Presidente da AMCOVERI, 2008).

Outro dado importante sobre a maricultura na região está associado com a forma de organização desses maricultores, essa constatação pode ser observada a partir da criação, nos últimos anos, das associações como AMCOVERI e AMACOR, ambas com a sede em Coroa Grande. Essas associações teriam sido criadas exclusivamente para atender a demanda da categoria na região.

A atuação dessas associações se concentra principalmente em “fazendas” situadas, principalmente, na região da Ilha do Martins como: na Ponta do Boi, Ilha das Ostras e praia do Leste. Esses locais são apontados como locais ideais para esse tipo de cultura, pois não atrapalharia a navegação.

A própria AMCOVERI teria nessa região quatro lâminas de água com destino ao cultivo da maricultura. No local 10 famílias estariam sendo beneficiadas com essa “fazenda”. Já a AMACOR, teria recentemente instalados na praia do Leste alguns *Long lines*.



Figura 6.3.2-102 - Conquile Saint Jaque, cultivado na região.



Figura 6.3.2-103 - Maricultores extraindo marisco na Baía de Sepetiba.

As vieiras (molusco *Nodipecten nodosus*) são as principais espécies de mariscos cultivados na região. Este animal é um marisco muito refinado, nativo das águas brasileiras, cujos estoques pesqueiros estão sobremaneira reduzidos. A reprodução deste animal é realizada no laboratório

IEDBIG, em Angra dos Reis. Os maricultores compram as sementes dos mariscos que são engordadas nas fazendas marinhas, para vendê-los após nove meses de cultivo. O valor de mercado está entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 a dúzia.

Foi constatado que apesar dos riscos com acidentes essa seria uma atividade em que a participação das mulheres é bastante expressiva. *“São as mulheres que mexem e cuidam mais das fazendas, mas quando precisam os homens também ajudam”* (Maricultora de Coroa Grande, 2008).

Muitos pescadores estão buscando a maricultura como alternativa de vida, pois esta atividade pode garantir maior renda e estabilidade econômica. Geralmente dependem de colaboração de projetos sociais para montar as fazendas, que atualmente tem um custo inicial de R\$ 150.000,00 (SEBRAE, 2008).

Sobre o apoio à atividade as lideranças reclamaram que a falta de apoio e o incentivo para o desenvolvimento da atividade, seria um entrave, pois os equipamentos para criarem as fazendas seriam caros e de difícil acesso aos maricultores. Durante a pesquisa foi possível identificar que a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itaguaí apoiou a instalação de algumas fazendas pela AMCOVERI, essa mesma entidade teria também recebido recursos da empresa CSA. Assim, esses associados já estariam com sete *Long Lines* instalados na região. Os maricultores de Mangaratiba também relataram ter recebido recursos da CSA, para desenvolver a atividade na Baía de Sepetiba.

As sementes para o cultivo destas espécies (ostras, mariscos e Coquile de Sant Jaque), são compradas do Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande - IED-BIG, o instituto seria o único fornecedor desse tipo de produto em toda a região.

Sobre as dificuldades, além da falta de apoio e de recursos, seria o problema com a comercialização, por causa dos atravessadores e por causa da poluição da Baía, pois existe um receio das pessoas em adquirir o produto por acreditarem que os mariscos estariam contaminados⁹ e com isso o produto encontraria dificuldades na hora de comercializar e conseqüentemente em aceitar o produto. Outra dificuldade pelos maricultores seriam os roubos dos mariscos e equipamentos praticados por maricultores de outros lugares.

⁹ Segundo Calil (2005), os manguezais receberiam águas potencialmente poluídas da rede de esgoto sanitário e das atividades industriais presentes na Baía de Sepetiba. Essa combinação contribuiria para a concentração de metais pesados que afetam peixes, mariscos e ostras da região.

Caracterização das Atividades Portuárias

As atividades portuárias estão relacionadas ao transporte de cargas e contêineres. Estas embarcações seguem por um canal de acesso até o Porto de Itaguaí. Também existem as embarcações militares que fazem a fiscalização da Baía e patrulham a área da restinga da Marambaia, bem como as embarcações dos práticos que guiam os navios da entrada da Baía até o porto.

▪ O Porto de Itaguaí

Durante o regime militar em meados da década de 1970 surgiu à intenção de construir um porto na região da Baía de Sepetiba, com objetivo de atender a estrutura industrial da região de Santa Cruz no Rio de Janeiro. Quem ficou responsável pela implantação do porto foi a empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro. As primeiras obras iniciaram no ano de 1976, com a construção de acessos, fundações do píer de carvão e dragagem do canal de acesso. Essas ações são apontadas pelos moradores da Ilha da Madeira como importantes transformações impactantes da região.

Para Pinheiro et al (1999), com a construção do porto foram aterrados diversos estuarinos e manguezais, teriam sido depositado 1.800.000 m³ de terra retirados de 10,81 hectares da Ilha da Madeira.

O porto foi inaugurado em maio de 1982. Segundo dados da Companhia Docas, em 2004 o porto movimentou 25,3 milhões de toneladas com estimativa de crescimento para 32 milhões de toneladas. Em relação aos contêineres, no mesmo ano, foram 136.997 TEUs (twenty-feet equivalent unit, ou unidades equivalentes a 20 pés de comprimento).

A principal carga movimentada no porto é o minério de ferro, que em 2004 movimentou cerca de 16,8 milhões de toneladas. Atualmente se pretende que o porto se torne um porto concentrador, passando a movimentar grãos como soja e outros produtos agrícolas, além de cimento.

A expansão das atividades no porto incide diretamente na atividade pesqueira da região, principalmente em ser tratando da pesca artesanal, uma vez que, a essa expansão contribui para o aumento de navios na Baía e conseqüentemente aumentando a área de exclusão de pesca, por causa da área de segurança em torno dos navios que faz o fundeio na Baía.

Outra polêmica envolvendo o Porto estava relacionada ao seu nome, que inicialmente se chamava Porto de Sepetiba, em homenagem ao nome da Baía. Mas esse nome causava descontentamento aos moradores do município de Itaguaí, local onde está instalado o Porto. Por causa disso e de uma campanha realizada pela prefeitura para associar o Porto a Cidade, em 2006 o Presidente da República sancionou um projeto de lei que alterou o nome do Porto para Porto de Itaguaí, pondo fim a essa polêmica.

▪ A Praticagem

As embarcações dos práticos são outras modalidades que transitam na região da Ilha da Madeira. O práctico é um profissional especializado em navegação e condução e manobra de navios. Também, é conhecedor das particularidades locais como correntes e variações de marés, ventos reinantes e limitações dos pontos de acostagem e os perigos submersos ou não. Portanto, o práctico assessoria o Comandante na condução segura do navio em áreas de navegação restrita ou sensíveis para o meio ambiente. (CONAPRA, 2008).

Na área da Baía de Sepetiba, os limites geográficos das zonas de praticagem, foram estabelecidos pelas autoridades marítimas na seguinte zona: *“Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG) e Angra dos Reis: Pela entrada Leste, do alinhamento entre a Ilha das Palmas e a Ponta Grossa da Marambaia para o interior das Baías de Sepetiba e da Ilha Grande. Pela entrada Oeste, do alinhamento entre a Ilha Deserta e o Lago do Jerônimo, para o interior da Baía da Ilha Grande. A praticagem nos portos e terminais desse trecho é obrigatória”* (DPC-MAR, 2008).

Segundo informações locais na região algumas empresas de praticagem ficam estabelecidas em Mangaratiba e Coroa Grande. No caso da empresa de Mangaratiba, o tempo de transporte até o Porto de Itaguaí é de 60 minutos.

O transporte do Prático até o navio, e demais serviços realizados pela empresa são realizados através de uma lancha própria. O serviço do Prático inicia no Fundador Externo, uma área aberta no oceano, onde ele assume o controle do navio. Neste local a meia hora de Mangaratiba, ficam ancorados os navios que vão tanto para o Porto de Itaguaí, quanto para Ilha Guaíba.

▪ Embarcações militares

As embarcações militares que circulam na área são principalmente da capitania dos portos e embarcações que patrulha a Ilha da Marambaia, pois nesta ilha funcionaria uma base dos fuzileiros navais, campo de treinamento e acampamento utilizados também por outros efetivos da Marinha.

Caracterização do Transporte Marítimo

Na região, além do uso território marítimo da Baía de Sepetiba, para diversas atividades como: pesca, transporte de carga, transporte de passageiro e mercadorias, a região é utilizada para outros serviços como o transporte escolar, transporte de lixo, transporte de turistas.

É importante ressaltar que essas categorias têm em comum é que todas partem de dois locais, do píer da Aqualang ou do píer da Ilha da Madeira e o destino são quase sempre os mesmos, ou seja, as ilhas da região (Ilha de Itacuruçá, Ilha Martins, Ilha das Cabras entre outras). Logo abaixo serão descritos essas modalidades.

▪ Transporte Escolar

O transporte escolar é feito por uma embarcação da empresa Aqualang, da Ilha da Madeira, que presta serviço para Secretaria Municipal de Educação de Itaguaí. O Barco transporta as crianças da Ilha Martins, Quatiquara, Ponta do Boi, Ilha das Cabras e redondezas. As crianças são apanhadas no início da manhã as 6:00 horas e retornam no final do dia, às 18:00.

▪ Transporte de Turistas

O transporte de turista é feito por diversas embarcações da Ilha da Madeira, que saem principalmente do píer da empresa Aqualang, localizado na Rua João Cruz Neto, 80 na Ilha da Madeira. Além das embarcações da empresa que partem do local, outros pescadores utilizam o píer para embarcar turistas para os passeios nas praias da região e para a prática da pesca esportiva. Alguns turistas, também, costumam ir para Itacuruçá (no continente) e pegar barcos para as ilhas como a do Martins.

▪ Recolhimento de lixo

O trajeto da embarcação de lixo sai da praia da Ponta na Ilha da Madeira, e faz recolhimento nas Ilhas do Gato, Gatinho nas praias da ilha de Itacuruçá, que pertencem a Itaguaí, Ilha das Cabras e Ilha do Martins. Segundo o administrador da Ilha da Madeira, a embarcação faz essa

coleta três vezes por semana (segunda, quarta e sexta). Durante o período de alta temporada turística, o recolhimento é feito diariamente. Entretanto, segundo informações dos moradores da Ilha do Martins, é comum a embarcação coletar o lixo uma vez por semana. Este serviço é terceirizado. O lixo recolhido é levado para o continente pela Ilha da Madeira.

6.3.2.5 - Caracterização das Atividades de Turísticas na Região

O turismo na região pode ser definido por duas modalidades, a primeira relacionada com o turismo de veraneio, que é representada pelas seguintes características:

- **Uso de casas de veraneio** - Geralmente localizadas na Ilha da Madeira (Praia) e nas ilhas da área de influência, estas residências passam boa parte do ano fechadas. Os proprietários, geralmente, moram da Zona Oeste e Norte da cidade do Rio de Janeiro e deslocam-se para as estas residências no final de semana, principalmente no verão. O padrão das casas é variado, segundo informações de uma moradora na Ilha da Madeira, existe uma rua que na simbologia dos moradores significaria a rua dos ricos (ou rua da Elite, conforme já indicado);
- **Embarcações para uso de lazer** - Alguns proprietários possuem embarcações que ficam atracadas no late Clube da Ilha da Madeira e durante os finais de semana realizam passeios nas ilhas da região;



Figura 6.3.2-104 - Turistas praticando a pesca esportiva na região da Ilha Martins.



Figura 6.3.2-105 - Saveiro que parte de Itacuruçá para passeios nas Ilhas de Jaguanum e Martins.

- Em Ilhas como Martins e Quatiquara existem casas de Veraneio que são ocupadas em áreas que podem ser consideradas de proteção ambiental. Na praia do Leste na Ilha do Martins, foi identificado um conflito entre moradores e um empresário que estaria construindo um hotel numa área de preservação, além disso, ele estaria tentando expulsar os moradores antigos da

área. Durante o trabalho de campo a obra tinha sido embargada e o processo correria junto à justiça.



Figura 6.3.2-106 - Casa de Veranista na região da Ilha Martins.

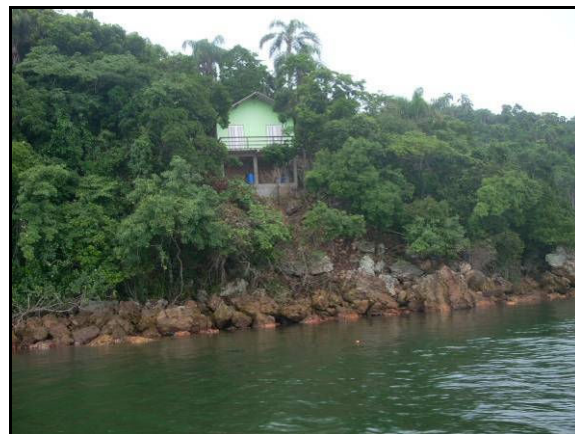


Figura 6.3.2-107 - Casa de Veranista na região da Ilha Martins.

A segunda modalidade de turistas existentes na Ilha da Madeira são aqueles que vão ao local para a pesca esportiva ou de linha e para os passeios nas ilhas da região. Alugar embarcação para a prática da pesca esportiva custaria em janeiro de 2008, R\$ 280,00 por 10 horas no mar, geralmente cerca de dez pessoas seria a capacidade de cada embarcação para a pesca esportiva.

“O turista vem combina com a gente e aí a gente leva ele para pescar nos melhores pontos de corvina, que fica ali próximo daquela área que a CSA jogou lama. (...) Agora se for para ir para alto mar [sair da Baía] aí o preço é outro” (Pescador da Ilha da Madeira, 2008).

Esses turistas vêm principalmente da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a explicação dos moradores é pela facilidade de se chegar à Ilha por esses bairros, pois teria um ônibus que liga o bairro de Campo Grande até a Ilha da Madeira. Já no caso dos que vão pescar, eles seriam de vários lugares da cidade do Rio de Janeiro e até da Baixada Fluminense, em alguns casos já seriam fregueses antigos de alguns pescadores da região.

Outra rota adotada por esses turistas de final de semana é à saída de Saveiro ou Veleiro de Itacuruçá, esse passeio é organizado por empresas como a Saveiros-tour sediada na Marina da Glória no Rio de Janeiro. O passeio consiste em um tour pelas ilhas de Jaguanum e Ilha do Martins, nesta última os turistas param para fazer as refeições, que já estariam inclusas no pacote do passeio.

No que se refere à infra-estrutura turística, observou-se que na região da Ilha da Madeira não existe nenhum ponto de apoio ao turista, do tipo quiosque de indicação ou algo do gênero. E nem hotel, entretanto, segundo informações dos moradores da Ilha, uma pousada estava sendo construída para abrigar turistas, entretanto, é comum o aluguel de casas de veraneio para turistas do Rio de Janeiro. Na Ilha do Martins a pousada que existiria, se encontrava embargada por esta sendo construída em área irregular.

Organização Social e Grupos de Interesse.

a) Conselho Comunitário

No início do ano de 2008, foi empossada a plenária dos conselhos comunitários de Itaguaí. Esta instituição conta com um total de 126 representantes de comunidades presentes no município. Segundo a página da prefeitura de Itaguaí na rede mundial de computadores, o objetivo da plenária é permitir uma interação maior entre o executivo municipal e a sociedade civil, representada, neste caso, pelos conselheiros. Tendo em vista as diferentes formações e experiências dos voluntários e líderes comunitários interessados em compor os conselhos comunitários, a prefeitura de Itaguaí, através da assessoria para assuntos comunitários da secretaria municipal de planejamento, promoveu um curso para formação de lideranças comunitárias e gestores de entidades de interesse social. Este projeto que culminou na cerimônia de posse atuou nas comunidades de Teixeira, Santa Cândida, Piranema, Parque Primavera, Chaperó, Raiz da Serra, Ilha da Madeira, Brisamar, Vila Geny, Itimirim e Coroa Grande. Deve-se destacar que estas três últimas foram reunidas sob um mesmo conselho comunitário, de forma que se tem um total de oito conselhos comunitários.

Entre os conselhos comunitários de Itaguaí o que surte interesse no contexto desse estudo é o conselho da Ilha da Madeira. Durante a incursão ao campo foi entrevistado um membro do conselho. Atualmente o conselho está funcionando na sede Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM). No momento ainda foi difícil falar de ações e realizações da instituição, uma vez que o conselho é recém constituído. Em relação à estrutura de funcionamento pode-se dizer que ele é formado por 14 pessoas, todas são participantes da plenária dos conselhos comunitários, fizeram o curso de formação e foram empossadas na cerimônia. Deste grupo quatro pessoas compõem a diretoria do conselho e exercem um mandato de dois anos.

Em função da implementação recente desta estrutura é difícil avaliar ou mesmo projetar seu desempenho e atuação no contexto da organização social do município e da Ilha da Madeira,

em particular. Contudo é possível perceber que o potencial de ação e interferência do conselho comunitário na realidade local irá depender, principalmente, de dois fatores, a relação entre o conjunto dos conselhos e a gestão do executivo municipal, e a legitimidade desta instituição em meio à população local. Observa-se que as relações do conselho tanto com a prefeitura, como com a população das comunidades estão em processo de construção, de modo que a etapa atual pode ser decisiva para o destino e atuação desses conselhos no futuro.

b) Associação de Moradores da Vila do Engenho

Apesar da Associação de Moradores da Vila do Engenho (A.M.V.E.) não estar em atividade atualmente, percebe-se que a instituição contava, pelo menos na época que estava em funcionamento, com o reconhecimento de parcelas da comunidade da Vila do Engenho. A principal evidência deste reconhecimento é o volume de queixas contra a Pedreira Sepetiba que foram encaminhadas para a associação. De uma forma de outra, os queixosos consideraram a A.M.V.E. como canal legítimo para o envio de suas queixas e demandas, reconhecendo deste modo a instituição como representante da população, pelo menos no que tange a solução das questões presentes nas queixas. Em outras palavras, o envio de queixas para a associação indica a existência de dois pressupostos. Em primeiro lugar os queixosos reconhecem a legitimidade da associação, de forma que esta tem condições de representá-los, levando suas queixas para as autoridades competentes ou, no caso das queixas contra a Pedreira Sepetiba, para a empresa responsável. Em segundo lugar, os queixosos reconhecem que a instituição goza de poder, conferido pela própria legitimidade, para buscar soluções para os problemas apresentados.

A associação, no entanto, carrega uma particularidade. Segundo indicam as informações levantadas, a legitimidade da instituição derivava, também, do prestígio pessoal do seu presidente na comunidade. Aliás, o encerramento ou paralisação das atividades da associação tem estreita ligação com esta relação entre o prestígio do presidente e a legitimidade. Com o fim do mandato do presidente não apareceram outras lideranças reconhecidas na comunidade que desejassem formar chapas para concorrer o cargo. Assim, sem renovação, as atividades foram encerradas e o antigo presidente da associação guarda em sua residência da entidade, como se aguardasse a retomada da associação.

O principal tema discutido no contexto da associação era referente à relação entre a comunidade e a Pedreira Sepetiba, como visto nas queixas. A fundação da instituição deu-se, justamente, neste contexto. Com a ampliação do Porto de Sepetiba (hoje denominado

Itaguaí) houve um aumento na demanda pelo material extraído da pedreira. Assim, as atividades da empresa se intensificaram e houve um aumento das detonações, gerando impactos sobre a comunidade. A insatisfação com esta situação levou os moradores a fundar a associação. Segundo conta o presidente, algumas pessoas queriam o encerramento das atividades da empresa, mas a maioria era contra em função dos empregos gerados na comunidade. Além das detonações e da dispersão aérea de partículas e fragmentos, os moradores também consideraram ruim a remoção de terra para aterros para a ampliação do porto.

É difícil avaliar os resultados das ações da associação, mas após as obras do porto a empresa reduziu a quantidade de detonações, de forma que os impactos também se reduziram e com eles o volume de queixas. Por outro lado, também, ocorreram mudanças no relacionamento entre a população e a empresa com a abertura de canais de comunicação. Atualmente ainda persistem impactos decorrentes das detonações, apesar das fichas serem datadas da época de funcionamento da associação (1998) nas entrevistas com moradores realizadas para a elaboração desse estudo ainda foram ouvidas queixas similares.

Embora o foco principal da associação fossem as queixas sobre as atividades da Pedreira Sepetiba, outras demandas da comunidade encontraram soluções nas ações da instituição como melhorias na iluminação pública e nos horários de atendimento do posto de saúde. Em relação a este último cabe destacar que os moradores queriam que o posto tivesse atendimento aos domingos. Durante a época em que funcionou a A.M.V.E. contava com um total de 214 associados.

6.3.2.6 - Atores Presentes no Território da Baía de Sepetiba

Neste tópico dos estudos compõe a análise dos atores presentes na área de influência direta, o foco se amplia para regiões além da delimitação proposta. Tendo em vista que a área de influência direta, especialmente o espaço marítimo, se insere em contexto maior de discussões e disputas, é necessário ampliar o universo da pesquisa para este contexto. Através da compreensão deste meio é possível ter uma percepção mais apurada das tensões, disputas e conflitos presentes tanto na área de influência direta como no restante da Baía de Sepetiba.

Com objetivo de procurar mapear os Atores Sociais¹⁰ atuantes na região da Baía de Sepetiba, delineou-se um caminho que considera como pressupostos a configuração, os interesses e a estruturação do poder entre distintos segmentos sociais que atuam na região. Desta maneira, procurou-se entender a partir de uma lógica que perceba a atuação entre os distintos grupos de interesses, no que diz respeito a acesso a bens e recursos (disputas em termos de esferas municipais, estaduais e federais de gerenciamento de recursos, empresariado, associação de pescadores, colônias de pesca, movimentos socioambientais, universidades etc.).

Nesse sentido, é importante o olhar atento para as representações e significações que os atores sociais envolvidos em movimentos sociais, universidades e organizações têm de suas inserções e expectativas. Weber (2002) procura acionar a importância da identificação dos interesses que estão em disputa num dado contexto. A idéia de interesse é uma idéia-chave para entender as alianças que movem as pessoas e o jogo de tensões entre elas. Para além do acesso a recursos sejam financeiros ou ambientais, outras formas de interesse e disputas estão presentes em um território diversificado como o caso da Baía de Sepetiba.

A rigor, neste estudo procurar-se-á definir poder como uma luta também por classificações e significações sociais que legitimam e/ou justificam a ação dos atores envolvidos, seja na relação entre Estado e Sociedade, seja nas disputas entre diferentes segmentos da sociedade civil, especialmente os que estão ligados aos movimentos sociais ou ambientais.

Assim, portanto, a Baía de Sepetiba conforma um território marítimo legitimado pelos usos e reconhecimentos sociais de diferentes grupos dos poderes públicos, do empresariado já instalado na região e daquelas empresas que disputam o local, de comunidades de pescadores, quilombolas e das organizações da sociedade civil, sobretudo ambiental. No entanto, a forma de perceber a utilização de tal território pode ser vista de forma diferenciada por esses grupos.

A questão do poder também deve ser levada em consideração quando se trata de analisar as formas econômicas, sociais, políticas e simbólicas deste território. Alguns autores da geografia já apontaram os elementos de poder presentes na construção social de um território, percebendo-o como uma disputa pela apropriação do espaço e pelos recursos ambientais e econômicos, tornado território pelos usos humanos, seja percebendo território sempre em relação ao Estado - território estatal - (Ratzel e Gottman *apud* Schneider) ou Haesbaert

¹⁰ Neste documento entende-se como Atores Sociais todo indivíduo, grupo, instituição, órgão ou empresa presente no âmbito do território da Baía de Sepetiba.

(2002), que ao tratar do território, reconhece a relação entre as identidades coletivas diferenciadas e as estratégias governamentais:

“As formas de manipulação do espaço, parece claro, não jogam apenas um papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Elas podem corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação e/ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras” (Haesbaert, 2002: 14).

Para Santos (2004), o conceito de território se torna utilizável na medida em que compreendemos seus usos sociais (idem, ibidem: 22). Essa postura analítica interessa porque contextualiza a categoria “território” dentro de uma dinâmica de relações sociais de disputa.

Partindo desse pressuposto, pode-se observar que as relações de dominação do território (econômica, simbólica e materiais) existentes na estrutura social, os mecanismos de resistência e manifestações contrárias e/ou alternativas às ações de políticas públicas, têm se tornado foco de ação do planejamento de qualquer setor.

A rigor, as representações culturais, ambientais, políticas e de apropriação do uso e ocupação da Baía de Sepetiba devem ser levadas em consideração nas relações sociais presentes naquele espaço marítimo.

Para o alcance dos resultados, foi realizado um trabalho de campo por dois cientistas sociais entre os dias 22 a 30 de janeiro de 2008 com objetivo de mapear e entrevistar algumas entidades de representação de pescadores, ONGs, e poder público local, bem como moradores e trabalhadores que atuam na área de pesca na Baía. Para tanto, foi feita uma viagem ao município de Itaguaí (Ilha da Madeira, Coroa Grande, Ilha do Martins e a sede do município) e Mangaratiba no Rio de Janeiro. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a região, procurando destacar as entidades atuantes na Baía de Sepetiba. Também foi feita uma revisão de outros estudos Ambientais que retratavam a região.

Para apresentação dos resultados essa parte do documento está dividida em duas seções a primeira trata da descrição dos atores e dos grupos de interesse, a segunda trata desses atores e dos conflitos socioambientais presentes na baía.

Descrição dos Atores

Como em todo processo de mudanças e geração de novos recursos sociais, alguns grupos se tornam peça-chave na disputa por recursos e pela divulgação de informações para as comunidades envolvidas. Esses Atores seriam e são peças chaves para o entendimento das reivindicações e disputas de um dado território.

Nesse sentido, procurou-se mapear alguns atores sociais atuantes na Baía de Sepetiba, sobretudo, nos municípios de Itaguaí e Mangaratiba no Estado do Rio de Janeiro, no que tange aos movimentos sociais, organizações civis, associações, colônias de pesca, poder público, universidades, empresariado atuante na região do Porto de Itaguaí e organizações ambientais.

A rigor, neste documento compreende como território da Baía de Sepetiba, tanto as áreas de *offshore* quanto *onshore* da região, ou seja, uma área próxima de 305 km², com um perímetro de aproximadamente 130 km. Dentro dos municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba. A Baía faz limites a nordeste pela Serra do Mar, ao norte pela Serra de Madureira, a sudeste pelo Maciço da Pedra Branca e ao sul pela Restinga da Marambaia. Nela existe uma associação de águas salinas e salobras, ligando-se com o oceano Atlântico por meio de duas passagens, na parte oeste, entre os cordões de ilhas que limitam com a ponta da Restinga da Marambaia e, na porção leste, pelo canal que deságua na Barra de Guaratiba, o que lhe confere uma configuração quase elíptica (FEEMA, 2008).

Com objetivo de esquadrihar graficamente os papéis dos atores neste território foi elaborada um esboço, que procura mostrar o território no centro dos interesses e disputas. Assim, as direções das setas estão relacionadas com a capacidade de influência do ator ao território da Baía ou vice-versa, essa influência pode ser tanto negativa (Vermelha), quanto positiva (Azul), ou essa influência pode ocorrer mais indiretamente ou institucional (setas negras). Já no caso do sentido duplo das setas significaria uma influência recíproca e as espessuras das setas estão relacionadas com a potencialidade destas influências.

▪ Prefeituras e Política Local

Dentro do contexto de relações sociais dentro do território da Baía se faz necessário considerar as prefeituras e a variedade de interesses de grupos ligados à política local, como elementos importantes para se entender a dinâmica de ocupação e exploração da Baía.

No caso das prefeituras (Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro) e das câmaras de vereadores elas seriam instituições importantes na representação política local e, conseqüentemente, na

formação da opinião de uma parcela considerável da população, por isso a sua seta mostra uma relação recíproca entre prefeitura e moradores locais.

Já em relação ao território a influência nesse espaço é maior do que a influência do território sobre a prefeitura ou até mesmo sobre a política local. Sobre o ponto de vista político o território pode ser visto como um importante, espaço para apresentação de projetos de interesses políticos e pessoais. Uma figura interessante nesse contexto é o próprio prefeito de Itaguaí, que antes de assumir a administração do município, teria sido prefeito duas vezes consecutivas do município vizinho de Mangaratiba.

▪ **Moradores da região da Baía de Sepetiba**

Os moradores da Baía são todos aqueles atores que se encontram vivendo no local, mantendo uma relação direta e cotidiana com aquele espaço. Como no caso os moradores da Ilha da Madeira, Itacuruçá, Coroa Grande, Ilha Martins entre outras. Esses atores, em muitos casos vivem dos recursos (ambientais e econômicos) oferecidos pelo território da Baía como no caso da pesca, do turismo e da prestação de serviços nas empresas ali instaladas. Por isso, a presença e atuação desses atores no território é bastante intensa ao mesmo tempo em que a influência do próprio território na vida desses atores é grande.

▪ **Pescadores em pequena Escala (aqui entende como pescadores, marisqueiros, aquícultores, independente do gênero (homens e mulheres))**

Neste grupo, estão todos aqueles que vivem da exploração da pesca na Baía de forma artesanal e extrativista ou coletora como no caso das marisqueiras. Ramires et al (2005), procura definir os pescadores artesanais como aqueles pescadores que em todo processo da pesca (captura e desembarque) trabalham sozinhos e/ou utilizam a mão-de-obra familiar. Esses pescadores utilizam embarcações menores e, em alguns casos, até a remo como os Caíques e/ou Caiaques próximo à costa. As técnicas de pesca, utilizadas geralmente, não proporcionam muitos ganhos, pois em sua maioria são rudimentares para os padrões de modernidade dos barcos pesqueiros atuais.

Neste grupo, portanto, estão tanto homens quanto mulheres. Em geral esses atores possuem poucos recursos (financeiros e materiais), baixa escolarização, aprenderam a arte da pesca com os pais, estão no local há gerações e acreditam que as gerações futuras deixaram de ser pescadores por causa das transformações que estão ocorrendo naquele território.

É importante ressaltar que para esse grupo a pesca artesanal tem uma importância tanto histórica quanto social no território da Baía de Sepetiba. No entanto, conforme foi observado na pesquisa de campo e nas narrativas dos pescadores entrevistados é crescente o declínio da atividade pesqueira na região, principalmente, pelo rápido avanço da pesca industrial e/ou predatória, pela redução da área de pesca por causa dos terminais e do Porto, além dos acidentes causados pela empresa Ingá e pelas sucessivas dragagens ocorridas na Baía.

A rigor são os que mais sofrem com os impactos causados pelos empreendimentos e com as transformações que vem ocorrendo no território da Baía nos últimos anos. Além disso, a própria pesca predatória é apontada como fonte de declínio na renda desses atores.

Como no caso dos moradores esse grupo, procura viver numa simbiose com o território. A forma de organização desse grupo é através das associações ou de Colônia de pesca, sendo a mais expressiva na região a Colônia Z 16.

▪ Organizações de representação de classe

Na região as entidades de representação podem ser divididas principalmente em dois grupos, um de representação de moradores formados pelos conselhos comunitários e/ou associações de moradores e o outro de associação de pescadores. No caso dos conselhos, estes foram criados recentemente no município de Itaguaí com objetivo de trabalhar em parceria com a prefeitura.

O conselho da Ilha da Madeira é formado por quatro membros ligados a diretoria e mais 10 coordenadorias, na época da pesquisa o conselho estava funcionando provisoriamente na sede da APLIM. Segundo um membro do conselho, um dos principais objetivos é encaminhar às reivindicações dos moradores as autoridades públicas.

Já em relação às entidades de representação dos pescadores, estas podem ser divididas em associações e colônias de pescadores. O objetivo principal desses grupos é a reivindicação de melhorias para os pescadores que atuam na região, além da realização de atividades que procurem preservar o meio ambiente. No **Quadro 6.3.2-33**, a seguir, é apresentada às diversas entidades ligadas a pesca que atuam na Baía de Sepetiba.

Quadro 6.3.2-33 - De entidades ligadas à pesca e Maricultura na Baía de Sepetiba

Entidade	Atividade Principal	Associados	Ano de fundação	Sede
Colônia Z 14	Pesca	800	1912	Pedra de Guaratiba
Colônia Z 15	Pesca	627	Sem informações	Sepetiba
Colônia Z 16	Pesca	Aproximadamente 1600	1926	Itacuruçá
APLIM	Pesca	270	1947	Ilha da Madeira
APAIM	Pesca	100	2001	Ilha da Madeira
AMACOR	Maricultura	800	2005	Coroa Grande
AMCOVERI	Maricultura	30	2004	Coroa Grande
ABIT	Pesca e barco	Sem informações	Sem informações	Itacuruçá
APESCARI	Pesca			
AMAR	Maricultura	128	2002	Mangaratiba

Fonte: Pesquisa de campo janeiro de 2008.

Colônia de Pescadores Z 14: A Colônia de pescadores localiza-se em Pedra de Guaratiba, tem aproximadamente 800 associados.

Colônia de Pescadores Z 15: Segundo informações de alguns pescadores entrevistados, a Colônia Z 15 se encontrava em fase de desativação, muitos de seus antigos associados estão migrando para a Colônia Z 14.

Colônia Z 16: a colônia de pescadores Z-16 está situada no distrito de Itacuruçá. Segundo seu presidente os principais problemas enfrentados pelos pescadores da região são as traineiras que realizam a pesca predatória, a deficiência na fiscalização pelos órgãos ambientais, os impactos causados pelos empreendimentos existentes na Baía e a falta de medidas compensatórias para os pescadores artesanais que operam na região.

APLIM- Associação de pescadores e lavradores da Ilha da Madeira - Itaguaí

A associação está localizada na Estrada Joaquim Fernandes 349, na Ilha da Madeira-Itaguaí. Tem associados na Ilha da Madeira, itacuruçá, Coroa Grande, Conceição do Jacarei e outros pontos da Baía.

Segundo a secretária da associação, a APLIM é considerada uma das associações de pesca mais antiga do Estado do Rio de Janeiro, sendo criada no ano de 1947, com objetivo de defender e representar os interesses dos moradores da região que na época viviam de pesca e da lavoura. *No passado, existiam muitos lavradores na região, mas nos últimos anos a presença de pescadores prevaleceu* (Representante da APLIM, 2008). Durante a pesquisa foi informado que atualmente são aproximadamente 270 pescadores associados, que pagam uma mensalidade R\$ 5,00.



Figura 6.3.2-108 - Vista da sede da APLIM.



Figura 6.3.2-109 - Sede da APLIM.

Entre os trabalhos desenvolvidos pela associação está a legalização dos pescadores para a liberação do defeso, a orientação para que possam aposentar, auxílio na legalização dos documentos das embarcações junto à capitania dos portos, ao IBAMA e ao SEAPE. Além disso, a associação tem buscado parceria com entidades como: EMATER, SENAI, Prefeitura e o SEBRAE, para oferecerem cursos de capacitação com ênfase em mecânica, formação de marinheiro, defumação de pescados, entre outros.

Sobre o perfil dos seus associados, foi possível identificar que seus filiados são residentes de vários bairros e ilhas de Itaguaí e até mesmo da Zona Oeste do Rio de Janeiro, possuem embarcações maiores e costumam pescar fora da Baía, ou seja, em auto mar. Os pescadores filiados a APLIM utilizam uma diversidade de redes por causa dos diferentes tipos de pescados. Como pode ser observado na fala de seu presidente.

“(...) Rede de arrasto pescam peixe e camarão, a rede de arrasto de praia, pescam tainha, pescado e Robalo, rede de Cerco malha 3 e 8 pescam munjuba, malha 12 e 13 sardinha, rede de esmalhe pescam corvineira, linguado, tainha, robalo (...)”
(Presidente da APLIM, 2008).

Atualmente, uma das principais metas da associação é a reforma e ampliação do píer da Ilha da Madeira, para facilitar o desembarque do pescado da região. O projeto encontra-se embargado pelas entidades ambientais. Antes da criação do conselho comunitário em 2007 a APLIM atendia a outras demandas da comunidade da Ilha da Madeira. Entre os principais problemas e preocupação apontados pelos entrevistados, estão:

- A poluição da Baía, a partir da contaminação de acidentes como o da empresa Ingá;
- Redução das áreas de pesca por causa das dragagens e das áreas de exclusão por causa dos navios, essa situação tem contribuído para redução da área de pesca na região;
- As dragagens que depositam o material dentro da Baía, não respeitando o “bota fora”;
- O receio que a possibilidade de um porto na região da Ilha da Madeira, contribua para o surgimento da prostituição, aumento da violência e a redução dos turistas;
- A construção de condomínios e a instalação de diversas empresas, que estão contribuindo para redução dos manguezais e redução das áreas de pesca;
- A pesca predatória cometida principalmente por embarcações vindas de outras regiões do Estado.

Para o presidente por causa dessas condições apontadas a cima, muitos pescadores estão migrando para o turismo, através do aluguel de barco e fretamento das embarcações para passeios nas ilhas da região. Por causa dessa situação a APLIM esta buscando juntos aos órgãos competentes, a orientação para que os associados tenham a licença para que as embarcações possam pescar, transportar mercadorias e turistas.

Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - APAIM

A Associação dos Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira - APAIM foi criada por volta do ano de 2001. O atual presidente acumula o cargo de presidente desta associação e da Associação dos Maricultores de Coroa Grande-AMACOR. A sua criação teve interferência da Secretaria de Meio Ambiente de Itaguaí e de alguns políticos locais.

Na época o objetivo era criar uma associação que estivesse voltada exclusivamente para os pescadores artesanais, pois segundo informações a associação existente na época (APLIM) não priorizaria esse público.

Na sede da associação na Ilha da Madeira funciona um galpão para os pescadores colocarem suas embarcações e descarregarem o peixe para a comercialização, que pode ser feita no local mesmo.



Figura 6.3.2-110 - Galpão da APAIM na Ilha da Madeira.



Figura 6.3.2-111 - Interior do galpão a onde alguns pescadores comercializam o pescado.

Alguns equipamentos do galpão e a própria infra-estrutura foi doada pela prefeitura de Itaguaí. É importante ressaltar que esses recursos utilizados pela prefeitura eram oriundos da empresa CSN como forma de compensação. Atualmente o galpão estaria necessitando de reforma e manutenção. Os principais problemas apontados pelos associados da APAIM são:

- A falta de recursos para manutenção dos barcos e confecção de redes;
- O problema dos atravessadores e do armazenamento do pescado;
- Cada empreendimento na Baía reduziria as áreas de pesca além da poluição produzida pelos empreendimentos, que causam a contaminação de espécies;
- A falta de fiscalização dos órgãos responsáveis;
- Pesca predatória cometida principalmente pelas traineiras;
- E a poluição dos mangues e das áreas de encostas, causados pelos impactos dos empreendimentos na região.

Associação de maricultores de Coroa Grande - AMACOR - Itaguaí

A associação de maricultores de Coroa Grande representa principalmente o trabalho de maricultura na região. Atualmente seu presidente acumula o cargo de presidente da APAIM, foi fundada há quatro anos e conta com cerca de quatrocentos associados, principalmente esposas de pescadores, que já desenvolvem essa atividade a gerações na região. No entanto, é importante ressaltar que esse número de associados pode variar para mais, pois os dados

fornecidos pelos membros da associação estavam desatualizados e durante a época da pesquisa estava sendo realizado um recadastramento de seus associados.

Um ponto a notar é que essa associação tem um histórico de envolvimento em disputas políticas locais, e, sobretudo, processos judiciais, nesse sentido, junto com outras associações, a AMACOR está movendo uma ação judicial contra a Ingá e a CSA reivindicando uma compensação e condições materiais de reprodução para a classe de trabalhadores na maricultura e na pesca artesanal.

Ressalta-se que muitos pescadores que são associados em outras organizações como a colônia Z-16, APAIM fazem parte também da AMACOR por conta de sua mobilização institucional e organizativa.

Entre os serviços prestados pela associação se destacam o fornecimento do atestado para o defeso dos pescadores, trabalhos que possibilitem a inclusão social do pescador, a implantação de fazendas de mexilhão no entorno da Ilha do Martins e Coroa Grande e a criação de um projeto para buscar parcerias para implantação de um plano de manejo da extração marisco nos seguintes locais:

“Margem do litoral de Coroa Grande - entre os rios Itimirim e Itingussu no loteamento frontal das ilhas; Margem do litoral de Vilar dos Coqueiros - área solicitada pela AMACOR à DOCAS; Margem do litoral da Ilha da Madeira, área próxima ao Galpão dos Pescadores.” (Projeto de geração de renda na comunidade Pesqueira de Itaguaí, 2005)

Como principais problemas enfrentados pela pesca artesanal e pela extração da maricultura na região seu presidente apontou:

- A falta de recursos para manutenção dos barcos e confecção de redes;
- A falta de infra-estrutura para comercialização do produto pescado ou coletado, o que obriga o pescado a vender a sua produção para atravessadores;
- Pouco incentivo das autoridades e a dificuldade com a legislação que regulam a extração de mexilhões nas encostas de ilhas locais, considerados ideais para a extração de mexilhões;
- Preocupação a ampliação da zona de exclusão, em decorrência do aumento da circulação do número de navios na Baía.

Associação de Maricultores da Costa Verde de Itaguaí-AMCOVERI

A associação de Maricultores da Costa Verde, esta localizada na Vila Genny em Coroa Grande, são 30 associados, que moram nas praias da Quatiquara, Ilha do Boi e Coroa Grade. Segundo o seu atual presidente a associação foi fundada há quase cinco anos, e tem como filosofia de trabalho a exploração da maricultura de maneira sustentável.

“(...) eu acho que hoje não dá para coletar os mariscos é preciso cuidar, e uma forma de preservar e através de uma exploração extrativista e por isso, um caminho é a sustentabilidade e as fazendas marinhas é um caminho” (Presidente da associação, 2008).

O objetivo de criar a associação partiu depois que alguns maricultores fizeram um curso em 2003, sobre criação de marisco, oferecido pelo SEBRAE, MBR e Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande - IED-BIG. Já em relação à criação da associação, teria sido uma iniciativa dos próprios pescadores e maricultores que fizeram o curso com apoio da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí.

Para iniciar as atividades os associados conseguiram recursos e equipamentos (*Long lines, cordas e barris*) da CSA e prefeitura de Itaguaí, para que 10 famílias implantassem suas fazendas marinhas. O principal local onde estão as fazendas é a praia do Boi, por causa do costão que não prejudicaria a navegação de embarcações.

As sementes para as fazendas marinhas são adquiridas no Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande - IED-BIG, que é apontado pelos maricultores da região como o principal fornecedor de semente das espécies cultivadas nas fazendas marinhas da Baía de Sepetiba.

Associação de maricultores de Mangaratiba

No município de Mangaratiba a principal entidade que representaria a pesca artesanal é associação de maricultores, seu presidente é funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba e diz sentir de perto os impactos causados pelas empresas que atuam na Baía especificamente ele citou o caso da MBR hoje administrada pela empresa Vale que no final de 2007, provocou um derramamento de óleo na região da ilha Guaíba, causando prejuízos não só ambientais como também sociais, pois ali seria um dos locais onde seus filiados desenvolvem a coleta de mexilhões, ostras e Coquilles de Saint Jacques (*Nodipsectum nodosus*). As sementes dessas espécies são adquiridas através do Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande - IED-BIG.

A associação tem seis anos e cerca de 128 associados, o público principal da associação são as mulheres maricultoras extrativistas, que trabalham no cultivo de mexilhão, ostras e Coquilles de Saint Jacques. Segundo os entrevistados de Mangaratiba, a exploração da maricultura passou a ser nos últimos uma alternativa à redução crescente da pesca artesanal no município.

“(...) aqui é complicado cada empresa que vem pra Baía faz com que aumente a circulação de navios e com isso aumenta a área de exclusão da pesca. Para você ter uma idéia cada navio que entra na Baía, são quinhentos metros pra cada lado da embarcação que o pescador não pode se aproximar, aí como é que faz? Só no final da semana passada eu contei cerca de 30 navios ancorados ali [apontando para região da Ilha Guaíba], são navios que vão para o Porto, são navios que vão carregar na MBR, aí não tem jeito o pescador é quem se lasca” (Representante da associação de maricultores de Mangaratiba, 2008).

Sobre as reclamações do setor, as lideranças foram unânimes em afirmar que os estudos que estão sendo feitos para licenciamentos não trariam retorno para a comunidade de pescadores, as audiências públicas seriam um “teatro” que o empreendedor fala o que quer e a compensação ambiental seria direcionada para outras áreas e não para os pescadores que são os mais impactados. Entretanto, ele reconheceu que associação de Mangaratiba está recebendo um recurso da empresa CSA, para que sejam implantadas fazendas de extração de mexilhão, ostras e Coquilles de Saint Jacques na Ilha Guaíba. Nesse projeto, 10 famílias já estariam se beneficiando diretamente. Os produtos extraídos nestes locais são vendidos para estabelecimentos de Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba. Como problemas apontados pelas lideranças locais ligados à pesca estão:

- A pesca industrial ou em grande escala que não respeitaria as espécies menores e nem o defeso;
- A implantação de condomínios em áreas de preservação e o turismo predatório;
- A falta de fiscalização dos órgãos competentes (Marinha, IBAMA, entre outros);
- As falhas nas audiências públicas e no processo de licenciamento dos empreendimentos instalados na Baía;
- A redução das áreas de pesca por causa do canal e das áreas de segurança entorno dos navios.

Associação de Pescadores, Maricultores e Barqueiros de Conceição de Jacareí - MARISOL

Entidade criada a partir de parceria com a PAIF - Programa de Atendimento a Família - da prefeitura de Mangaratiba, onde se propôs que os maricultores do local fizessem um curso de maricultura na MBR em dezembro de 2005, e através disso iniciou-se a organização. Os materiais foram cedidos para as maricultoras através de uma parceria da PAIF com a MBR. As maricultoras do local são mulheres de pescadores que fizeram os cursos de maricultura da MBR e passaram a desenvolver mais uma atividade produtiva. Esta associação trabalha em parceria com a associação de Mangaratiba. Uma das reivindicações do grupo seria a criação de um píer para atracação do pescado em Mangaratiba.

Além das associações citadas também foram identificadas as seguintes entidades atuantes na região: APESCARI-Associação de Pescadores Canto dos Rios; ABIT - Associação de Barqueiros de Itacuruçá, ARCMAR-Associação de Remanescentes dos Quilombolas da Marambaia e a Federação de Pesca do Estado Rio de Janeiro. Logo abaixo (**Quadro 6.3.2-34**) segue uma tabela com os contatos destas associações ou entidades.

Quadro 6.3.2-34 - De contato de entidades ligadas à pesca e/ou moradores.

Entidades	Contatos	Telefones
Colônia Z 14	Bira (Ivo)	2417-8226, 9951-2456
Colônia Z 16	Cabo Expedito	9929-030
ARCMAR	Vânia Guerra	9714-7526
APLIM	Sérgio Japonês	2688-3364, 9196-3916
APAIM	Osvaldo Garrafinha	3782-1577, 9925-3017
AMACOR	Osvaldo Garrafinha	3782-1577, 9925-3017
AMCOVERI	José Carlos Naípe	2688-2785, 9574-2720
ABIT	Marco Garcia	9301-4629
AMAR	Marquinhos	9685-7300
Moradores da Ilha do Martins	Dalton/Glória	8804-3056

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2008.

▪ Organização Não Governamentais Ambientais

Este é outro segmento social, da sociedade civil organizada, que tem representatividade em processos sociais, são as chamadas entidades ou organizações não-governamentais. No âmbito das preocupações e resoluções de problemas ambientais, as ONG's têm ganhado evidência social e são importantes articuladores junto a sociedade, além de possuir um capital que associa elementos de caráter técnico científico e de mobilização. Geralmente, os interesses

das ONG's dizem respeito, sobretudo, a preocupação em preservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais.

Assim sendo, dentro da representação proposta neste estudo, as ONG's ocupariam um papel central na luta e mobilização de ações que busquem preservar o meio ambiente local, garantir que os direitos das populações locais sejam respeitados e ao mesmo tempo elaboram ações junto a Justiça para chamar atenção dos impactos que a região vem sofrendo. Durante a pesquisa de campo os pescadores e moradores entrevistados citaram as seguintes ONG's atuantes na região:

- **O Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Baía de Sepetiba e da Zona Oeste**

O Fórum foi à entidade ambiental mais citada pelos entrevistados, principalmente na figura do seu coordenador Sérgio Ricardo de Lima, que seria na visão de algumas lideranças locais, um dos personagens principais na luta pela preservação do território da Baía e figura constante nos fóruns e audiências que tratasse do assunto do território da Baía de Sepetiba.

Recentemente o Fórum através de uma parceria com outras entidades de pesca da área vem solicitando ao Ministério Público, medidas para que paralise as obras do porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico- CSA. Os ambientalistas acusam a empresa de está enterrando lama contaminada no fundo da baía. Além disso, essa ação solicita a revisão da licença ambiental concedida para obra de construção do porto;

- **Sociedade de Defesa, Pesquisa e Educação Ambiental - VIVATERRA**

Fundada em fevereiro de 1993, ONG tem como um dos objetivos principais promover a defesa do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, além de divulgar, realizar e incentivar pesquisas sobre fauna, flora, agroecologia, silvicultura, pesca, maricultura, artes, poluição, recuperação ambiental, cultural e social, sua sede fica na praia do Saco em Mangaratiba.

A VIVATERRA vem procurando participar dos acontecimentos que envolvem o setor ambiental da região da: *“participação em audiências públicas, assessorando projetos ambientais, desenvolvendo contato com comunidades rurais e pesqueiras, estudando suas carências e procurando soluções para os vários problemas ambientais e sociais com que se depara”* (site da Viva Terra). Essa ONG foi citada por um pescador de Mangaratiba.

▪ KOINONIA

Entidade ligada a igrejas cristãs e de outras expressões de fé e de lideranças do movimento social. Tem como princípio fundamental o compromisso com o ecumenismo e a democracia tendo em vista a luta em favor da cidadania, contra toda forma de exclusão humana. Sua principal atuação na região é junto aos quilombolas da Restinga da Marambaia.

Consultando outros estudos da região foi possível identificar também a presença de outras ONGs. O **Quadro 6.3.2-35**, a seguir, no entanto, essas organizações não teriam sido citadas pelos entrevistados.

Quadro 6.3.2-35 - Entidades ambientais que atuam na Baía de Sepetiba.

Entidade
Grupo de Ação Ecológica
Associação Ambientalista Defensores da Terra
Grupo de Defesa Ecológica
Grupo Mundo Lama
Instituto Acqua
Movimento de Ecologia Social os Verdes
SOS Baía de Sepetiba

Fonte: ECOLOGUS, Relatório EIA/RIMA CSA, 2005

▪ Entidades de Ensino e Pesquisa

A comunidade acadêmica, organizada por diversas universidades, tem a preocupação de pesquisar e conhecer os recursos naturais e ambientais do território da Baía. Estão presentes com pesquisa nesta região principalmente as seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ e Pontifícia Católica do Rio de Janeiro- PUC-RJ.

Esse grupo possui um capital técnico científico, uma vez que o conhecimento produzido neste espaço é valorizado, de forma que sua opinião é muito respeitada na sociedade, sendo inclusive requisitada por instâncias jurídicas responsáveis pelo licenciamento dos empreendimentos. Com essas características essas instituições ocupariam um papel chave no local, pois além de gerar conhecimento a respeito da região elas podem propor alternativas para a preservação do meio ambiente e da criação de tecnologias que mitiguem os impactos ocorridos no âmbito daquele território.

Assim sendo, nos últimos anos foi firmada uma parceria entre Governo Estadual do RJ, UFRJ (COOPE) e a PUC/RJ para que técnicos e professores destas instituições realizem a descontaminação da área da massa falida da Ingá Mercantil, na Ilha da Madeira.

▪ Instituição de normatização e diretrizes políticas

Nesse grupo encontram-se as instâncias superiores que definem principalmente as políticas públicas. Neste rol, encontra-se a Secretaria Especial de Pesca, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho, as Secretarias Estaduais e Municipais ligadas ao setor. Esse grupo é responsável pelas normatizações e diretrizes de utilização do território, como as normas de licenciamento, trabalho, segurança e circulação no território marítimo.

▪ Entidades Ambientais de licenciamento e fiscalização

As entidades de licenciamento e fiscalização dizem respeito principalmente àquelas ligadas ao Estado, neste caso, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), a Fundação de Engenharia e Meio Ambiente, a Marinha do Brasil e outras secretarias municipais.

Para os atores entrevistados, principalmente os pescadores essas instituições falhariam no cumprimento do seu papel, pois essas seriam coniventes com muitos crimes ambientais que ocorrem na Baía de Sepetiba no que dizem respeito à poluição, ocupação desordenada e a pesca predatória, inclusive em épocas de defeso e no caso das dragagens e derramamento de óleo na Baía.

“A fiscalização aqui é muito precária o pessoal da Capitania dos Portos, o IBAMA sabe muito bem da pesca predatória, dos acidentes que os pescadores sofrem com os navios e lanchas que circulam em alta velocidade, só que eles não tomam providencia nenhuma, mas se um pescador tiver no canal! Ai é perigoso ele ir até preso” (Maricultor em Mangaratiba, 2008).

Desta forma, essas instituições são lembradas pelos aspectos negativos principalmente, em relação a sua inoperância e que não atuariam de modo sistemático e ostensivo, o que seria um dos principais papeis desse grupo.

▪ Pescadores em grande escala e/ou pesca industrial

Os pescadores em grande escala são aqueles atores que utilizam o território marítimo da Baía de Sepetiba, em escala industrial. Como foi observado no trabalho de campo e a partir dos relatos dos pescadores entrevistados, a maior parte dos barcos de pesca em grande escala são provenientes, principalmente de outros municípios do Rio de Janeiro, tais como: Agra dos

Reis, Niterói e São Gonçalo, além de outros Estados como Santa Catarina (Itajaí) e Espírito Santo (Vitória). Além disso, foi possível identificar que alguns moradores da Baía teriam barcos que praticam esse tipo de pesca.

As embarcações que praticam esse tipo de atividade são maiores e possuem uma maior autonomia e são capazes de operar em áreas mais distantes da costa, conhecidas como *Traineiras ou Galhudas*. Segundo o que foi possível captar um elemento que a distingue da pesca artesanal é o seu grau tecnológico, além de motores a diesel com uma potência mais elevada, equipamentos eletrônicos de navegação e detecção (radares e sonares). Sobre essa questão um pescador artesanal da Ilha do Martins, explicou:

“(...) o pessoal que vem aqui pescar com as traineiras, são muito irresponsáveis, pescam tudo que estiver na frente deles, peixe grande, peixe pequeno, (...). Utilizam equipamentos modernos, uma noite de pescaria deles, corresponde a minha vinda inteira de pescador” (pescador da Ilha da Madeira, 2008).

Na fala do pescador ele deixa claro que os pescadores artesanais não teriam condições de competir com os barcos enormes e equipados com radares e sonares. Portanto, esse tipo além de trazer prejuízos para a pesca artesanal, principalmente pelo grande número de peixes que são capturados de uma só vez. Ela contribui para o desequilíbrio e o desaparecimento de algumas espécies.

Assim, portanto, a forma como esses pescadores vêem o espaço marítimo da Baía na visão dos pescadores artesanais seriam diferente da forma com que esses pescadores industriais viriam aquele espaço. Para eles esse grupo praticaria uma pesca predatória uma vez que não respeitaria os períodos de desova em locais impróprios. *“A pesca predatória não mata apenas os peixes adultos, mas também os filhotes”* (pescador da Ilha da Madeira, 2008). Por isso, esse grupo seria indutor de impactos no território da Baía.

▪ Empresas ligadas a pesca e/ou atravessadores

Esse grupo está relacionado principalmente com as empresas que explorariam os recursos da região, através da venda do pescado ou da venda matérias primas, para os pescadores. Nas entrevistas realizadas com os pescadores da região, percebeu-se que depois da escassez de peixe, da poluição e da redução da área de pesca, a comercialização e o armazenamento seria outro problema, que é apontado como secular. No caso do armazenamento dois problemas estariam relacionados o primeiro é comum que o mesmo comerciante que compra o peixe, vende o gelo. E o gelo seria um produto caro se comparado ao preço que o

atravessador paga o peixe. O segundo problema está relacionado ao fato de que, ao contrário de uma câmara fria, a caixa com gelo exige que o pescador negocie seu peixe imediatamente, se não quiser deixá-lo estragar, o que o deixa inteiramente dependente do preço oferecido pelo atravessador, em muitos casos pagam menos da metade do valor de mercado.

Também existem aqueles pescadores que vendem o peixe para caminhões que vem de Niterói para vender no mercado São Pedro, mas nos últimos anos os preços pagos por esses atravessadores não tem compensado. A solução para alguns é vender o peixe em peixarias locais ou para turistas neste caso alguns comercialização no galpão do pescador na APAIM, na Ilha da Madeira.

Durante as entrevistas os pescadores citaram alguns atravessadores que comprariam o pescado na região, entre eles estão: a Peixaria do Sérgio Japonês na Ilha da Madeira, o posto de venda do Hamilton Rei do Camarão (Bola) em Mariquita, restaurantes da região, e a peixaria do Gaguinho, localizado no centro de Mangaratiba, que compra o pescado dos pescadores da Ilha da Marambaia e de outros locais de pesca em Mangaratiba.

Já em relação às sementes de Coquilles de Saint Jacques, mexilão e ostras, existe apenas uma empresa que venderia as sementes, essa empresa é o Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande IED-BIG. Que é o único laboratório no Brasil que produz sementes de Coquilles de Saint Jacques. Apesar de ser um instituto que estaria ligado à pesca o IED-BIG também procura apoiar iniciativas ligadas a preservação do meio ambiente.

▪ Empresas instaladas na Baía de Sepetiba

Neste grupo, estão às diversas empresas que operam no território da Baía, entre estas destacam a Vale, Companhia Docas, Vale Sul Alumínio, CSA, CSN, Pedreira Sepetiba, entre outras. Essas empresas seriam as principais responsáveis pela alteração tanto física quanto ambiental da região. Para os moradores e pescadores depois da instalação desses atores na região o meio ambiente local teria passado por alterações muito negativas.

Como exemplo, destas transformações os moradores citam as diversas dragagens que ocorreram na região, redução das áreas de mangue e o vazamento da Companhia Mercantil e Industrial Ingá S.A., que já não opera há oito anos, mas deixou como herança para o território e seus moradores cerca de três milhões de toneladas de metais pesados, como zinco, cádmio, chumbo e arsênio.

Sobre o impacto deixado pela empresa Ingá, os moradores são unânimes em lembrar-se do acidente ocorrido em 1996 que teria deixado vaziar para o mar e mangues da região cerca 50 milhões de litros de água contaminada, apesar desse desastre ocorrido neste ano, outros vazamentos continuaram ocorrendo.



Figura 6.3.2-112 - Vista aérea da área de rejeitos da empresa Ingá, na Ilha da Madeira.



Figura 6.3.2-113 - Bairro do Engenho na Ilha da Madeira, próximo ao terreno da empresa Ingá.

Sobre o vazamento da empresa Ingá, os moradores apontam que foram dias difíceis, pois a pesca da região teria diminuído drasticamente e os pescadores passaram dificuldades, porque não houve nenhuma compensação pelos danos causados.

▪ Turistas

O turismo pode ser classificado em dois grupos o primeiro formado por turistas de veraneio que têm casas na região ou que alugam casas para períodos de temporadas, principalmente no verão. Segundo informações locais, esses turistas viriam de vários bairros do Rio de Janeiro, sobretudo, da Zona Oeste como Campo Grande, Bangu e Santa Cruz. Além disso, esse grupo costuma contratar mão-de-obra local nos serviços de caseiros, pedreiros, barqueiros e empregada doméstica.

O segundo grupo formado por turistas sazonais, que vem passar o dia ou final de semana, na região alugam barcos para a prática da pesca esportiva (embarcada) ou para visitar as ilhas da região como a Ilha do Martins, Quatiquara, Ponta do Boi, entre outras. O período de maior concentração desses turistas vai do verão até o carnaval ou feriados prolongados como Semana Santa ou férias escolares (julho). Como no primeiro grupo esses turistas são de vários bairros da cidade do Rio de Janeiro com destaque para a Zona Oeste.

Apesar de o turismo representar uma fonte importante de geração de renda e trabalho na região, ele pode ser percebido como uma interferência negativa, uma vez que, a ocupação desordenada de áreas de preservação, o despejo de esgoto e lixo na Baía e até mesmo a interferência no cotidiano dos moradores das ilhas podem trazer impactos negativos e irreversíveis, para os moradores da região.



Figura 6.3.2-114 - Praia do Funil na Ilha do Martins, poluída com esgoto e lixo deixado por turistas.



Figura 6.3.2-115 - Pousada embargada por ocupar área de preservação na Praia do Leste na Ilha do Martins.

Sobre essa questão da interferência uma moradora entrevistada na Ilha do Martins, apontou o seu descontentamento com a grande circulação de pessoas estranhas no local:

“(...) aqui nessa época agora de carnaval é horrível, vem muita gente de fora que bebe, usam drogas, fazem sexo sem preocupação em respeitar as nossas famílias, além de deixar muito lixo aqui na ilha” (Pescadora da Ilha do Martins, 2008).

Para outro morador que é pescador, os turistas que alugam barcos para pescar costumam não respeitar as redes que são colocadas nos locais de pesca, além de fazer muito barulho nos locais onde eles ficam pescando.

Sobre as ocupações desordenadas por casas construídas em áreas de reservas e até mesmo de condomínios, os pescadores são unânimes em afirmar que está realidade tem contribuído para o desaparecimento de mangues e conseqüentemente para a diminuição do pescado na região.

▪ Empresas ligadas ao turismo

Na região existe uma série de empresas ligadas ao turismo que oferecem serviços de infraestrutura (restaurantes, bares e hotéis), de transporte, mergulho, passeios e propaganda. Como no caso do late Clube da Ilha da Madeira, da empresa Aqualang Serviços Marítimos que opera na Ilha da Madeira no ramo de transporte e passeios turístico e aluguel de barco para pesca esportiva. Além da empresa identificada como Veleiro Tour, com sede na Marina da Glória na Cidade do Rio de Janeiro, a empresa oferece um serviço de passeio de Veleiro, que sai do píer de Itacuruçá passando pela Ilha de Jaguanum, com uma parada para o almoço no restaurante da empresa localizado na Ilha do Martins, o passeio custaria R\$ 60,00 por pessoa.



Figura 6.3.2-116 - Restaurante da empresa Veleiro Tur, na Ilha do Martins.



Figura 6.3.2-117 - Veleiro da empresa atracado no Píer na Ilha do Martins.

▪ Ministério Público

O Ministério Público é aquele ator que possui os mecanismos legais que são decorrentes de sua posição institucional e função jurídica. Desta forma estariam amparados pela legislação. São acionados principalmente pelas entidades ambientais e de representação de pescadores, para que as empresas atuantes na região sejam fiscalizadas e autuadas em casos de irregularidades. Por causa de suas características o MP é classificado como um dos importantes agentes responsáveis pela busca da preservação do território e que faria valer a legislação ambiental.

Os Atores Sociais e os conflitos socioambientais na Baía de Sepetiba

Para entender como se estabelece os conflitos socioambientais é preciso ter em mente, que estes se manifestam através de ações, discursos e disputa de interesses de grupos que fazem parte de uma configuração de poder na sociedade. É importante ressaltar que poder aqui

referido não se restringe ao poder público ou oficial, mas a diferentes formas de poder mais ou menos difundidas na sociedade. Como a capacidade de mobilização de uma associação ou até mesmo dos recursos financeiros estabelecidos por uma empresa ou indústria.

Recorrendo aos estudos de Bourdieu (1989), sobre poder, percebemos que o poder pode ser classificado de várias ordens, para isso autor utiliza o termo capital simbólico, este termo permite perceber que a relação de poder esta presente de diversas formas dentro do escopo da sociedade. Assim, no âmbito desse trabalho, percebeu-se que os grupos que fazem parte da configuração do poder na região podem ser divididos em quatro grupos:

Agentes Impactantes: todas as empresas ou atores que causam transformações negativas dentro do território da Baía, responsáveis por impactos e degeneração do meio ambiente local;

Agentes impactados: São aqueles agentes que moram no local, vivem e utilizam os recursos da região como forma de sobrevivência, exemplo, pescadores e são diretamente influenciados pelos passivos ambientais;

Mediadores: Os mediadores são aquelas organizações ligadas principalmente aos movimentos sociais que possuem um poder de mobilização, de pessoas para a realização de vários tipos de manifestações públicas, barqueatas, participação em audiências públicas e criação de processos contra os empreendimentos. Neste universo, estão as ONG's, Universidades e associações de representação de Classe.

É importante ressaltar que esses atores exercem forte influência sobre os poderes públicos e sobre os empreendedores, tomando como exemplo, o Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Baía de Sepetiba e da Zona Oeste, que é responsável por varias ações junto ao Ministério Público sobre os impactos causados por empresas atuantes na região.

Estado: O estado pode ser representado pelos órgãos de elaboração de políticas, regulação e fiscalização como: Prefeitura, Marinha, IBAMA, FEEMA, MP, entre outros, que são responsáveis pelas elaborações das diretrizes de condução, fiscalização e ocupação do território.

Utilizando dessa ótica é possível compreender melhor a articulação destes grupos quanto aos interesses presentes em cada segmento (**Quadro 6.3.2-36**). É importante ressaltar que dependendo da situação esses grupos podem se unir como estratégia de influenciar setores mais amplos da sociedade. Por exemplo, a associação entre Agentes impactados e mediadores, gera um consórcio capaz de mobilizar populações, ao mesmo tempo em que agrega reconhecimento

científico em seu discurso. Logo abaixo é apresentado um quadro que procura identificar os atores com seus respectivos interesses pelo território da Baía.

Quadro 6.3.2-36 - Atores e áreas de interesses no território da Baía de Sepetiba.

Atores	Áreas de Interesses Principais							
	Social	Econômica	Política	Ambiental	Legisladora	Fiscalizadora	Pesquisa	Lazer
Prefeituras e política local								
Moradores da região da Baía de Sepetiba								
Pescadores em pequena Escala								
Organizações de representação de classe								
Organização Não Governamentais Ambientais:								
Entidades de Ensino e Pesquisa								
Entidades Ambientais de licenciamento e fiscalização								
Instituição de normatização e diretrizes políticas								
Pescadores em grande escala								
Empresas ligadas a pesca e atravessadores								
Empresas instaladas na Baía de Sepetiba								
Turistas								
Empresas ligadas ao turismo								
Ministério Público								

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2008. Adaptado de Bezerra e Drummond (2005)

No quadro acima é possível perceber que um mesmo grupo tem interesses em diversas áreas, essa característica diz respeito, sobretudo, a forma como o grupo é classificado ou pelo próprio papel que esse desempenha no território.

Os conflitos instituídos

Uma variável que auxilia no entendimento dos conflitos instituídos na região da Baía de Sepetiba é a variável histórica. A rigor a história dos conflitos na região da área direta de empreendimento é percebida a partir das instalações das empresas que operam no Porto de Itaguaí e na área da Ilha da Madeira.

Ao entrevistar uma senhora na Vila do Engenho, a entrevistada procurou apontar principalmente as transformações físicas ocorridas no local desde a sua chegada no início da década de 1960, como geradores de conflitos.

“Eu vim pra cá vindo do Espírito Santo, trabalhava com o meu marido numa fazenda aqui da região, alguns vizinhos meus eram trabalhadores lá no Engenho, a onde hoje esta a Ingá, com o passar do tempo resolvemos comprar um lote aqui e ficar morando aqui na Vila, que para mim apesar da Pedreira é um local bom pela tranquilidade que temos. (...) Na época a gente vivia da pesca, do plantio da Banana e da cana-de-açúcar, além de algumas lavouras. (...) com a chegada da Ingá, da Pedreira e da construção do porto, muita coisa mudou. Os moradores do Engenho tiveram que sair e alguns foram até expulsos, para que a Ingá pudesse funcionar. Alguns vieram morar aqui na vila mais muitos foram embora para Itaguaí e para outros lugares.” (Moradora da Vila do Engenho na Ilha da Madeira, 2008).

Através da narrativa desta moradora foi possível perceber que as principais transformações começaram com a ligação por terra da Ilha da Madeira com o continente para a consolidação da ligação do Porto de Itaguaí¹¹ com a Rodovia BR-101 (Rio-Santos), no início da década de 1980. Outro elemento apontado foi à forma como e Ingá tratou as famílias que precisaram sair da área para sua instalação, não faltaram história de violência e arbitrariedade cometida pela empresa.

“(...) você precisava ver os últimos moradores que resistiram a presença da Ingá na área ficaram cercados, [a empresa teria fechado o acesso desses moradores], tiveram sua luz e água cortada, tomaram a chave da igreja, foi um inferno, aí teve uns moradores que conseguiram vir pra aqui mas muitos foram morar em favelas em Itaguaí, foram tempos difíceis” (Moradora da Vila do Engenho na Ilha da Madeira, 2008).

Ainda sobre a Ingá a moradora, relembra o acidente ocorrido nas chuvas do verão de 1996, na ocasião o dique de contenção rompeu e derramou água e lama contaminadas com metais pesadas por toda região. Esse acidente teria influenciado diretamente na vida dos moradores da região. Sobre o acidente ocorrido na empresa Ingá o secretário de Meio Ambiente do Município de Itaguaí, é taxativo em afirmar que desde início da operação da empresa Ingá, acontecia vazamentos em seus diques, sobretudo em anos com muitas chuvas.

¹¹ O Porto de Sepetiba foi inaugurado no dia 7 de maio de 1982, com a operação, à época, dedicada à descarga de alumina para a Valesul e carvão para a CSN. Foi concebido para transformar-se em Complexo Portuário e Industrial de Itaguaí. (DOCAS, 2008)

“(...) na barragem da Ingá sempre houve vazamento, o maior foi o que aconteceu em 1996, esse tomou proporções muito grandes e acabou saindo na mídia e a empresa não teve como esconder (...) acho que isso foi um crime, pois quando ocorria os vazamentos ela não avisa os moradores e por isso muita gente consumiu peixe contaminado com metais pesados” (Secretário de Meio Ambiente de Itaguaí, 2008).

Bredariol (2004) Analisando os conflitos entre moradores e a empresa Ingá aponta que um dos principais gerador dessa situação eram os acidentes que ocorriam na empresa que foram divididos pelo autor em acidentes rotineiros e acidentais. No primeiro caso:

“A Poluição Rotineira está associada aos efluentes líquidos represados e a disposição inadequada dos rejeitos que acabam sendo carregados para a Baía de Sepetiba. Já a Poluição Acidental é aquela decorrente do rompimento dos sistemas de contenção e disposição de resíduos, com conseqüências calamitosas e leva a situações extremas de poluição” (idem, 4-5: 2004).

Assim, os moradores e autoridades locais avaliam que a contaminação provocada pelos vazamentos contribuiu para o declínio da pesca e da diminuição das áreas de mangues, existentes no local. Assim, os maiores prejudicados são os pescadores artesanais, que não podem se deslocar para regiões menos poluídas por falta de recursos. Muitos pescadores deixaram a profissão e em alguns casos mudando definitivamente da região, para viver de biscates em outras regiões como na cidade do Rio de Janeiro. Essa situação corrobora para que os moradores do local vejam qualquer empreendimento como um potencial ameaçador do seu espaço, do seu modo de vida e da sua economia, centrada principalmente na pesca e no turismo.

Segundo algumas lideranças entrevistadas da APAIM e APLIM, os pescadores e ambientalistas teriam solicitado a Procuradoria Geral da República do estado do RJ que órgãos de fiscalização ambiental realizassem uma fiscalização junto às obras de instalação do porto da CSA (conglomerado industrial formado pela Companhia Vale do Rio Doce e a empresa alemã Thyssen Krupp).

Além disso, um grupo formado por sete entidades ligadas a pesca e ao meio ambiente entre elas: Colônia de Pescadores Z-14, APESCARI, AMACOR, APAIM, ABIT, FAPESCA e Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Baía da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba, estariam movendo ações contra a empresa Ingá e contra a empresa CSA,

“Têm duas ações na Justiça estadual contra a CSA e exigem indenização de mais de R\$ 300 milhões; além da revisão do licenciamento ambiental concedido pelo governo do estado (FEEMA) que aprovou ilegalmente o bota fora da lama contaminada por metais pesados dentro da Baía de Sepetiba. Decisão da justiça federal anterior que impedia o uso desta baía como bota fora de dragagens, o que não foi levado em conta pelos órgãos ambientais e a empresa”. (ECODEBATE, 2008).

O grupo também estaria acusando o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o governo do Estado e prefeitura do Rio de Janeiro como cúmplices e sócios da degradação que vem ocorrendo na Baía de Sepetiba por causa das obras da CSA:

“(...) já que o BNDES está financiando R\$ 1,4 bilhões e o estado e prefeitura concederam incentivos fiscais para a instalação da empresa em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro” (ECODEBATE, 2008).

De acordo com uma liderança ligada à pesca além dessas ações que já se encontram em curso, o grupo estaria reunindo provas para processar todas as empresas que atuam na Baía, como pode se observada na fala da liderança local.

“Aqui tem um problema sério, você vai à Ingá eles reconhecem que poluíram, mas que não poluíram sozinhos, você vai à CSA ela reconhece que dragou, mas que não dragou sozinha, um fica empurrando o problema para o outro e ninguém toma providencia, por isso estamos estudando processar todo mundo, porque dessa forma não tem como empurrar um para o outro” (Liderança da pesca local, 2008).

Outro ponto de conflito apontado pelos moradores da Vila do Engenho se refere ao passivo ambiental deixado na área pela empresa Ingá e pelo funcionamento da Pedreira Sepetiba. Apesar de muitos reconhecerem que a Pedreira é a principal empregadora da Vila, seus moradores são incisivos em afirmar que a Pedreira se constituiria como um foco importante de conflitos entre moradores e empreendedores da região.

No arquivo da associação de moradores estão repletos de abaixo assinados denunciando os problemas provocados pela operação da pedreira e solicitando providências urgentes, entre estes problemas, estão:

- O abalo na estrutura das casas, causados pelas sucessivas explosões;
- Quebra de vidros das janelas e telhas quando os mesmos trepidam em função do impacto das explosões;

- O acúmulo de “poeira” vinda da pedreira, o que contribuiria para o aumento de doenças respiratórias;
- Receio de acidentes com pedras deslocadas durante as explosões.

Outro elemento apontado pelos entrevistados da região como gerador de conflito no território da Baía é a crescente urbanização desordenada das áreas de mangue, das áreas de reservas e das áreas de costeira. Sobre essa questão foi possível identificar na Praia do Leste na Ilha do Martins um conflito dessa Natureza, onde um empresário teria expulsado alguns pescadores e avançado com uma obra em área de reserva com objetivo de construir uma pousada. Atualmente a obra estaria embargada e o proprietário estaria respondendo processo por ocupação de área e construção irregular.

“Na casa de um morador aqui ele [dono da pousada] chegou até a ameaçar um pescador vizinho meu de morte, mas ele não se intimidou se não ele teria tomado o terreno dele também” (moradora da Praia do Leste, Ilha do Martins, 2008).

Os conflitos estabelecidos entre os atores

Na região foi possível perceber que existe uma série de conflitos de interesses que estão voltados principalmente no campo econômico, ambiental e político do local. Desta forma é possível apontar três grandes conflitos que encaixariam nesse perfil, descritos a seguir.

▪ Conflito entre associações, ambientalistas, pescadores contra empreendedores:

Esse conflito é o mais visível, pois envolvem, sobretudo, interesses distintos, de um lado os empreendedores com interesses de instalar grandes empreendimentos na região (porto, píer, ferrovia e pátio de minério) e do outro, ambientalistas, pescadores, órgãos ambientais e pesquisadores que relutam em aceitar a inserção desses empreendimentos na região. Esses conflitos são visíveis perante a sociedade quando ocorrem principalmente acidentes ambientais como ocorrido com a extinta empresa Ingá.

Nesse sentido, Bredariol (2004) analisando o conflito da empresa Ingá concluiu que ele envolveu uma série de atores em diferentes foros, a seguir é apresentado o **Quadro 6.3.2-37**, onde o autor apresenta esses atores divididos por segmentos.

Quadro 6.3.2-37 - Atores envolvidos no conflito com a Ingá.

Atores
Mercado: Família dos ex-proprietários da empresa Síndico da Massa Falida. Empresas: Metazinc, Geoclock, Ecologus, El Paso Paracambi, Empreiteiras, Cia Docas, Pedreira Sepetiba, Cia Siderúrgica Nacional.
Sociedade: APEDEMA - Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente SOS Sepetiba Cooperativa de Pescadores Defensores da Terra Assembléia Legislativa - Comissão de Meio Ambiente GAE - Grupo de Ação Ecológica Ex-funcionários da empresa Moradores das imediações.
Poder Público: 1ª Vara Cível de Justiça de Itaguaí Ministério Público Estadual SEMADS / SEMADUR - Secretaria Estadual de Meio Ambiente FEEMA - Fundação Estadual de engenharia do Meio Ambiente SERLA - Fundação Superintendência de Rios e Lagos FECAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental MMA - Ministério do Meio Ambiente Prefeitura Municipal de Itaguaí Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia. Comitê do Rio Guandu. Universidades - UFRJ - Instituto de Ciências Matemáticas e da Natureza - ICMN, UFRJ Rural.
Mídia O Dia, Extra, O Globo, Jornal do Brasil, Rede Globo de Televisão.

Fonte: Bredariol (5-6:2004).

Bredariol (2004) destaca ainda que mesmo divididas em blocos esses atores costumam atuarem juntos, assim podemos dividir de um lado os responsáveis pelo acidente e de outro Poder Público e sociedade organizada.

▪ **Conflito entre entidades**

Este grupo é o mais complexo, pois envolve uma série de instituições (ONG's, universidades, entidades de classe, de fiscalização) que apesar de terem interesses na preservação do território da Baía, esses grupos também disputariam recursos, espaço e visibilidade entre si.

No caso dos recursos (econômicos) foi possível perceber que as associações entram em disputa pelos recursos disponibilizados em compensações. Isso faz com que, numa mesma localidade surjam diversas associações (maricultores e pescadores) com objetivos comuns.

“Você vê aqui tem a APLIM, APAIM, AMACOR, ANCOVELI, todo mundo brigando pelos recursos que as empresas como a CSA, CSN disponibilizam (...) aí se uma não concorda com que a empresa quer fazer o recurso vai para outra, a gente acaba não sendo unido e por isso que está essa bagunça” (Pescador da Ilha da Madeira, 2008).

Para Sampaio (2006), o surgimento de diversas associações do setor estaria ligado à influência de políticas públicas ambientais que introduziram no país, outras categorias como os maricultores e a exploração de reservas extrativistas marinha. Essas novas categorias podem ser vistas como uma opção alternativa à extração de espécies marinhas. Entretanto, essa nova possibilidade também contribuiu para o enfraquecimento e para o acirramento entre a classe de pescadores.

Outros conflitos instituídos podem ser percebidos entre os pescadores e os órgãos ambientais e marítimos como IBAMA, FEEMA e Marinha. Esses conflitos estão relacionados, principalmente, as restrições da pesca artesanal em áreas de preservação ambiental e/ou permanente e as decorrentes de segurança, como as áreas capitaneadas pelos navios, área do entorno do porto e no canal.

Também existe a disputa entre os próprios órgãos ambientais (IBAMA, FEEMA e Prefeituras), para definirem quem de direito licenciam os empreendimentos na região, essa disputa paira aos interesses políticos, de recursos (econômicos) e de visibilidade destas instituições perante a sociedade.

▪ Conflito entre empreendedores

Esse é um conflito que envolve principalmente interesses econômicos, sobretudo, das disputas entre as empresas ligadas a exploração e exportação de minério. É uma disputa entre concorrentes, e por isso é um conflito que é estabelecido nos bastidores do território. Prova dessa disputa, é o interesse da várias organizações pela área (Saco do Engenho, na Ilha da Madeira) onde se encontra a massa falida da empresa Ingá, considerada um local estratégico para o setor de exportação de minério.

■ Impressões sobre o Empreendimento

► Percepções dos Entrevistados do Setor de Pesca Sobre a Implantação de Outro Empreendimento na Região

A percepção dos entrevistados sobre a instalação de outro empreendimento na região é bastante negativa, isso porque outro empreendimento estaria associado a novos impactos e contribuiriam para a restrição junto às áreas de pesca e para diminuição dos estoques de peixes na área. Desta maneira as percepções dos entrevistados sobre o empreendimento estão intimamente relacionadas às dificuldades com a pesca na Baía de Sepetiba.

Assim sendo, durante o trabalho de campo procurou-se a todo o momento entender a atividade pesqueira na região, suas potencialidades, mecanismos e dificuldades, a partir do contato com lideranças de pesca e pescadores foi possível traçar um quadro que permite apontar algumas variáveis tidas como entraves para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na Baía de Sepetiba, essas variáveis foram divididas em Problemas relacionados à ordem física e ambiental, Problemas de ordem Burocrática, Problemas causados pela falta de políticas públicas, Problemas causados pela falta de Fiscalização, Problemas causados pelos pescadores. Esse cenário pode ser observado no **Quadro 6.3.2-38**.

Quadro 6.3.2-38 - Percepção dos atores ligados à pesca sobre os problemas para o desenvolvimento das atividades pesqueiras na Baía de Sepetiba.

Problemas relacionados à ordem física e ambiental	
-	Poluição das águas e do sedimento de fundo da Baía de Sepetiba, causados principalmente pelas dragagens;
-	O assoreamento da Baía de Sepetiba;
-	A poluição causada pela extinta empresa Ingá, que provocou a contaminação da região;
-	A poluição da Baía de Sepetiba, bem como dos rios que nela desembocam, com os efluentes químicos das indústrias localizadas no seu entorno, bem como a poluição doméstica, que além de afetar a pesca, depreciando o pescado capturado, também traz problemas para a saúde dos consumidores;
-	Poluição causada por derramamento de óleo das embarcações e navios que circulam na Baía; Contaminação da água da Baía por causa de água de lastro;
-	Ocupação irregular de casas de veraneio em áreas de preservação ambiental;
-	Diminuição dos estoques pesqueiros, que tem provocado dificuldades econômicas para as famílias de pescadores;
-	A destruição e desaparecimento dos manguezais da Baía;
-	A velocidade grande das embarcações que circulam na região do porto;
-	Aumento do número de navios fundeados na Baía o que tem aumentado a área de exclusão da pesca artesanal.
Problemas de ordem Burocrática	
-	O excesso de burocracia para a obtenção de linhas de crédito do PRONAF e na obtenção do seguro defeso;
-	Dificuldade para a obtenção e reconhecimento da aposentadoria dos pescadores artesanais;
-	Aplicação dos recursos das compensações em outras áreas que não as de pesca;
-	A falta de normatização por parte do IBAMA, da extração do vôngole, o que tem causado conflitos entre autoridades e marisqueiras.

Problemas causados pela falta de políticas públicas
- Falta de uma infra-estrutura adequada para o armazenamento, processamento e comercialização do pescado capturado;
- Falta de apoio dos governos municipal, estadual e federal para o desenvolvimento da pesca na região, bem como ausência de projetos que apóie a pesca artesanal;
- Falta de cursos de capacitação para pescadores e seus familiares;
- Problema com a comercialização, os atravessadores que ficariam com grande parte dos rendimentos dos pescadores.
Problemas causados pela falta de Fiscalização
- A falta de fiscalização da pesca predatória e das atividades poluidoras tem contribuído para o desaparecimento dos estoques de peixes na Baía de Sepetiba;
- Falta de fiscalização das grandes embarcações (traineiras) que além de esgotar os recursos pesqueiros na Baía de Sepetiba, destroem artes de pesca, causando sérios conflitos com os pescadores artesanais locais;
- Falta da fiscalização pelas Capitânicas no que se refere a navios navegando fora do canal e até mesmo de acidentes provocados por essas embarcações.
Problemas causados pelos pescadores
- A pesca predatória e a pesca durante o período do defeso, que têm contribuído para esgotamento dos principais recursos pesqueiros de interesse comercial;
- Briga entre Marisqueiros sobre a disputa de algumas áreas de costões propícias para retirada das espécies, ocasionando inclusive roubos de mariscos e equipamentos.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2008

No **Quadro 6.3.2-38**, procurou-se de forma sintética apresentar os principais problemas apontados pelas lideranças e pescadores da região. Desta forma é possível perceber como as transformações do território influenciam a atividade pesqueira, bem como ao mesmo tempo retrata o sentimento que esses atores têm das atuais condições da situação da pesca na região.

Sugestões para o desenvolvimento da atividade pesqueira na região da Ilha da Madeira

A partir do trabalho de campo que possibilitou um dialogo junto aos atores envolvidos com a pesca na região da Ilha da Madeira, foi possível apreender algumas sugestões importantes que poderão contribuir tanto para mitigar os impactos junto à atividade pesqueira, bem como para um bom andamento na execução do empreendimento, mantendo-se uma relação satisfatória entre empreendedor e comunidade local e outros atores interessados no processo. Esses pontos serão apresentados a seguir, no **Quadro 6.3.2-39**.

Quadro 6.3.2-39 - Sugestões dos atores envolvidos com a pesca para mitigar os impactos nas atividades pesqueiras na região da Ilha da Madeira.

Sugestões Sobre Infra-Estrutura
- Criação de um centro de beneficiamento de Mariscos e Pescados na região da Ilha da Madeira;
- Criação de um entreposto para Venda direta ao Consumidor: com fábrica de gelo e frigorífico;
- Apoio para a liberação das obras de construção do píer na Ilha da Madeira;
- Apoio na criação de fazendas de maricultura na região da Ilha da Madeira;
- Reforma do Galpão dos pescadores artesanais na Ilha da Madeira (APAIM).

Sugestões Sobre Atividades poluidoras
<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar os “bota fora”, ou seja, que as dragagens feitas na baía sejam depositadas em alto mar fora da baía; - Maior controle dos depósitos ou diques de contenção dos locais onde estejam armazenados agentes poluidores; - Que a compensação ambiental seja direcionada principalmente, para as atividades pesqueiras da região.
Sugestão Sobre Meio-Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um laboratório com objetivo de introduzir e monitorar espécies de peixes e crustáceos da Baía de Sepetiba, contribuindo para o aumento da população de peixes na Baía.
Sugestões sobre a Fiscalização na região
<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar a presença dos órgãos ambientais para conter a pesca predatória e monitorar melhor as atividades poluidoras; - Elaboração de campanhas junto às embarcações que transitam ou vão transitar avisando para respeitar as velocidades e que essas embarcações circulem dentro do canal e não fora como vem acontecendo.
Apoio direto aos pescadores, seus familiares e moradores
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de curso e condição para que os pescadores e seus familiares participem (cursos de processamento de pescado, marinho, informática entre outros); - Criação de cursos de maricultura: artesanato com conchas de moluscos, curso de confecção de lanternas, coquilles de saint-jacques, ostra, mexilhão; - Doação de computadores e cursos de informática para as associações de pesca; - Apoio a projetos direcionados para a terceira idade (moradores, pescadores e esposas de pescadores); - Capacitação dos moradores da Ilha para que sejam aproveitados pelos empreendimentos da região; - Indenização direta para os pescadores que tiverem suas atividades prejudicadas por causa do empreendimento.

Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2008

► Percepção dos Moradores da Área de Influência Direta Sobre o Empreendimento

Entende-se como moradores da parcela terrestre da área de influência direta, aqueles que residem no bairro da Ilha da Madeira, mais precisamente nas localidades de Vila do Engenho e da Ponta da Mariquita. Já a parcela marítima foi considerada as narrativas dos moradores das ilhas e do espaço marítimo no município de Itaguaí, especificamente na região da Ilha da Madeira.

Obviamente para efeitos deste estudo não foram realizadas entrevistas com todos os moradores, mas a partir das informações obtidas já é possível compor um panorama geral das percepções do empreendimento em meio a esta população. Apesar de reconhecer a possibilidade de uma heterogeneidade de percepções, na entrevistas foi possível perceber a recorrência determinadas percepções e preocupações dos moradores. Em cima das questões recorrentes foi possível estabelecer um panorama das percepções a cerca do empreendimento.

Uma vez coletadas estas percepções, elas foram reunidas em grupos de questões e estes grupos foram alvo de uma nova leitura e análise. A partir da interpretação dos resultados foi possível realizar a síntese de cada um desses grupos de percepções. Após a elaboração da série de sínteses, elas foram comparadas com os relatos originais, para avaliar se

estavam afinadas e coerentes com as observações coletadas em campo. Ao fim deste processo chegou-se a cinco sínteses, indicadas a seguir:

Personificação da empresa - Quando a equipe chegou a campo já era notória a compra da Pedreira Sepetiba, pelo empreendedor, e o projeto do Porto Sudeste. Segundo os entrevistados, a notícia já havia sido divulgada em um jornal local, informação confirmada por funcionários da prefeitura de Itaguaí. O que chamou a atenção na fala das pessoas entrevistadas foi à forma como se referiam à empresa proponente do empreendimento. Apesar de revelarem conhecer o nome da empresa, eles sempre se referiam às iniciativas e projetos da empresa utilizando como sujeito da frase o primeiro nome daquele que consideram o proprietário da empresa (o Sr. Eike Batista). Assim a empresa na percepção dos moradores ganha ares de pessoa física. Esta prática não é restrita ao modo de tratar a empresa empreendedora, pode-se perceber que os entrevistados também se referiam às ações da Pedreira Sepetiba a partir do nome do proprietário ou de funcionário da gerência da empresa;

Empregos - Como se observou anteriormente a Pedreira Sepetiba é um dos principais empregadores na localidade de Vila do Engenho. A partir disto se compreende que os moradores tenham mostrado preocupação com a manutenção dos empregos na empresa. Sabendo do projeto do empreendimento, eles temem que a mudança na atividade resulte na demissão dos moradores que trabalham no local;

Empresas x Paraíso - Em meio aos entrevistados é muito comum a percepção que a Ilha da Madeira e outras ilhas da região como um local dotado de beleza cênica, generosos recursos ambientais e um convívio social seguro e agradável. A decadência ou redução destes aspectos é associada à ação das empresas privadas e/ou a construção e operação do Porto de Itaguaí. A principal referência dos moradores é o conjunto de danos causados pela empresa Ingá Mercantil. Em primeiro lugar os moradores foram retirados compulsoriamente de um local (Saco do Engenho), onde tais atributos se mostravam mais intensos. Em segundo, os aterros e a supressão do mangue reduziram a beleza e generosidade do meio ambiente. Em terceiro, os danos à saúde da população com a contaminação dos funcionários e vazamentos de produtos tóxicos no remanescente de mangue. Em quarto, o vazamento do dique, em 1996, e suas conseqüências já apontadas exhaustivamente neste estudo. Em quinto lugar, o volume de dejetos tóxicos deixados na área da massa falida da empresa. Todos esses eventos contribuíram para a percepção dos moradores que a ação das empresas, pode gerar empregos, mas traz danos à localidade e as atividades nela

realizadas. Os problemas com a operação da Pedreira Sepetiba (também já apresentados), na visão dos entrevistados, confirmam esta perspectiva. Assim, é de se esperar que a inserção do empreendimento não seja percebida de modo diferente;

Intensificação das atividades - Na interpretação dos entrevistados durante as obras para o Porto de Itaguaí houve uma intensificação no ritmo de operação da Pedreira Sepetiba. Como consequência disto houve aumento das detonações, resultando no aumento da quantidade de dispersão aérea de partículas de rocha, nas rachaduras nas casas e do lançamento de fragmentos sobre a área das residências. Tendo em vista estas percepções, os entrevistados temem que ocorra uma nova intensificação da operação, trazendo resultados similares;

Relocação de população - O processo de relocação dos habitantes, à época da implantação da empresa Ingá Mercantil foi traumático para a comunidade. Os entrevistados têm receio que com o novo empreendimento seja necessária a retirada da população. Eles consideram esta situação ainda pior, pois, projetam que os moradores terão que ir para a área urbana central de Itaguaí ou para os bairros de Brisamar ou Vila Geny. Na percepção dos moradores, além de ficarem distantes das pessoas e do local que apreciam, eles terão que residir em locais que, na sua avaliação, possuem altas taxas de violência e criminalidade.

► **Pontos Sensíveis na Área de Influência do Empreendimento**

Apesar de alguns pontos que serão abordados, neste item, terem sido analisados ao longo do relatório, nesta seção, procurar-se-á enfatizar algumas diretrizes que deverão receber uma maior atenção e um refinamento na época do pré-cadastramento e das negociações com os atores afetados pelo empreendimento. Desta forma, o que se pretende é possibilitar ao empreendedor uma visão mais detalhada da diretriz proposta evitando, assim, ações equivocadas que poderão ocasionar conflitos futuros entre empreendedor e afetados pelo empreendimento.



Para isso, é fundamental que todo o processo de implantação do empreendimento seja permeado pela transparência e pela avaliação de cada situação específica. A rigor, essas prerrogativas poderão permitir um bom andamento, mantendo-se uma boa relação entre empreendedor e comunidade afetada.



De uma maneira geral, o mapeamento da área de influência direta pelo empreendimento, tem um padrão de ocupação que está relacionado principalmente com duas à atividade a




pesca (artesanal, amadora ou esportiva e industrial) e o turismo praticado principalmente nas praias das Ilhas do Martins, Itacuruçá e arredores.




Portanto, o objetivo do **Quadro 6.3.2-40**, inserido logo abaixo, é apresentar alguns pontos considerados mais sensíveis do ponto de vista sócio-econômico. Esses pontos foram levantados através de uma viagem de campo realizada por dois profissionais da área de Ciências Sociais em janeiro de 2008.




Quadro 6.3.2-40 - Pontos notáveis na Baía de Sepetiba, próximos à Ilha da Madeira.


Região	Fotos	Observações
Vila do Engenho		Vizinhança da Pedreira Sepetiba
Mariquita		Cerca de 25 famílias, fica na estrada entre a Vila do Engenho e Praia da Ilha da Madeira

Região	Fotos	Observações
Ilha da Madeira (APAIM)		Ponto de desembarque de pescadores Artesanais
Ilha da Madeira (empresa Aqualang)		Saída de embarcações de turistas e de pesca esportiva, para as Ilhas das regiões
Proximidade da Ilha do Gato e Gatinho		Trajeto do barco de turista até a ilha Martins

Região	Fotos	Observações
Proximidade Praia do Leste (Ilha de Itacuruçá)		Trajeto do barco de turista até a ilha Martins
Proximidade Praia da Quatiquara (Ilha de Itacuruçá)		Trajeto do barco de turista até a ilha Martins, Área de Exploração Turística
Proximidade Praia do Boi		Trajeto do barco de turista até a ilha Martins, Área de Exploração Turística

Região	Fotos	Observações
Ilhas das Cabras		Ilha Particular
Praia Norte (Ilha Martins)		Casas de Veranistas
Proximidade da Ilha do Martins		Maricultura

Região	Fotos	Observações
Praia do Leste (Ilha Martins)		Veranistas e 10 famílias de pescadores, área de maricultura e Área de Exploração Turística
Praia do Sul (Ilha Martins)		Sete famílias de pescadores, Área de Exploração Turística
Praia do Funil (Ilha Martins)		Pier de desembarque da Saveiros Tour, Área de Exploração Turística

Região	Fotos	Observações
Ponta do Boi		Área de Maricultura

Fonte: Pesquisa de Campo, janeiro de 2008.

6.3.2.7 - Considerações Finais

Observando os diversos aspectos discutidos e analisados nesta parte do estudo, é possível chegar a algumas conclusões. A mais importante entre elas é a percepção que o empreendimento se insere em uma área que por um lado sofreu e ainda sofre impactos ambientais de grande intensidade e por outro é um território em disputa, entre empresas, ambientalistas, moradores, vários tipos de pescadores, associações de pesca, armadores, empresas de praticagem, autoridades navais, o poder público e empresas e estabelecimentos voltados para turismo entre outros.

Em relação à parcela marítima, onde as disputas aparecem de modo mais evidente, a inserção do empreendimento poderá ser comparada a outras iniciativas realizadas na Baía de Sepetiba, com destaque para o empreendimento da CSA, por seu processo ser relativamente recente. De forma que se poderão projetar sobre o empreendimento os impactos negativos de outras atividades, umas similares, outras nem tanto. Na fala de grande parte dos entrevistados, geralmente, as ações positivas e benéficas têm sua dimensão reduzida frente aos impactos negativos. E quando ocorrem geralmente não acontece para aquela população diretamente afetada.

No tocante à parte terrestre os danos socioambientais, decorrentes da empresa Ingá Mercantil ainda são presentes no cotidiano da população. Essa percepção também é sentida por alguns atores em relação à Pedreira Sepetiba, assim como a percepção que a atividade empresarial pode trazer benefícios na forma de empregos, mas pode gerar impactos com poder de transformar a realidade desta população.

Com base nestas perspectivas pode-se projetar que as reações das pessoas, grupos e instituições, ao empreendimento não será restrita aos impactos por ele ocasionados, mas as projeções de impacto sobre a atividade, formuladas a partir da experiência pregressa dos atores com outros empreendimentos, dos conflitos e passivos ambientais existentes nas parcelas marítimas e terrestres da área de influência e na Baía de Sepetiba como um todo.